

Bruno de Freitas Santos Gonçalves

O Reposicionamento da Rússia no novo cenário político internacional

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Brasília – DF

2004

Bruno de Freitas Santos Gonçalves

O Reposicionamento da Rússia no Novo Cenário Político Internacional

Banca Examinadora:

Prof. Cláudio Tadeu Fernandes
(Orientador)

Prof. Marco Antônio Meneses
(Membro)

Profa. Renata Melo Rosa
(Membro)

Brasília – DF

2004

SUMÁRIO

Resumo	III
Abstract	IV
Introdução	01
Capítulo 1- Referencial Teórico	03
1.1- A visão prospectiva de Alvin Toffler	03
1.2- A visão prospectiva nos ensaios de <i>Depois da Queda</i>	04
1.3- A escola realista das relações internacionais	06
1.3.1- Morgenthau	07
1.3.2- Kissinger	08
1.3.3- Aron	09
1.4- Os marxistas	10
1.5- Comparação entre as escolas	13
Capítulo 2- O surgimento do Estado Russo na Idade Moderna	15
2.1- O Espaço Russo	15
2.2- Raízes da Rússia	16
2.2.1- Origens eslavas na antiguidade e nascimento da Rússia na Idade Média	17
2.2.2- Invasões ocidentais e orientais	18
2.3- O poderoso Estado Russo na Idade Moderna	20
2.3.1- Reinado de Ivan, o Terrível (1533-1584)	20
2.3.2- Os primeiros Romanov	21
2.3.3- Reinado de Pedro, o Grande (1689-1725)	21
2.3.4- Reinado de Catarina II, a Grande (1762-96)	22
2.3.5- Autocracia pendular: liberalismo e conservadorismo	24
2.3.6- Reformismo e esgotamento czarista	25
2.4- A Rússia imperial: sociedade, instituições, política e economia	27
2.4.1- O Império	27
2.4.2- As bases do autoritarismo	28
2.4.3- O campo	28
2.4.4- O atraso	30
2.4.5- A Rússia tradicional e a rejeição da modernidade ocidental	30

2.4.6- O programa reformista: em busca de uma modernidade alternativa	31
2.4.7- O princípio da revolta	33
2.4.8- Mutações e contrastes na Rússia imperial	34
Capítulo 3- O nascimento da URSS e sua evolução	37
3.1- As revoluções russas no início do século XX	37
3.1.1- Os grupos políticos revolucionários	38
3.1.2- A I Guerra Mundial e a revolução de fevereiro de 1917	39
3.1.3- A guerra civil	41
3.2- A implantação do socialismo	42
3.2.1- A NEP (nova política econômica) e sua liquidação	42
3.2.2- A industrialização acelerada e a nova sociedade soviética	43
3.3- A II Guerra Mundial e o apogeu do socialismo soviético	45
3.3.1- A grande guerra pátria	45
3.3.2- Esperança e guerra fria	46
3.3.3- Reconstrução, apogeu stalinista e mobilização da sociedade	46
3.4- O socialismo real, o tempo das reformas e a “desestalinização”	47
3.4.1- Desenvolvimento e estagnação	49
3.5- A crise do estatismo industrial	50
3.5.1- A questão tecnológica	52
Capítulo 4- A crise do socialismo no leste europeu e a desintegração da URSS	54
4.1- A perestroika	54
4.1.1- Antecedentes	54
4.1.2- Elementos básicos	55
4.1.3- Dificuldades	56
4.1.4- A desintegração da URSS	58
4.2- O Governo Yeltsin	60
4.2.1- A privatização	60
4.2.2- O pós-socialismo	62
4.2.3- A crise de 1998	64
4.3- A desintegração do leste europeu	65
4.3.1- Formação	65

4.3.2- Diversidade	67
4.3.3- Leste europeu e URSS	68
Capítulo 5- O reposicionamento da Rússia no novo cenário político internacional	70
5.1- O Governo Putin e o quadro atual	70
5.1.1- Política interna e economia	70
5.1.2- O quadro econômico	73
5.1.3- O quadro social	75
5.2- Rússia, Federação Russa e URSS como protagonistas no cenário internacional	77
5.2.1- O território da Federação Russa	77
5.2.2- A importância demográfica do povo russo	78
5.2.3- O povo e o espaço da Rússia como ponto de referência em política internacional	78
5.2.4- A geopolítica de Salmin	79
5.3- A agenda externa da Rússia	81
5.3.1- A dimensão internacional da perestroika	81
5.3.2- A dimensão internacional das reformas de Putin	82
5.3.3- Crises político-territoriais na Federação Russa: a guerra da Chechênia	83
5.3.4- Outros aspectos da diplomacia russa no antigo espaço soviético	85
5.3.5- As ameaças do ocidente	86
5.3.6- As oportunidades no oriente	88
5.3.7- As projeções em nível global	89
5.3.8- Relações com o Brasil	90
Conclusão	91
Referências Bibliográficas	94

RESUMO

Este trabalho mostra inicialmente que a implosão do comunismo na União Soviética, em 1991, algo que era considerado impossível pela grande maioria das pessoas, pode ser entendido com a análise do processo histórico que vai do czarismo ao pós-stalinismo e com o estudo da conjuntura enfrentada pelo país na época da perestroika, quando o entrelaçamento de fatores domésticos (estagnação econômica, atraso tecnológico) e internacionais (corrida armamentista, explosão de nacionalismos) tornou inviável a continuidade do modelo político, econômico e social então existente.

Em seguida, procura descrever as estratégias adotadas pela Rússia para se adaptar a uma realidade em acelerado processo de mudança, quando perdeu o status de principal república da extinta União Soviética, uma das superpotências nucleares e líder do Pacto de Varsóvia e do COMECON, passando à situação de país emergente, cercado por vizinhos ligados à OTAN e à União Européia.

Ao longo do texto, evidenciamos que a participação da União Soviética e, depois, da Rússia na comunidade internacional foi sempre afetada pelas suas constantes e grandiosas transformações internas, o que leva ao questionamento sobre a aplicabilidade dos postulados da Teoria Realista das Relações Internacionais ao caso estudado, principalmente quanto à hipótese de que cada Estado se apresenta, na arena do Sistema Internacional, como uma espécie de “caixa preta”, em que não se distinguem claramente os condicionantes internos de sua atuação.

ABSTRACT

This paper argues initially that the implosion of communism in the Soviet Union in 1991, something considered impossible by the great majority of the people, can be understood from the point of view of the analysis of the historical process from czarism to post-Stalinism and of the study of the situation undergone by the country at the time of perestroika, when the intertwining of both domestic (economic stagnation, lack of technological edge) and international factors (arms race, explosion of nationalism) yielded the then existing political, economic and social model untenable.

Further, the document endeavors to describe the strategies adopted by Russia to adapt itself to a fast-changing reality, when it lost the position of the principal republic of the defunct Soviet Union, one of the nuclear superpowers and leader of the Warsaw Pact and the COMECON, to become a less developed country, surrounded by countries belonging to NATO and the European Union.

Throughout the paper, we show that the participation of the Soviet Union and later of Russia in the international community was always affected by the constant and grandiose domestic transformations, which leads to the questioning of the applicability of the tenets of the Realist Theory of International Relations to the case in study, mainly with regards to the hypothesis that each State presents itself in the International System arena as a kind of “black box”, in which the internal factors influencing its behavior are not clearly identified.

INTRODUÇÃO

Nenhum fato da história humana foi objeto de tantas análises teóricas (econômicas, sociológicas, políticas e filosóficas) como o surgimento, a evolução e a desintegração da União Soviética. A Revolução de 1917 foi comandada por intelectuais iniciados nas teorias de Karl Marx e que foram produzindo novas concepções a partir da prática revolucionária, como foi o caso de Lênin e Trótski. A União Soviética foi uma experiência radicalmente nova, transcorrendo no maior país do mundo, que chegou a ser uma potência econômica e uma superpotência militar. Além disso, a URSS era vista como a ponta de lança do “movimento comunista internacional”, uma máquina de propaganda ideológica que ameaçava as nações capitalistas, quando menos fosse, pela força do exemplo. Era preciso conhecer esse “inimigo poderoso” e de uma nova espécie, o que se tornava difícil em função do fechamento do regime soviético. Este se esmerava em produzir e exportar os chamados “manuais” de propaganda do socialismo científico, numa guerra com a chamada “indústria do anticomunismo”.

O historiador marxista Eric Hobsbawm, em *A era dos extremos*, nos fala de um “breve século XX”, transcorrido entre o assalto ao Palácio de Inverno (marco da tomada do poder na Rússia pelos bolcheviques), em 1917, e a dissolução da União Soviética, na seqüência à desastrosa Perestroika de Gorbatchov, em 1991. Nesses 74 anos, a URSS foi sempre um protagonista e um ponto de referência no diálogo mundial, vivendo guerras (mundiais, civis, separatistas) e experiências inéditas (coletivização rural forçada, economia planejada, os expurgos e o cativeiro em massa nos *gulags*). Podíamos ser entusiastas de suas realizações ou críticos de seus fracassos, jamais indiferentes.

Chamamos a atenção para um fato curioso: tanto a criação da URSS como sua dissolução, embora não tenham acontecido “da noite para o dia” foram autênticas surpresas para a opinião pública mundial. No segundo caso, isso foi ainda mais inusitado, pois já estávamos em uma era de fácil e livre trânsito das informações, em que chegaram a ser constituídas a “disciplina acadêmica” da Sovietologia, da qual foi expoente Zbigniew Brzezinski, ex–Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, e a figura do “kremlinólogo”, profissional que, geralmente a partir de Londres e Paris, alimentava as colunas internacionais dos jornais do Ocidente com as mais recentes intrigas palacianas da URSS.

Este trabalho se inicia com dois confrontos entre escolas de pensamento. O primeiro, entre o sociólogo Alvin Toffler, o qual, a partir de um ponto de vista liberal, enfatiza as restrições à informação na URSS, como causa do enfraquecimento do socialismo, e vários autores de esquerda, que, “depois da queda”, como no título do livro que reúne seus ensaios, comentam a experiência e o possível legado do socialismo realmente existente para as gerações futuras. O segundo, entre teóricos “realistas” das relações internacionais e pensadores e revolucionários marxistas da relevância de Lenin, Trotski e Rosa Luxemburgo.

Os três capítulos seguintes relatam a formação histórica do que é hoje a Rússia, ex-república soviética e berço da civilização russa. O foco vai se fechando progressivamente, dos mais de três séculos de czarismo para as quase sete décadas de “socialismo realmente existente” e os cinco anos da perestroika.

O capítulo final começa mostrando os dramáticos anos do pós-socialismo, sob o comando de Ieltsin e Putin, com as graves ameaças à unidade da Rússia e à democracia, sua crise financeira, a pobreza crescente, a corrupção, o terrorismo e, o que é mais importante para esta monografia, a clara diminuição de sua influência internacional. Nele procura ser demonstrada a hipótese de que, sob determinadas condições e apesar de várias circunstâncias atuais desfavoráveis, muitas delas decorrentes de transformações econômicas, sociais e políticas internas, o povo russo poderá evitar um fracionamento da Federação Russa (análogo ao ocorrido no processo de extinção da URSS); a partir desta base, superar o quadro criado com a extinção do Pacto de Varsóvia e do COMECON (a qual deixou um vácuo que vem sendo preenchido pela expansão da OTAN e da União Européia até suas fronteiras, mediante a adesão de países que já pertenceram ao campo socialista); administrar as conseqüências de seu antigo status de superpotência nuclear; promover uma melhor inserção nos fluxos comerciais globais, de modo a ir além da condição de país emergente; romper seu relativo isolamento diplomático.

1 – REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 – A visão prospectiva de Alvin Toffler

Em seus livros *A terceira onda* (1980) e *Powershift* (1990), da trilogia iniciada com *O choque do futuro*, Toffler apresenta algumas tendências presentes no discurso do senso comum, capazes de explicar a trajetória que levou à queda do socialismo. No capítulo intitulado *A queda da nação*, ele afirma: “Enquanto a Terceira Onda ruga através do mundo, o estado-nação – unidade política chave da era da Segunda Onda – está sendo espremido por pressões de cima e de baixo, como por um torno”. Ele quer dizer que um grupo de forças busca transferir o poder para níveis inferiores ao estado-nação (regiões e grupos subnacionais), enquanto outras forças querem mudar o poder para instâncias superiores (agências e organizações transnacionais). Mais à frente, trata das tendências separatistas: “É difícil imaginar a ruptura efetiva de digamos, a União Soviética. Viajantes estrangeiros ficaram surpreendidos de ouvir um vôo de Tbilisi, Geórgia, para Moscou anunciado como para a União Soviética”. E constata que, enquanto os georgianos manifestam-se contra os russos, os abkazianos exigiam sua própria independência dos georgianos. Como sabemos hoje, o socialismo implodiu a partir do rompimento dos laços do Leste Europeu com a URSS, e a Federação Russa, que a sucedeu, enfrenta uma guerra secessionista com a Chechênia, que nunca chegou a ser um estado-nação autônomo. Ele aponta, ainda, o emergente poder desagregador das corporações transnacionais (ou empresas multinacionais), capazes de coordenar operações em vários países para fabricar um produto e que (140 das 500 maiores) já começavam a ter presença significativa nos países do COMECON. Ou seja, como afirmou Lester Brown, “Nos séculos passados, o mundo tem estado nitidamente dividido num conjunto de estados-nações soberanos independentes e, com o surgimento de centenas de empresas multinacionais ou globais, esta organização em entidades políticas mutuamente exclusivas está sendo agora recoberta por uma rede de instituições econômicas”. Segundo Rougemont, nenhum estado-nação europeu pode, sozinho, garantir a própria defesa militar, combater a inflação ou o desemprego, prevenir guerras ou evitar catástrofes ambientais. Enquanto as multinacionais criam uma grande variedade de produtos e segmentam os mercados, os Estados não podem, como se diz agora, “customizar” políticas e serviços públicos,

desprezando as necessidades locais e individuais e, com isso, causando ressentimento. Mais uma vez, é fácil de perceber que, com seus produtos de consumo padronizados e desatualizados tecnologicamente, as filas e o mercado negro para adquiri-los, a URSS cria continuamente a insatisfação de seu povo. Toffler termina o capítulo afirmando que o estado-nação tornou-se, para muitos fins, um perigoso anacronismo. Mas, passado um quarto de século, parece estar longe a época em que desaparecerá. (TOFFLER, 1980, p.309-324).

Em *Powershift*, já escrito no “calor da hora” da queda do socialismo, Toffler mais constata do que prevê: “o socialismo colidiu com o futuro”. Numa postura simplista, afirma que isso não ocorreu por “tramas da CIA, cerco capitalista ou estrangulamento econômico externo”, esquecendo-se de que a corrida armamentista foi, juntamente com o nacionalismo e a defasagem tecnológica, um dos elementos básicos para o fim da URSS. Prossegue afirmando que o computador e os novos meios de comunicação derrubaram “o controle da mente por Moscou”. E afirma que foram causas para o crescimento do atraso tecnológico: o secular desprezo pelos “trabalhadores mentais”; a arrogância que centralizava as informações (acessíveis apenas aos dirigentes e planejadores, mas aos quais chegavam distorcidas pelas falhas metodológicas e burocráticas); a preferência pelo equipamento, em desfavor do programa; o conceito de Lenin, de que o conhecimento deveria ser uma peça da máquina estatal e de que arte, ciência e cultura deveriam ser organizados numa academia burocrática. TOFFLER (1990, p. 433-442).

1.2 – A visão prospectiva nos ensaios de *Depois da Queda*

Os ensaios que compõem *Depois da queda* (BLACKBURN, 1991), coletânea de textos de autores de esquerda, examinam o significado histórico da rápida trajetória do comunismo pelo século XX e avaliam as conseqüências possíveis, para o socialismo e os socialistas, da derrocada do comunismo a partir de 1989. Todos foram escritos enquanto ainda era sensível o choque dos fatos que abordavam. Apresentamos abaixo alguns trechos do prefácio de Blackburn, que resumem o conteúdo dos ensaios.

Habermas faz um levantamento das explicações para as revoluções de 1989 no Leste Europeu, concluindo que foi por meio dessas revoluções que sociedades cujo desenvolvimento fora arbitrariamente retardado, caso ameaçasse o domínio da burocracia comunista, buscaram

sair de sua condição de atraso. Cita o conceito de Marx - de que a expansão do capitalismo corroía as civilizações pré-capitalistas - e sugere ser possível, paradoxalmente, entender assim o processo de “recuperação” do Leste pelo Ocidente. (BLACKBURN, 1991, p.11).

Hobsbawm situa a ascensão e a queda do comunismo no contexto da história do século XX. O desafio comunista fez muito para transformar o capitalismo e o imperialismo ocidentais, desacreditados pela matança da I Guerra Mundial e pela miséria da Grande Depressão. A contribuição decisiva dos soviéticos para a derrota do nazismo ajudou a promover reformas e a descolonização. Os comunistas, eliminando o desemprego e implantando amplos programas de educação e saúde, puseram à prova os governos ocidentais. A utopia comunista fracassou no Leste, mas atingiu alvos no Ocidente. (BLACKBURN, 1991, p.12).

Segundo Blackburn, os socialistas também farão ver a necessidade de examinar com cuidado a instabilidade e a injustiça do capitalismo. Mas essas deficiências em nada facilitam a tarefa dos socialistas: mostrar que é possível criar uma alternativa viável. Talvez o comunismo e a social democracia sejam mais importantes como corretivos do capitalismo, dentro do próprio capitalismo, do que como política que visa a ir além do capitalismo. Mas ambos esperaram demais da burocracia estatal e centralizadora, como principais alavancas do progresso social. (BLACKBURN, 1991, p.12).

Jameson, partindo da constatação de que o mundo em que vivemos é cada vez mais dominado pelo capitalismo e pelo Ocidente, afirma que este é um dos piores momentos para esquecermos os ensinamentos de Marx. As potências do G – 7 (ampliado para G-8, com a entrada da Rússia) reagem com muita rapidez e violência sempre que é desafiado seu controle dos recursos mundiais, e recusam-se a abrir mão do protecionismo que prejudica o desenvolvimento dos (antigos) Segundo e Terceiro Mundos. Mas nada fazem para aliviar a pobreza no mundo, nem para se opor às ameaças à ecologia global. Assim, seria equivocado ver no fracasso do comunismo algo a favor da injustiça e da irresponsabilidade do capitalismo. (BLACKBURN, 1991, p.13-14).

Hobsbawm salienta que uma esquerda racional, ciente de sua própria falibilidade, tem papel vital a representar na construção de um futuro que subordine a propósitos genuinamente humanos as notáveis capacidades abertas pelo capitalismo. (BLACKBURN, 1991, p.14).

E Blackburn acrescenta que o comunismo soviético dos últimos tempos criou uma elite cada vez mais sofisticada e habilitada, mas não conseguiu criar o contexto adequado ao complexo desenvolvimento econômico. O regime de economia dirigida e de Estado-partido foi visto, de modo geral, como entrave a um desenvolvimento social mais amplo e como obstáculo para muitos dos integrantes da elite, que sabiam perfeitamente que o sistema ia bastante mal. A grande massa do povo russo teve pequena participação ativa, porém votou a favor da mudança e certamente ansiava por se ver livre do peso da tutela burocrática. A esperança dos socialistas é que a revolução democrática e burguesa ocorrida na Rússia continue de fato democrática. Se continuar, será possível conter o ímpeto de novas formas de desigualdade e insensibilidade, associadas ao capitalismo do *laissez-faire*. Se o Ocidente quiser mesmo que a consolidação democrática do Leste tenha mais chances de êxito, deve perdoar dívidas antigas, oferecer ajuda generosa e suspender as restrições comerciais que impõe. Se não o fizer, as perspectivas econômicas dos ex-países comunistas são sombrias e não favorecem o desenvolvimento democrático. (BLACKBURN, 1991, p.14-15).

1.3 – A escola realista das Relações Internacionais

Os realistas partem da inexistência de um governo central internacional e da relativa irrelevância das instituições interestatais, para centrar sua análise na ação dos Estados, na busca pela maximização do poder, manutenção da soberania e alcance de objetivos nacionais, inclusive mediante alianças e coalizões. Dessa forma, o Estado é o único ator unitário (por responder com uma só voz no exterior, sem a interferência da política interna) e racional (por buscar as alternativas que melhor contemplem seus objetivos, ponderados os custos e benefícios das opções disponíveis). Ou seja, os realistas tentam explicar a realidade como ela é, e não como deveria ser. O ponto central é o poder, num Sistema Internacional anárquico, competitivo e conflituoso, em equilíbrio unipolar, bipolar ou multipolar. O poder de um Estado seria a influência exercida por ele, mediante suas capacidades militar, econômica, tecnológica e diplomática, com ênfase para os aspectos de geografia, população, capacidade militar e industrial (*hard power*), em detrimento da economia e da política doméstica (*soft power*).

Várias dessas premissas são objetáveis. O exemplo da União Européia, que acaba de

adotar uma Constituição única, depois da introdução do euro, mostra que, exatamente na região que, até o século passado, foi preponderante no sistema internacional, está surgindo uma real autoridade coletiva, acima dos estados-nações. A ênfase na realidade dos fatos mal disfarça a tendência à aceitação acrítica do domínio dos estados mais fortes sobre os mais fracos. A anarquia e a competição podem ser destrutivas, contrariando os próprios “interesses nacionais”. Mobilizar recursos para a “influência” pode ser excessivamente dispendioso, como bem sabem os russos, envolvidos no “equilíbrio bipolar” da Guerra Fria. Em determinados momentos, a desprezada estrutura interna de um Estado pode ser determinante para sua política externa, do que é exemplo a decisão da URSS, de abandonar a Europa Central à própria sorte, para ter recursos para uma reconversão da economia interna). Nos parágrafos seguintes, passamos a fazer breves análises de três dos principais autores realistas, Morgenthau, Kissinger e Aron, principalmente em relação a seus posicionamentos quanto à URSS, com base no livro *50 grandes estrategistas das relações internacionais* (GRIFFITHS, 2004, p. 61-68, 46-50 e 13-17).

1.3.1 – Morgenthau

Hans Morgenthau (1904 – 1980), judeu alemão com carreira nos Estados Unidos, foi o mais conhecido dos pensadores clássicos e realistas do século XX, tendo grande influência até os anos 50. É mais lembrado pela busca de uma teoria compreensível da “política do poder”, com base na natureza humana, na essência da política e no papel do equilíbrio e da ética na política exterior. Ele acreditava que a “vontade de poder”, resultado de uma metafísica “queda do homem”, era o centro da competição entre os “homens políticos”, diferenciando-a da busca racional da riqueza e do campo espiritual da moralidade. Chama a atenção a total inaplicabilidade deste esquema conceitual à realidade da URSS. Em seu livro mais famoso, *A política entre as nações*, afirma que todas as políticas externas refletem um dos três padrões de atividade: imperialismo, manutenção do equilíbrio de poder e “política de prestígio” (impressionar outros Estados pela extensão do próprio poder). No caso da URSS, os dois últimos padrões são bastante aplicáveis, pela Guerra Fria e pelo ativo papel de modelo para a criação de um novo tipo de sociedade. Morgenthau era pessimista quanto à possibilidade de que Estados Unidos e URSS fossem capazes de manter a paz mundial pelo equilíbrio das armas, com a curiosa explicação de

que estas “não eram a fonte de instabilidade da Guerra Fria e não poderiam ser a cura para esta”. Como, de fato, foram. Também interessante notar seu desprezo pelo direito internacional (considerado “fútil”), pela opinião pública, pelo desarmamento e pela ONU, por serem instâncias exteriores à estrutura do sistema existente nos Estados. A partir dos anos 50, passa a priorizar a política externa dos Estados Unidos e suas relações com a URSS. Opôs-se corajosamente à Guerra do Vietnã, por contrariar o princípio clássico da democracia: estadistas não devem se comprometer com posições das quais não poderiam recuar sem prejudicar sua credibilidade nem avançar a ponto de se chocar com outras superpotências.

1.3.2 – Kissinger

Henry Kissinger (nascido em 1923), também judeu alemão, combinou as características de teórico e dono de importante carreira no governo dos Estados Unidos (Conselheiro de Segurança Nacional e Secretário de Estado de Nixon). Foi o arquiteto da política da *détente* com a URSS e da abertura à China. Um tema constante em seus trabalhos teóricos era a reconstrução da tradicional visão americana do mundo, com base na *real-politik*: a idéia da “razão de Estado”, que torna justificável o uso de meios em princípio repugnantes; e o “dever” de uma superpotência como os Estados Unidos, de manipular o equilíbrio do poder a fim de manter uma ordem internacional na qual nenhum Estado possa dominar os outros (exceto os próprios Estados Unidos, é claro). Na alegada ausência de uma arena com autoridade para arbitrar os conflitos de interesse, os Estados, iguais apenas no sentido formal e legal e muito diferentes nos aspectos militar e econômico, são os protagonistas de uma luta pelo poder, que só pode ser contida se forem governados por indivíduos capazes de planejar uma ordem legítima e estabelecer consenso sobre limites da luta. Em 1957, afirmou que os Estados Unidos já não poderiam confiar na estratégia da “retaliação massiva”, pois a URSS, alcançando a paridade nuclear, poderia utilizar essas armas, em razão de seu “espírito aventureiro”. Aqui, cabe perguntar se Hiroshima e Nagasaki foram vítimas de uma semelhante disposição americana ... Tudo isso levava à admissão da possibilidade de uma guerra nuclear limitada. Anos depois, Kissinger passou a atuar visando livrar os Estados Unidos da Guerra do Vietnã (sempre atento à necessidade de não prejudicar a “credibilidade” do país, aos olhos de aliados e inimigos) e

melhorar as relações com a URSS. Para isso, recomendava a abordagem da “isca na ponta da vara” (troca de, por exemplo, cereais e computadores por assinatura de acordos), de modo a evitar manifestações do tal “espírito aventureiro” no Terceiro Mundo. Como era de se esperar, Kissinger acabou se decepcionando, pois a dificuldade foi controlar o comportamento de terceiros relutantes, já que a URSS julgava que a *détente* (relaxamento das tensões) só fora possível pelas conquistas soviéticas na corrida armamentista. No *front* doméstico, Kissinger foi criticado por não ter pressionado a URSS quanto aos direitos humanos, que ele julgava (algo clinicamente) ser assunto interno, irrelevante para a segurança internacional. No pós-socialismo, Kissinger celebra a “vitória” sobre a URSS, talvez reconhecendo implicitamente a relevância do fator gastos armamentistas, e afirma que a política americana na Guerra Fria fora “excessivamente moralista” e mais dispendiosa que o necessário”, já que desdenhava a ameaça ideológica da URSS, destacando, no entanto, a ameaça geopolítica que ela representava.

1.3.3 – Aron

Raymond Aron (1905 – 1983), judeu francês, sociólogo e jornalista, viu seu prestígio intelectual aumentar com o tempo, ao contrário dos outros autores do movimento realista, no qual é incluído, embora com uma obra bem mais sóbria e sutil que as de Morgenthau e Waltz, a qual aborda muitos outros assuntos, além das relações internacionais. Educado na Escola Normal Superior, onde também se graduaram Sartre, Lévy Strauss e Foucault, seguia mais o pensamento de Max Weber que o materialismo histórico de Marx. Era um liberal pluralista e não extremado, que tinha aversão pelo pensamento utópico e por todas as formas de totalitarismo (como o comunismo stalinista e o nazismo hitlerista). O pessimismo crítico de seus escritos levou-o à rejeição da idéia (bem “soviética”) de que a política pudesse ser uma arena adequada à promoção do bem-estar coletivo. Foi um dos primeiros a questionar o modelo soviético de planejamento centralizado, facilitador da industrialização forçada, mas incapaz de gerenciar uma sociedade industrial mais complexa. Era igualmente cético em relação à idéia de que a classe trabalhadora fosse suficientemente homogênea ou motivada para se rebelar contra as iniquidades da sociedade capitalista, julgando que, se esta combinasse a busca de lucros com um pouco de bem-estar e redistribuição, poderia continuar a gerar lucros normalmente.

Ao passar para o campo das relações internacionais, reconheceu que os Estados, para assegurar seus objetivos, compartilhavam a idéia da legitimidade da violência, não mais restrita às fronteiras nacionais. Em sua frase mais famosa, afirma que: “As relações internacionais são relações entre unidades políticas, cada uma reclamando seu direito de fazer justiça pelas próprias mãos e de ser o único árbitro na decisão de lutar ou não”. Em seu livro mais conhecido, *Paz e guerra entre as nações*, analisa as influências mútuas dos Estados à luz da História, Geografia, Demografia, Economia, Moral e Cultura. Segue apontando a fragilidade das escolas de pensamento que exageram a influência de fatores “ambientais”, como a Geopolítica e a teoria econômica imperialista de Marx e Lenin, exemplificando com o fato de que os capitais excedentes da França, em vez de irem para suas colônias no Norte da África, eram investidos na América do Sul e Rússia. Na parte final do livro, Aron analisa o papel das armas nucleares sobre o pensamento estratégico, enfatizando a idéia de que são mais úteis para deter uma guerra do que para deflagrá-la, por suas especificidades na capacidade destrutiva, rapidez e menor necessidade de deslocamento de tropas, assegurando, pela primeira vez na história, a possibilidade de destruição mútua, sem destruir as forças armadas dos oponentes. Mas ressaltava que a eficácia dissuasiva só ocorria enquanto nenhum oponente podia destruir a capacidade de retaliação do outro ou enquanto nenhum tivesse uma “defesa impenetrável” contra mísseis equipados com ogivas nucleares. É de se supor que o avanço dos Estados Unidos no desenvolvimento de “escudos nucleares” do tipo “Guerra nas Estrelas”, no governo Reagan, possa ter sido decisivo para a iniciativa de Gorbatchov de um desarmamento quase unilateral, que contribuiu decisivamente para a independência do Leste Europeu e, em seqüência, a desagregação da URSS.

1.4 – Os marxistas

Em *História das idéias políticas* (CHÂTELET, 1982 - p. 229), é apresentado um quadro que sintetiza as posições de Marx e Engels (principais teóricos do “socialismo científico”), Trotski (comandante do Exército Vermelho), Lenin (primeiro dirigente máximo da URSS) e Stalin (sucessor de Lenin), quanto a cinco temas relevantes:

Revolução: Marx-Engels introduzem uma idéia que irá ser a base de inúmeras discussões, a de que a revolução deve ser simultânea, em todos os países capitalistas

desenvolvidos. Com a inesperada deflagração do processo revolucionário na Rússia, Trotski cria o conceito de revolução permanente, primeiro nacional e depois mundial, com o qual Lenin concorda, em grandes linhas. Já Stalin, vendo que a Rússia não consegue “exportar” a revolução, cria o lema do “socialismo em um só país”.

Construção do socialismo: Marx-Engels falam em “reino mundial do proletariado”, idéia que Trotski expressa como “revolução que não pode ser mantida nos quadros nacionais”. Lenin opta pelo “socialismo em um só país, enquanto não acontece a revolução na Europa”. Stalin radicaliza essa idéia, afirmando que os interesses da revolução se reduzem aos da URSS ameaçada.

Partido: Marx-Engels e Trotski têm idéias muito próximas, a de que o partido é um “instrumento de coordenação” e o “centro de organização da revolução mundial”. Lenin diz que ele é a “vanguarda que dirige a revolução e – dando um passo adiante - o Estado”. Mais uma vez, Stalin leva a idéia a um extremo, afirmando que partido e Estado se confundem, são a mesma coisa.

Ditadura do proletariado: Marx-Engels consideram-na como algo que deve ser uma etapa provisória. Trotski e Lenin concordam em que deve ser uma ditadura do partido, ao mesmo tempo ditatorial e democrática. E Stalin considera desnecessário esse caráter democrático.

Estado: Marx-Engels assumem postura praticamente anarquista de advogar sua extinção acelerada. Trotski e Lenin concordam mais uma vez, recomendando uma extinção do Estado em forma progressiva. Já Stalin, coerentemente, é favorável ao fortalecimento do Estado.

Resumindo, podemos dizer que Marx e Engels têm idéias mais teóricas, enquanto Trotski e Lenin, já forjados na militância revolucionária e na guerra civil, divergem mais em aspectos táticos, chegando a concordar em vários aspectos. Lenin, como governante, tem uma posição mais estatista, uma espécie de transição entre os pensamentos de Trotski e Stalin. Este, finalmente, desemboca em posições totalitárias e acaba governando com o uso declarado do culto à sua personalidade.

Em outro quadro, Châtelet (1982), é mostrada uma convergência entre as opiniões de Lenin e Trotski, que complementa as idéias do parágrafo acima. Comparando as posições dos líderes em 1905 e em 1917, Châtelet registra um Trotski mais radical, já propondo uma revolução de caráter “proletário” (mas dirigida por um partido “democrático”), enquanto Lenin a imagina

mais pluralista (“democrática”), embora conduzida por um partido “ditatorial”. Em 1917, ambos evoluem para uma posição comum: revolução “proletária” e ditadura do partido. Ou seja, Lenin deixa de lado o caráter democrático da revolução, adotando a postura trotskista, enquanto Trotski abandona a idéia de um partido democrático e aceita a posição leninista, de partido ditatorial. Sem saber, estão preparando o terreno para Stalin, que assumiria o poder, por três décadas, depois da morte de Lenin, em 1924, e mandaria assassinar Trotski (exilado no México), em 1940 (CHÂTELET, 1982, p. 220).

Um contraponto interessante vem dos escritos da revolucionária alemã Rosa Luxemburgo sobre a Revolução Russa, redigidos no cárcere, em 1918, e dirigidos a seus compatriotas, alertando-os da necessidade de se rebelarem, para conferir à revolução um caráter mundial, na linha preconizada por Marx e Engels. Estes afirmaram que a revolução devia ser iniciada em países com proletariado mais numeroso e politicamente organizado. Mas, uma vez vitoriosa a revolução onde menos se esperava, era necessário conviver com esses desvios. Rosa traça algumas críticas à política bolchevique em relação às questões das nacionalidades, da democracia e dos camponeses, intuindo descaminhos que se mostrariam fatais para os rumos do socialismo na URSS. Ela caracteriza a Revolução Russa como fruto do entrelaçamento das relações internacionais (em particular, a I Guerra Mundial) e da questão agrária, tendo como forças motrizes o proletariado das cidades, a massa do exército e os camponeses. Mostra o acerto dos bolcheviques, em se desvencilhar das tendências liberais burguesas dos kadets, no início da revolução, e social democratas, dos mencheviques, e em reivindicar todo o poder para os soviets e para as massas operárias e camponesas. Quanto à questão agrária, Rosa aponta a contradição entre, num primeiro momento, destruir e retalhar a grande propriedade latifundiária, ligando os camponeses ao governo revolucionário, e, num segundo, manter a oposição entre agricultura e indústria, com a coletivização acelerada. Rosa considera um grande erro a colocação em primeiro plano do direito das nações russas de se separarem do país, levando a um possível desmembramento, o que vai contra o caráter internacionalista da revolução e do socialismo. Em vez de essas nações se tornarem aliados da Revolução, utilizaram a liberdade para se aliar aos alemães contra ela. Rosa lembra que há um grande exagero nessas reivindicações, pois até países como a Ucrânia, segundo maior em área e população, na parte européia, nunca tinham constituído um Estado independente e mal tinham uma verdadeira cultura nacional. Finalmente, quanto à questão democrática, Rosa cita Lenin: “O Estado burguês é um instrumento de opressão da classe

operária e o Estado socialista um instrumento de opressão da burguesia. E discorda disso, assim como da posição de Trotski sobre o “peso” dos corpos democráticos eleitos, dizendo que as liberdades de reunião, associação e imprensa são indispensáveis à educação política das massas populares, advertindo contra a possível paralisação dos próprios soviets, levando-os a se subordinar a uma burocracia estéril. (LUXEMBURGO, 1988, p. 193 – 227).

1.5 – Comparação entre as escolas

Ao comparar o pensamento de realistas e marxistas, o primeiro fato que nos chama a atenção é a diferença entre suas inserções no processo histórico mundial. Os realistas, assim chamados pela sua alegada adesão aos fatos, tais como “são” e não como “deveriam ser”, abrem mão de uma postura mais ética, em favor de um maior pragmatismo e da manutenção do status quo, que não consegue disfarçar o caráter “ideológico” (no sentido que Marx atribui ao termo, de discurso de uma classe, que pretende fazê-lo passar como se fosse da totalidade das classes) de suas teorias. No caso dos realistas, esse discurso endossa uma distorção das teorias de Darwin, para justificar um suposto direito dos Estados mais fortes, de imporem seus interesses na arena internacional, em detrimento dos mais fracos. Além disso, é fácil perceber que o realismo é uma teoria acadêmica no mau sentido e cheia de idéias metafísicas (como as da “queda do homem e da “vontade de poder”, de Morgenthau), formulada por intelectuais “de gabinete” ou que procuram justificar sua atuação em cargos de governo, como Kissinger e Brzezinski.

Já os marxistas abordados acima, de Marx a Lenin, Trotski e Rosa Luxemburgo, foram ativistas, revolucionários e governantes, com um ponto de vista privilegiado sobre a realidade, o qual, deve-se reconhecer, pode tê-los levado a cometer graves erros (como a idéia da coletivização forçada da agricultura) mas enriquece muito suas análises, inclusive sobre relações internacionais. É discutível a adequação do termo “científico”, aplicado ao socialismo, pois o discurso de revolucionários no poder também não pode escapar da ideologia, embora, ao contrário dos exemplos de Marx, esta seja “de baixo para cima”. Mas o refinamento a que chegou o instrumental teórico do marxismo permite que faça um trabalho teórico mais consistente do que o realismo. Ao longo dos capítulos seguintes, faremos referência aos pontos de vista realista (em especial, quanto à relação entre problemas internos e atuação internacional) e marxista

(particularmente em algumas “análises de conjuntura” citadas).

Finalmente, cabe uma menção ao trabalho de Alvin Toffler, que não é marxista ou realista: trata-se de uma obra de grande interesse, pela riqueza de dados coletados e pela capacidade de organizá-los de modo original, fazendo-nos perceber a emergência de novos fenômenos sociais. Mesmo quando desmentido pelos fatos (o livro mais recente de sua trilogia já tem 14 anos e a realidade muda cada vez mais celeremente, é um autor instigante. Mas é interessante que, quase no final de seu texto, ele afirme que: “Se o socialismo ortodoxo está pronto para o que Lenin chamava de “cesta de lixo da história”, isso não quer dizer, no entanto, que os excelentes sonhos que o alimentaram também estejam mortos O desejo de criar um mundo em que a afluência, a paz e a justiça social prevaleçam é tão nobre e tão generalizado quanto sempre foi. Mas um mundo desses não pode erigir-se sobre fundações antigas”. (TOFFLER, 1990, p. 442)

2 - O SURGIMENTO DO ESTADO RUSSO NA IDADE MODERNA

2.1 – O Espaço Russo

Talvez como em nenhum outro país, as influências do espaço e do meio ambiente sejam tão decisivas, como na Rússia, para o entendimento das dinâmicas de povoamento, urbanização, exploração econômica, circulação, transportes, militar e diplomática. A primeira constatação é a da imensidade do espaço geográfico ocupado pelo povo e pelo Estado Russo e por outras nações e etnias por eles controladas ou influenciadas ao longo dos séculos.

Presença de um relevo em que predominam as planícies implica a ausência de obstáculos maiores aos deslocamentos humanos, nas lutas pelo controle de grandes extensões de terra. Migrações e invasões foram ainda beneficiadas pelo sistema hidrográfico do país (rios, mares interiores e lagos). Historicamente, foi fácil, para os estrangeiros, invadirem a Rússia e, para os russos, usá-la como ponto de partida para conquistas no exterior. Por outro lado, a dificuldade de acesso a portos oceânicos gerou uma série de conflitos.

A partir do século XVIII, nos reinados de Pedro e Catarina até o século XX, a nação russa atingiu um máximo de expansão territorial, que foi mantido até o final da experiência socialista. Uma área de aproximadamente 22 milhões de km², com extensões de 8 mil km no sentido leste-oeste e 3 mil km no sentido norte-sul (OLIC, 1993, p.64)

A vegetação se distribui em várias faixas paralelas: mais ao Norte, próximo ao litoral ártico, ocorre a tundra, uma vegetação rasteira, de gramíneas e líquens; rumo ao Sul, ocorre a taiga, a floresta siberiana de grandes árvores “decíduas”¹, mais densa na região européia, de planície, do que na asiática, mais elevada; e as estepes da Ásia Central, com áreas que chegam a ser semidesérticas. Mais a Oeste, na Rússia Européia, uma região de férteis campos naturais. Assim, de modo geral, a extensão das áreas cultiváveis ou apropriadas à pecuária é relativamente restrita.

A Rússia é banhada por três oceanos. A Oeste, em duas pequenas extensões (onde estão os portos de São Petersburgo e do enclave de Kaliningrado), pelo Mar Báltico, uma reentrância do Atlântico no território europeu, a Sudoeste pelo Mar Negro, a Oeste, pelo Oceano Pacífico (Mares de Okotsk e Behring), onde se situa o porto de Vladivostok, e ao

¹ Árvores que anualmente, perdem todas as folhas no outono, recuperando-as na primavera.

Norte, pelo Oceano Ártico, com os portos de Murmansk e Arkangelsk. O acesso a portos causou uma série de guerras com escandinavos e bálticos, turcos, chineses e japoneses.

Dentro do território russo, há um sistema, único no mundo, de lagos e mares interiores. O Cáspio, maior lago do mundo, é um mar salgado, numa região rica em petróleo. O Mar de Aral foi quase extinto pelo uso excessivo na irrigação. O Balkash e o Baikal situam-se ao Sul da Sibéria, sendo que o segundo é o lago mais profundo da Terra. A rede hidrográfica russa só é comparável à do Brasil, possuindo rios capazes de fornecer grandes quantidades de energia (como o Obi, na hidrelétrica de Bratsk) e outros navegáveis (como o Volga).

2.2 - Raízes da Rússia

Para compreender as transformações recentes na Federação Russa, núcleo da extinta União Soviética, é imprescindível retroceder às origens do Estado Russo (com o estabelecimento do domínio eslavo na região) e chegar ao poderoso Estado absolutista que teve o apogeu nos reinados de Pedro, o Grande, e Catarina II (séculos XVII e XVIII) e sobreviveu até a Revolução de 1917. Um ponto chave é a compreensão de que, ao contrário da Europa, onde as sociedades antecederam e até estruturaram os seus Estados, na Rússia foi a estrutura política que, servindo-se da burocracia civil e militar, “produziu” a sociedade, enquadrando-a em seus objetivos e interesses. Isso pode ser claramente exemplificado com o surgimento da nobreza russa, resultado de concessões estatais aos indivíduos que se destacaram como guerreiros a serviço do Estado, e pelo papel subalterno do clero ortodoxo em relação aos czares, nunca chegando a ter a autonomia e influência alcançadas pelo catolicismo no Ocidente. São particularidades russas que ajudam a entender por que a região não chegou a mergulhar em transformações como o Renascimento cultural ou a Reforma religiosa da Idade Moderna. Características decisivas, que contribuíram para a sobrevivência do absolutismo imperial até o início do século XX, quando o mundo assistiu, perplexo, à rápida ascensão e à súbita queda do regime socialista (VICENTINO, 1995, p.11).

2.2.1- Origens eslavas na Antigüidade e nascimento da Rússia na Idade Média

Enquanto o Império Romano entrava em declínio, sob a pressão das chamadas “invasões bárbaras”, diversas tribos dos povos eslavos, agricultores originários da região da atual Polônia e falantes de línguas indo-europeias, fixavam-se no Leste Europeu e nas estepes russas. Eles formavam três subgrupos: os eslavos do oeste (poloneses, tchecos), os do sul (sérvios, croatas) e os do leste (russos e ucranianos).

O período medieval europeu caracterizou-se, também no Oriente, por uma nova ordem sociopolítica (o feudalismo), baseada na posse da terra como fonte de prestígio e poder dos grandes proprietários, os senhores feudais (VICENTINO, 1995, p.14).

No território da atual Rússia, desde o século VI, diversos príncipes eslavos uniram-se em empreendimentos militares defensivos, chegando à fusão com povos vizinhos. O comércio usava a rede fluvial para vender escravos, madeiras e peles ao Ocidente e Bizâncio. Surgiram aldeias e cidades importantes, como Kiev e Novgorod, dotadas de autonomia política e econômica e administradas por uma assembleia local, que muitas vezes nomeava um chefe com o grau de príncipe. Mas essa autonomia era frágil, e algumas cidades, ao serem dominadas, viam-se obrigadas a pagar tributos aos conquistadores.

Ao Norte de Novgorod, invasores escandinavos - guerreiros comerciantes *vikings* - conquistaram várias cidades, sendo apelidados pelos eslavos de *russ* ou *varengues*. Com o tempo, foram completamente eslavizados. Um momento decisivo na história russa aconteceu quando Rurik, um capitão escandinavo, assumiu o domínio de Novgorod, em 862, impondo um primeiro principado, hegemônico sobre várias cidades na região. Nascia o Estado Russo, ainda pequeno, mas já unificado politicamente (VICENTINO, 1995, p.16).

Rurik foi sucedido por Oleg (879-912), organizador de um exército formado pelos povos varengue, eslavo e finês, que conquistou a via comercial Báltico - Mar Negro, dominando diversas tribos vizinhas. Oleg assegurou aos russos o acesso a Bizâncio e transformou Kiev na capital de seu império. Kiev e Novgorod uniam o sul e o norte, fundindo os escandinavos do norte à massa eslava da região e compondo as raízes russas.

Partindo de uma pequena faixa de terra localizada entre os mares Báltico e Negro, grupos russos se expandiram para todas as direções, procurando, de um lado, conquistar novas terras e, de outro, quase desesperadamente, obter acesso a mares que pudessem ser utilizados para a navegação durante o ano inteiro. Ao longo dos séculos, esse expansionismo inicial teve muitos avanços e poucos recuos, gerando um intenso e constante fluxo migratório. A

conquista e submissão de muitos povos pelos russos resultou na precoce formação de um estado com nítidas características de heterogeneidade étnica (OLIC, 1993, p.62).

Outro momento decisivo foi o da cristianização, feita via Bizâncio, com a conversão do príncipe Vladimir, primeiro governante russo de sangue eslavo. O cristianismo suplantou o culto às forças da natureza e foi transformado em religião oficial em 988.

No reinado de Iaroslav, o Sábio (1019-54), o Estado nacional russo foi dotado de componentes jurídicos e econômicos já presentes nos reinos ocidentais, como uma codificação de leis e moeda própria. A partir do século XI, o poder dos príncipes e dos “*boiardos*”² sobre os camponeses já estava consolidado, conforme o figurino da estrutura feudal medieval. A função maior do príncipe era a defesa do território, com a ajuda do Conselho Boiardo e de uma Assembléia de Cidadãos. Essa ordem feudal tinha por base a posse das terras e como cimento a fé cristã, impulsionada pela Igreja, também grande proprietária. Com o tempo, o poder do príncipe de Kiev foi se enfraquecendo, em virtude do fortalecimento dos príncipes menores, como o de Novgorod. E novas unidades independentes foram se consolidando: é de 1147 a primeira menção a Moscou, no principado de Vladimir-Suzdal (VICENTINO, 1995, p.19).

2.2.2 - Invasões ocidentais e orientais

Durante a Baixa Idade Média (séculos X a XV), a região russa foi alvo da expansão conquistadora de diversos povos. Do Ocidente, veio a marcha alemã comandada pela Ordem dos Cavaleiros Teutônicos, que conquistou o Báltico, gerando um expansionismo que chegou até a Rússia, aproveitando-se do fracionamento da região em principados autônomos. Num segundo momento, os nobres suecos aproveitaram-se das dificuldades regionais e tomaram todo o norte russo. Em 1249, foram vencidos por Alexandre Nevsky, que ainda expulsou os alemães.

A promissora civilização de Kiev teve fim com a invasão dos mongóis, no início do século XIII. Este domínio durou mais de 150 anos e foi um dos fatos mais traumáticos da história russa. Os mongóis, originados do Norte da China e chamados de tártaros pelos russos, tiveram entre seus comandantes o poderoso Gêngis Khan, que conquistou a Sibéria, a Ásia Central e o Cáucaso. Após sua morte, Khan Batu tomou vários principados, incluindo Moscou, o vale do Dnieper e Kiev, e retirou-se para o Baixo Volga, onde fundou o império da

² Os boiardos eram nobres com status semelhante ao de países ocidentais, baseado na posse hereditária de terras.

“Horda de Ouro”. Os territórios mais ao Norte não foram ocupados, mas as populações aí estabelecidas pagavam pesados impostos e tributos aos mongóis.

Durante o domínio mongol, interrompeu-se a já pequena aproximação russa com o Ocidente. Foi uma época de governos despóticos, que exploravam o povo e garantiam seu domínio pelo terror. O domínio tártaro, seguido da destruição de Kiev, acelerou o declínio do comércio com Bizâncio, restando os poucos vínculos de Novgorod com o Báltico Ocidental. Por outro lado, esse quadro sombrio provocou migrações em direção à Polônia e ao Alto Volga, russificando os fineses da região. Nesta época, o predomínio das grandes cidades foi substituído pelo das vilas, situação contrária àquela que acontecia no Ocidente europeu da Baixa Idade Média.

Os sucessores de Alexandre Nevsky foram pouco a pouco conquistando autonomia perante os mongóis, tendo Moscou, nova sede do Patriarcado da Igreja Ortodoxa e cidade em expansão demográfica e comercial, como ponto de partida. Nela surgiu a aspiração, logo nacional, da formação de um Estado capaz de pôr fim ao domínio estrangeiro.

Ivan III, o Grande (1462-1505), derrotou os mongóis, em 1480, constituiu um forte Estado russo na região e incorporou Novgorod a seus domínios. Casado com a sobrinha do último imperador bizantino, adotou o título de *czar* (césar), um continuador da Roma Oriental (Constantinopla, antiga Bizâncio), conquistada pouco antes pelos turcos otomanos. A própria Igreja Ortodoxa, originada em Bizâncio, aclamou o Czar Ivan III como representante de Deus na Terra, ajudando-o a consolidar sua autoridade e criando o mito de Moscou como a herdeira de Roma. Começava com ele uma forma de absolutismo superior ao poderio dos monarcas ocidentais.

2.3 - O Poderoso Estado Russo na Idade Moderna

2.3.1 - Reinado de Ivan, o Terrível (1533 – 1584)

Ivan IV, o Terrível, foi o primeiro “czar de todas as Rússias” e o criador das bases de um completo absolutismo russo, o czarismo. Para isso, eliminou parte dos *boiardos* e criou os “*pomiéchtchik*”³, que, mais tarde, misturados à velha aristocracia, passaram a ser chamados de “*dvoryanes*”⁴. Criou ainda a Guarda do Czar, a Streltsi, e a temida milícia Opritchnina, embrião da futura polícia Okrana.

Prosseguindo a expansão territorial para o Leste, Ivan IV conquistou aos mongóis a bacia do Volga e parte da Sibéria, cuja colonização coube a camponeses russos e ucranianos que, já nessa época, fugiam do regime de servidão, os cossacos. Era a “estepe livre”, organizada na formada de comunidades militares independentes, incumbidos de defender as fronteiras contra turcos e mongóis (VICENTINO, 1995, p.26-27).

Na região do Báltico, tentou libertar-se do controle comercial da Liga Teutônica, que monopolizava a troca de produtos ocidentais (tecidos, artigos de ferro, vinhos, açúcar) e locais (peles, linho, madeira, peixes). Reagiu ampliando o monopólio estatal comercial (sal, caviar, seda) e aproximando-se dos ingleses. Mas acabou tendo de entrar em guerra contra os países do Báltico, do que teve de desistir em consequência da abertura de uma outra frente, ao Sul, com o ataque dos tártaros da Criméia. Assinou uma paz com os ocidentais para poder enfrentar os tártaros, que conseguiu vencer em 1552. No plano interno, buscou suprir carências com a atração de mão-de-obra ocidental especializada, como engenheiros, construtores, artistas, tipógrafos e médicos.

Com a morte de Ivan IV, o poder efetivo foi entregue a Bóris Godunov, que avançou na conquista da Sibéria, venceu um novo ataque tártaro e reconquistou territórios cedidos aos suecos. Foi um período bastante turbulento para a Rússia, denominado “era das grandes desordens”. Explodiram diversas revoltas camponesas nacionais. E as lutas pela sucessão ao trono, que chegaram ao ponto da tomada do poder por falsos herdeiros, deixaram o país fragilizado, do que poloneses e suecos se aproveitaram para conquistar Moscou e Novgorod, respectivamente. Em 1612, os polacos foram expulsos e uma Assembléia Imperial elegeu, em 1613, o boiardo Mikhail Romanov, de 16 anos, como o novo czar. Era o início de uma nova dinastia, a Romanov (1613-1917).

³ Os *pomiéchtchiks* recebiam seus títulos de nobreza a partir da prestação de serviços, geralmente militares, ao czar.

⁴ Os *dvoryanes* eram os nobres que ficavam na corte, assessorando o czar nos assuntos do império.

2.3.2 - Os primeiros Romanov

Coroado com o título de Mikhail III (1613-45), Mikhail encerrou a “grande desordem”, e recuperou os territórios de Novgorod sob domínio sueco. Intensificou medidas para o estabelecimento de um Estado forte, de governo centralizado, típico da Idade Moderna. Era o triunfo dos grandes proprietários, dos dvoryanes, dos mosteiros e do czar sobre a rebeldia camponesa e a autonomia das forças armadas, como a dos cossacos.

O sucessor, Alieksiéi Mikailovitch (1645–1676), deu início a uma ampla reforma da Igreja Russa, buscando um maior controle estatal sobre os clérigos. Na área rural, passou a vigorar um novo código de leis, que geraria intensa polêmica nos séculos seguintes. Decretava-se a fixação do camponês na terra e suas obrigações em tributos e trabalhos aos seus senhores, pondo-se fim à secular flutuação da população, em que os camponeses, por escolha própria, podiam mudar de senhor, em busca de melhores terras. Tal sistema, em vigor desde a Idade Média, era chamado de *udiél* e consistia em os colonos da gleba assumirem obrigações com um senhor territorial, segundo um contrato que podia ser denunciado anualmente, no dia de São Jorge.

Esse período ainda foi marcado por novas revoltas camponesas, destacando-se as lideradas por Razin, baseada na divisa: “Vim somente para atacar ricos e boiardos. Com os pobres e os simples, estou disposto a dividir tudo”. Razin enfrentou e saqueou persas e tártaros, envolvendo quase todo o país. Chegou às portas de Moscou, mas não escapou da repressão czarista, tendo sido executado (VICENTINO, 1995, p.32).

2.3.3 - Reinado de Pedro, o Grande (1689-1725)

Pedro, o Grande, foi responsável por mudanças significativas na Rússia. Foi o conquistador do Báltico e de toda a costa da Finlândia, chegando, para tanto, a fazer alianças com velhos inimigos, como os polacos, visando derrotar os suecos, na denominada Guerra do Norte. Essas conquistas libertaram a Rússia do gelado mar Ártico, não navegável durante pelo menos seis meses ao ano, abrindo condições para a integração do país ao capitalismo ocidental, além de consolidar o poderio do Estado e fundar um império de dimensões nunca antes atingidas. Esse poderio era respaldado por um exército permanente, uma frota de navios, fábricas de armas e grandes siderúrgicas. Seu símbolo maior foi a construção, em 1703, de

uma nova capital russa, a bela São Petersburgo, cidade marítima e janela para a Europa, onde, a exemplo do Palácio de Versalhes, de Luiz XIV, poderia ter a nobreza sob seu controle direto.

Pedro também buscou equiparar a Rússia aos Estados europeus mais avançados, suplantando os particularismos dos principados representados pela nobreza territorial. Em 1711, Pedro substituiu a Duma, Parlamento boiardo, por um Senado de cinco membros escolhidos por ele. Impondo sua absoluta autocracia, Pedro, imbuído do ideal de uma grande Rússia, dinamizou a cultura, fundando escolas, como a de navegação, o primeiro jornal e as bases da Academia Russa. Pedro assumiu ainda a chefia da Igreja Ortodoxa Russa, como um patriarca, que controlava seu órgão máximo, o colegiado de bispos do Santo Sínodo. Buscou também eliminar as constantes revoltas camponesas que tumultuavam a produção e o recebimento dos tributos, além de gerarem forte insegurança no crescente fluxo comercial. Adquiriu, em sua viagens, forte crença no progressismo dos ocidentais. Certo da necessidade de modernização, impôs - às vezes, pela força - a europeização da Rússia, sob clara oposição dos boiardos. As medidas tomadas por Pedro integravam-se numa política mercantilista, de criação de monopólios estatais, protecionismo e defesa da produção nacional. Foi estimulada a autonomia econômica das cidades e a construção de canais e portos (VICENTINO, 1995, p.32).

2.3.4 - Reinado de Catarina II, a Grande (1762-96)

Quando se iniciou o reinado de Catarina II, a Grande, na segunda metade do século XVIII, a Rússia já se apresentava como uma grande potência, com extensão territorial, população, recursos econômicos e poderio militar (afirmado na Guerra dos Sete Anos, contra os alemães) ímpares. Entretanto, o império czarista não conhecera a afirmação de uma sociedade burguesa individualista e leiga. Continuava com suas peculiares estruturas orientais, sob a supremacia do Estado e da Fé. Sua ordem econômica não constituía um processo autêntico de acumulação burguesa: era um “quase capitalismo” ou “capitalismo asiático”. Em 1762, cerca de 90 % da população russa era rural (mais da metade, formada de servos, dos quais 3 milhões pertenciam ao Estado e 1 milhão à Igreja. Os 10% urbanos tinham Moscou como a maior cidade, com menos de 300 mil habitantes. Nela, milhares de choupanas conviviam com centenas de palácios e igrejas (VICENTINO, 1995, p.43).

Enquanto isso, o Ocidente vivia a efervescência intelectual do Iluminismo,

movimento ideológico contra o Antigo Regime e defensor de um Estado burguês. O desenvolvimento burguês ocidental já não podia mais conviver pacificamente com o Estado absoluto e mercantilista russo, exigindo liberdades públicas, o fim dos privilégios tradicionais e a racionalidade política e econômica capitalista. Catarina II, cuja intimidade com a cultura francesa levou-a a abrigar na Rússia grandes nomes da Ilustração, como Voltaire e Diderot, incorporou os ideais liberais iluministas, mas de forma peculiar, numa adaptação denominada “despotismo esclarecido”. O iluminismo foi reciclado e integrado à estrutura czarista e feudal-asiática russa, o que chegou a produzir importantes realizações. Seu governo aboliu a tortura e instituiu a liberdade religiosa e a igualdade de legislação para todos os domínios. Em 1764, as terras da Igreja foram convertidas em propriedades do Estado e seus clérigos foram transformados em funcionários do governo. Foram criadas a Universidade de Moscou e outras escolas superiores, além de escolas populares e colégios para a formação de professores. Foram fundados hospitais em Moscou e São Petersburgo, além de asilos, hospícios e da introdução da vacina contra a varíola.

Foi também a época da edificação das cidades de Odessa e Sebastopol, no Mar Negro, além de um parque industrial de minas e metalurgia de ferro e cobre nos Urais. Catarina II continuou a expansão do Império, conquistando a Criméia e enfrentando os tártaros. Também conseguiu acesso aos mares Negro e Cáspio, fortalecendo as ambições russas em relação ao Mediterrâneo. Aniquilou a Polônia, impondo-lhe domínio e confiscos territoriais. Novas etnias foram incorporadas pelo czarismo, originando um grande império sob a hegemonia dos eslavos russos, com a dimensão aproximada que possuiria mais tarde a União Soviética (VICENTINO, 1995, p.38).

Mas a estrutura de poder montada por Catarina II, apesar de todo o sentido desenvolvimentista, continuou intimamente ligada à nobreza russa, que, com a “Carta de Concessão à Nobreza”, de 1785, obteve a isenção de impostos e do serviço militar e o direito de julgamento exclusivamente por seus pares.

Nesta época, a fronteira entre a servidão e a escravidão na Rússia era tênue: servos eram submetidos a trabalhos forçados e chegavam a ser vendidos como animais ou objetos, separadamente da terra ou das habitações. As difíceis condições de vida da massa trabalhadora rural voltaram a deflagrar grandes revoltas camponesas, entre as quais a de Pugatchev, o “falso Pedro III” (imperador morto antes do reinado de Catarina). Depois de inúmeras vitórias, ele acabou preso, decapitado e esquartejado, sendo as partes de seu corpo exibidas por toda a cidade.

2.3.5 - Autocracia pendular: liberalismo e conservadorismo

Assumindo o trono com o título de Alexandre I (1801-25), o novo czar ganhou rápida popularidade ao pôr fim à repressão implacável de Paulo I (efêmero sucessor de Catarina) e libertar milhares de prisioneiros políticos. Refletindo sua formação iluminista, determinou a existência de uma universidade em cada uma das seis regiões em que foi dividida a Rússia e de uma escola secundária em cada província. O plano visava remover o abismo cultural entre as elites e as massas, mas só fez aumentá-lo.

Na política externa, Alexandre passou do apoio à Inglaterra (1805), contra o bloqueio continental imposto pela França, para uma adesão a este bloqueio (1807), em virtude de derrota militar para os franceses. Em 1812, voltou a desafiar os franceses, fazendo com que Napoleão iniciasse a Campanha da Rússia, invadindo-a à frente de 650 mil soldados. Depois da vitória napoleônica em Borodino, os franceses conseguiram chegar a Moscou, mas não obtiveram a esperada rendição do czar, deparando-se, ao contrário, com uma encarniçada resistência. Os russos adotaram a técnica da “terra arrasada”, optando por um não enfrentamento total com Napoleão. Abandonando 740 km de território aos invasores, os russos foram queimando tudo, nada deixando que pudesse servir de sustento e abrigo aos soldados de Napoleão (VICENTINO, 1995, p.44).

A Moscou que conquistaram, em setembro de 1812, era uma cidade abandonada por sua população e sob um enorme incêndio provocado pelos próprios russos. Cerca de três quartos das construções, cuja maioria era de madeira, queimaram, ficando apenas as edificações de pedra. A encarniçada resistência dos russos, o inverno rigorosíssimo e a fome obrigaram os franceses a recuar, com perdas gigantescas, que aniquilaram o poderio napoleônico na Europa, culminando na derrota de Bonaparte em Leipzig, em 1813, na Batalha das Nações. As semelhanças com a invasão nazista ao território soviético, na II Guerra Mundial, são evidentes. Com a vitória, Alexandre I concretizou o domínio sobre a Finlândia, a Bessarábia (parte da Romênia) e a Silésia (província polonesa). Além da liderança reacionária internacional da Santa Aliança, Alexandre mantivera o absoluto centralismo czarista na política interna, reprimindo violentamente qualquer ameaça à ordem política e econômica vigente, como ocorreu em relação às revoltas camponesas ocorridas entre 1818 e 1820, na área do Don, à multiplicação de sociedades secretas e ao descontentamento no meio militar (VICENTINO, 1995, p.43-46).

2.3.6 - Reformismo e esgotamento czarista

Com a morte de Alexandre I, foi coroado sucessor seu impopular irmão, Nicolau I (1825-55), o que causou a revolta liberal de dezembro de 1825, que tinha por alvos, além da miséria popular, a autocracia czarista e a servidão feudal, vistas como responsáveis pelo atraso econômico russo perante as grandes potências ocidentais. Execuções, prisões, exílios na Sibéria desmantelaram o movimento contestatório, conhecido por Revolta dos Decembristas.

No início da segunda metade do século XIX, emergiam fraquezas que apontavam os limites do czarismo e sua estrutura ultrapassada, num mundo crescentemente capitalista. Um bom exemplo deu-se com a Guerra da Criméia (1853-56), contra os turcos, urna tentativa czarista de assumir o controle dos estreitos de Bósforo e Dardanelos, assegurando uma passagem do mar Negro para o Mediterrâneo, aproveitando-se da decadência do Império Turco Otomano. Entretanto, a ambição russa acabou atraindo a oposição da Inglaterra e da França, potências que viam a hegemonia russa na região como uma perigosa barreira ao expansionismo colonialista ocidental e bateram o czar em terra e no mar, revelando o seu atraso ante o mundo capitalista.

O enfraquecimento do Estado expansionista russo dinamizou o descontentamento popular, iniciando a Era das Reformas, como a redução da censura, a abolição da servidão e o estabelecimento da autonomia acadêmica das universidades. Era a opção reformista para buscar conter as crescentes pressões da nação, adotando a fórmula do próprio czar, que afirmava: “É preciso fazer a reforma de cima para baixo, em lugar de esperar que ela seja imposta de baixo para cima”. No caso do fim da servidão, decidido em 1861, o Czar Alexandre II (1855-81) libertou 40 milhões de camponeses sem alterar substancialmente a estrutura fundiária tradicional, evitando o confisco generalizado e a redistribuição de terras, como reivindicavam os diversos movimentos populares russos. Mesmo a compra, pelo governo, de propriedades que seriam distribuídas aos trabalhadores rurais agora livres, não conseguiu a simpatia popular, pois as propriedades eram entregues às aldeias (*mir*) que as repassavam aos camponeses mediante indenização ao Estado, em prestações pagas durante 49 anos, transformando-os, na prática, em verdadeiros servos do Estado (VICENTINO, 1995, p.46).

Foi uma época de multiplicação dos movimentos revolucionários, em que surgiram inúmeras organizações, várias delas já incorporando os novos ideais socialistas, especialmente os da I Internacional, realizada em Londres, em 1864, na qual tiveram participação de destaque Karl Marx e o anarquista russo Mikhail Bakunin. O descontentamento russo mesclava-se aos novos princípios das avançadas economias industrializadas ocidentais, cabendo a Plekhanov a introdução do marxismo nos meios intelectuais russos, com a tradução do *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels.

VICENTINO destaca outro aspecto importante: o do avanço do capitalismo na Rússia produzindo uma significativa classe operária, que logo começou a assimilar as novas ideologias ocidentais e a criar novas formas de luta popular. Um dos fortes grupos atuantes era o dos auto-proclamados “nihilistas”⁵, que condenavam todas as antigas idéias sobre religião, economia e sociedade, desejando destruir as estruturas sociais e políticas existentes. Surgiram também os coletivistas marxistas e os anarquistas seguidores de Bakunin e depois de Kropotkin e Tolstói. Nesta efervescência contestatória e cultural, nasceu o “setor russo” da I Internacional, sob a liderança de Lopatin. Pregando revolução e mudança, surgiram também grupos de jovens revolucionários cometendo atentados contra funcionários governamentais, cujo ápice, sob a liderança do grupo *Narodnaia Volia* (Vontade do Povo), foi o assassinato de Alexandre II (1881). O novo Czar, Alexandre III (1881-94), abalado pela violência, chegou a se refugiar em um palácio na área rural, tornando-se o “prisioneiro de Gatchina”. Ao mesmo tempo, desencadeou medidas repressoras violentas, ampliando a autoridade e a atuação da Okrana (polícia política) Implementou a “russificação”, ou seja, a imposição da língua, da religião e da cultura da “Mãe Rússia” aos súditos do Império, o que facilitava a tarefa de governá-los. Tal atuação dirigiu-se mais intensamente contra poloneses, finlandeses e judeus (nacionalidades pertencentes à Rússia e consideradas as mais ameaçadoras à unidade imperial), fazendo uso de perseguições e até pogroms. Em 1890, dos 50 mil presos políticos da Sibéria, 20 mil eram poloneses (VICENTINO, 1995, p. 51).

⁵ Do latim *nihil*, “nada”.

2.4 - A Rússia Imperial: Sociedade, Instituições Políticas e Economia

2.4.1 - O Império

Em fins do século XIX, o império czarista, com seus mais de 22 milhões de km², tinha o maior território do mundo. A dinastia dos Romanov, ao longo de três séculos, expandiu-o de forma sistemática. Guerras de conquista transformaram o pequeno principado de Moscou do século XVII numa grande potência imperial. Agora faziam parte do Império, ao Sul, o Cáucaso, a península da Criméia, o norte do Mar Negro; a Leste, as vastidões da Ásia Central e da Sibéria Oriental, e duas importantes ex-províncias da China, Amur e Ussuri, que permitiram a construção de uma cidade no Pacífico Norte, Vladivostok. Ainda mais além, os russos atravessaram o Estreito de Behring, o Alasca e chegaram a alcançar o norte da atual Califórnia, terras que depois foram compradas pelos americanos (REIS FILHO, 2003, p. 15-17).

Mas o Império pretendia concretizar outras ambições. A oeste, dois objetivos: apoiar o movimento irredentista dos povos eslavos do sul e a desagregação do Império Austro-Húngaro, construindo uma área de influência nos Bálcãs, e deslocar o Império Otomano, passando a controlar os portos do Mediterrâneo Oriental, de mares quentes, e a cidade sagrada de Constantinopla. No Extremo Oriente, a transformação da rica província mineral chinesa da Mandchúria e da península coreana em áreas de influência. A estrada de ferro Transmandchuriana e a base naval de Port Arthur pareceram, em certo momento, aproximar a realização desses objetivos. Na política imperial russa, combinavam-se ambições geopolíticas estratégicas, típicas de um expansionismo de Antigo Regime, e a ganância moderna por negócios lucrativos, de uma emergente burguesia russa, muitas vezes em aliança com as finanças internacionais (REIS FILHO, 2003, p. 17-18).

A população estimada, de 132 milhões de habitantes (1897) fazia da Rússia a principal potência demográfica da Europa e a terceira do mundo, abaixo apenas da Índia e da China. O Império era um autêntico mosaico de povos e religiões. Russos e ucranianos (quase metade da população total) formavam a base mais coesa, embora houvesse contradições na Ucrânia, onde era forte e tradicional o sentimento nacionalista. No extremo ocidente do império, povos que se consideravam europeus e se ressentiam da dominação dos russos “asiáticos”, como um insulto: poloneses, finlandeses e bálticos, sem contar importantes

minorias de judeus e alemães. Na Ásia Central, descendentes de turcos e mongóis. No Cáucaso, georgianos, armênios, turcos, iranianos, curdos. Superpondo-se às contradições étnicas, as de ordem religiosa: cristãos, judeus, muçulmanos, budistas, animistas e xamanistas.

2.4.2 - As bases do autoritarismo

Contraopondo-se a essa extrema diversidade, a autocracia imperial russa, simbolizada pela águia de duas cabeças, visando Oriente e Ocidente, tinha a seu serviço a Burocracia Civil, a Polícia Política, as Forças Armadas e a Igreja Ortodoxa.

A Burocracia Civil, constituída por Pedro, o Grande, reunia cerca de quinhentos mil funcionários. Era elitista, pois os níveis superiores eram reservados apenas aos nobres, ineficiente, corrupta e odiada pelo cidadão comum, sendo assim uma das sínteses mais expressivas das tradições conservadoras da sociedade russa (REIS FILHO, 2003, p.16).

A dimensão repressiva era assumida pela Polícia Política, criada no reino de Nicolau com o nome de Okrana, sendo encarregada de controlar, silenciar, desarticular, prender, exilar e, em alguns casos, matar opositores. Já as Forças Armadas não eram apenas um mecanismo de ação externo, exercendo também um importante papel nos interesses do Estado, debelando rebeliões que pudessem escapar da repressão da burocracia civil e da polícia política (REIS FILHO, 2003, p.17-18).

Para consolidar a ordem, o czarismo contava ainda com a Igreja Ortodoxa, subordinada funcionalmente ao poder czarista e supervisionada nos altos escalões pelo procurador do Santo Sínodo, nomeado pelo czar. Além disso, o czar era considerado pela Igreja Ortodoxa um soberano de direito divino, o que trazia óbvias implicações nas relações entre poder e religião (REIS FILHO, 2003, p.18).

2.4.3 – O campo

As instituições políticas da autocracia imperial regiam uma sociedade fundamentalmente agrária. Em fins do século XIX, cerca de 85% da população vivia no campo. Na base da sociedade, a imensa massa de dezenas de milhões de *mujiqs*, habitando pequenas aldeias, organizados em comunas agrárias, os *mir* (palavra que também significava “universo”, “paz”), uma instituição ancestral, dotada de uma assembleia (a *obchina*), onde se reuniam os patriarcas de cada família, para eleger, dentre os mais velhos, o chefe local, o *starosta*, a quem se atribuíam diversas funções: resolução de pequenos conflitos, recolhimento

de impostos, recrutamento militar. Além disso, a *obchina* responsabilizava-se pela distribuição/redistribuição periódica das terras comunais, segundo as necessidades (as bocas) e as possibilidades (os braços) estimadas. A força do *mir* provinha de um igualitarismo que propiciava solidariedade, identidade e coesão social, concretizadas no trabalho comum e no auxílio mútuo. Sua fraqueza derivava do desestímulo à inovação e ao progresso familiar e individual, já que os possíveis rendimentos crescentes dos lotes de terra eram sempre ameaçados pelas periódicas redistribuições, previstas pela lei e pelos costumes. No topo da pirâmide social, dominando aquela sociedade agrária, cerca de cem mil famílias proprietárias de terra, os *pomeschtchiki*, quase todos vinculados à nobreza. Embora em declínio ao longo do século XIX, conservavam força política e prestígio social, formando a principal base social da autocracia czarista.

A agricultura russa tinha desigualdades estruturais. No Sul e no Oeste já havia grandes propriedades produzindo cereais e açúcar de beterraba para exportação. Era a Rússia que se transformava no celeiro da Europa. Enquanto isso, os *mujiks* trabalhavam a terra com os braços e rudimentares instrumentos. Cerca de 60% eram classificados como pobres, dos quais cerca de 1,5 milhão eram assalariados, sem acesso à terra. Eram 22% os medianos, ou remediados. E, finalmente, num estatuto relativamente mais elevado, 18%, os *kulaks*. Controlavam muitos dos demais camponeses, porque lhes emprestavam dinheiro e sementes, e gozavam de prestígio social e de melhores condições, como a de oferecer instrução básica à família. Entretanto, compartilhavam das condições penosas que marcavam a vida de todos os que trabalhavam nos campos russos. Na descrição de REIS FILHO: “pequenas aldeias de casas de madeira apertadas, dando para ruas de poeira (verão) e de lama (inverno), sem os confortos da vida moderna, sujeitas a surtos de doença e de fome” (REIS FILHO, 2003, p.20).

Um terço dos *mujiks* dispunha apenas de pequenos *lenços* de terra, de 1 a 2 hectares. Em 1905, uma pesquisa oficial mostrou que, nas terras comunais, metade das famílias possuíam menos de oito hectares, ou seja, abaixo do limiar considerado mínimo para sobreviver com um mínimo de dignidade. A produtividade alcançada pelos *mujiks* era muito baixa, comparada com os padrões europeus. Apesar de progressos localizados, os avanços eram muito lentos. Circunstâncias históricas e sociais condicionavam o fenômeno: técnicas de produção tradicionais, instrumentos de trabalho pouco eficientes, escassez de tração animal e de fertilizantes orgânicos e químicos, retalhamento excessivo e insegurança quanto à posse, a longo prazo, dos pequenos lotes, periodicamente redistribuídos.

2.4.4 - O atraso

No contexto da Europa, a Rússia era uma sociedade que havia se atrasado. Por ocasião do Congresso de Viena, realizado em 1815, para traçar os rumos da Europa depois da derrota definitiva da aventura napoleônica, a Rússia Imperial surgia mais uma vez, como grande potência política, militar, demográfica e econômica. Seus exércitos haviam desempenhado papel essencial na destruição da França revolucionária e, em torno de sua força, estruturou-se a Santa Aliança, destinada a manter a paz e a ordem universais. Nas décadas seguintes, e até o fim da primeira metade do século XIX, a Rússia manteve-se como um gigante inabalável, polícia do mundo, a “reserva” odiada por progressistas e revolucionários, onde se apoiavam conservadores e reacionários de todos os quadrantes. Seus exércitos “mataram” as revoluções sociais e nacionais de 1848 (a “primavera dos povos”), na Europa Central e Oriental (REIS FILHO, 2003, p.21).

2.4.5 - A Rússia tradicional e a rejeição da modernidade ocidental

Introduzira-se, entre 1815 e 1855, um descompasso que se tornara histórico, entre a Rússia czarista e as potências capitalistas mais dinâmicas da Europa. Como se a Rússia não tivesse sido capaz de acompanhar a modernização trazida pela Revolução Industrial, que estava mudando a Europa Ocidental desde o século XVIII. Em 1820, a Rússia produzia mais ferro que França, Estados Unidos e Prússia, e o equivalente a um terço da produção inglesa. Quarenta anos depois, produzia dez vezes menos do que a Inglaterra, um terço do que produziam os EUA e tinha sido já ultrapassada pela França e pela Prússia. A produção inglesa de carvão atingia, em 1860, a marca de 67 milhões de toneladas, e os EUA e a Prússia avizinham-se dos quinze milhões, enquanto a Rússia produzia menos de 100 mil toneladas (REIS FILHO, 2003, p.22).

Tornou-se comum, desde então, atribuir-se ao reino do czar Nicolau I, entre 1825 e 1855, a responsabilidade pela construção do atraso. Não há dúvida de que foi o reinado mais obscurantista que a Rússia teve no século XIX. E também não se duvida de que o czar excedeu-se na repressão, estimulando a organização de uma sociedade de trevas, onde, segundo Herzen, “cada comissário de polícia é um soberano e em que o soberano é um comissário de polícia coroado”. Ou seja, o czar poderia ser visto como o chefe obscurantista de uma sociedade apegada a valores tradicionais. Nas palavras de REIS FILHO: “O Ocidente, o desafio ocidental, as idéias perigosas e malditas” de um Ocidente em constante mutação,

cultuando o bezerro de ouro, com suas idéias materialistas e valores subversivos diversos: individualistas, liberais, socialistas, revolucionários. A Rússia hierárquica, nobre, comunitária, religiosa, tradicional, não aceitava esse padrão” (REIS FILHO, 2003, p. 23).

Na primeira metade do século XIX, um grande debate condensou a reflexão sobre estes dois caminhos: de um lado, pequenos grupos de nobres e/ou de intelectuais, a *intelligentsia* emergente, cultores do modelo ocidental, sintonizados com o pensamento liberal ou revolucionário da França, Inglaterra e Alemanha, os “ocidentalistas”. De outro, os “eslavófilos”, partidários das tradições caras à sociedade russa, rejeitando as maneiras de ser e de viver ocidentais. Nicolau I, à sua maneira policial, exprimiu essa recusa.

2.4.6 - O Programa reformista: em busca de uma modernidade alternativa

As reformas, sob o impulso e a liderança de Alexandre II, sucessor de Nicolau I, marcaram época. A principal foi a abolição da servidão, decretada em 1861. Desde 1848, funcionavam comissões secretas para pensar a questão da servidão, considerada o nó que prendia a Rússia ao passado, um entrave ao desenvolvimento econômico e social, uma chaga moral que envenenava as relações sociais. Desenvolvendo-se a partir do século XVII, a servidão teve um percurso próprio no império russo. A cada impulso modernizante, ao longo dos séculos XVII e XVIII (reformas de Pedro, o Grande, e de Catarina II), o sistema reagia, ganhava corpo e raízes, ao contrário do que acontecia na Europa. No mesmo movimento, autonomizando-se perante o Estado, cresciam a importância, a força e o prestígio dos nobres, os senhores de “almas”, que dominavam os *mujiks*.

Entretanto, a derrota na Guerra da Criméia (1853-1856) já não permitia dúvidas. Mesmo porque o cataclismo fora precedido e acompanhado por crises econômicas e por demonstrações de insatisfação nos campos e nas cidades. Para não perecer, era preciso reformar. Ao longo dos anos 60 e 70, outras reformas fundamentais alcançaram diferentes dimensões da sociedade. Nas finanças públicas, determinou-se a confecção de um orçamento de Estado, devidamente publicado, e organizou-se uma nova sistemática de impostos, com procedimentos de controle sobre o Tesouro, a arrecadação e as despesas. Dinamizaram-se as estruturas educacionais, melhorando o ensino em todos os níveis e conferindo margens de autonomia às universidades. Na administração da Justiça, criaram-se garantias à magistratura, até então inexistentes, e instituiu-se o júri, com direito de defesa assegurado ao réu, em debates públicos. Do ponto de vista do poder político, foram autorizadas instituições intermediárias permanentes: nas províncias e distritos, os *zemstva*; nas cidades maiores, as

dumas. Dispunham de certa autonomia, orçamento próprio, poder para contratar pessoal e jurisdição sobre certos setores: educação, saúde, transportes públicos, iluminação etc. Finalmente, uma profunda reorganização nas Forças Armadas, para adaptá-las às exigências modernas, que já não se podiam ignorar depois da derrota na Criméia (REIS FILHO, 2003, p.24).

Os *mujiks* acederam às terras em complicadas negociações com os senhores, mediadas freqüentemente por autoridades arbitrárias. Permaneceram cidadãos de segunda classe, objetos de múltiplas restrições e controles, e sentiram-se logrados. Em certas partes do império houve insatisfação e revoltas, sufocadas a ferro e fogo.

Os revolucionários, mesmo os mais moderados, sentiram-se ultrajados e traídos. Denunciaram a reforma como engodo e farsa. E declararam guerra ao czarismo. De seu exílio londrino, Herzen - que cultivara a convicção de que as reformas seriam mais profundas, o que evitaria um desfecho catastrófico de revoltas e repressão, acusou o golpe e alinou-se com a *intelligentsia* mais radical, liderada na Rússia por Tchemichevsk (deportado em 1862), que sempre duvidara do alcance real de reformas empreendidas “pelo alto” e radicalizou a agitação cultural e política, utilizando a revista *O Contemporâneo*, que acabou fechada. Também em 1862, foi fundada a primeira organização revolucionária clandestina, a Terra e Liberdade (*Zemlia i Volia*), o que marcou uma reviravolta: a *intelligentsia* passava à luta sem quartel contra o czarismo, recorrendo inclusive a ações armadas (REIS FILHO, 2003, p.26).

A nobreza entrou em processo de lento declínio, do qual, como classe, não mais se recuperou, embora alguns setores, capazes de adaptar-se aos novos tempos, tenham conseguido até aumentar suas riquezas. Com a nobreza perdendo ímpeto e com o aumento da dependência das estruturas comunitárias em cada aldeia (o mir e a obchina), em relação ao Estado, designado como intérprete do “interesse geral”, ele parecia reunir condições para impulsionar reformas ainda mais abrangentes. Mas isso também não aconteceu. Pressionado pelas forças conservadoras e por conselheiros reacionários, o czar considerou que já fora longe demais. Isolou e demitiu lideranças reformistas mais ativas e conseqüentes, as do Partido Vermelho, que se agrupara no Ministério do Interior, sob a liderança do conde Lanskoi e reunindo funcionários como os irmãos Nicolau e Dimitri Miliutin, principais cérebros por trás das mudanças. Ao contrário da *intelligentsia*, partidária das mudanças pela revolução, com base em insurreições camponesas igualitaristas, eles representavam uma outra tradição russa - a “intelectocracia”, de promoção das mudanças por meio de reformas “pelo alto”, comandadas pelo Estado. Em comum, *intelligenti* e intelectocratas tinham a perspectiva de uma “outra modernidade”, distinta do modelo ocidental, que preservasse valores que

conferiam especificidade à sociedade russa. Mas seus projetos baseavam-se em distintas forças sociais e formulavam diferentes objetivos e formas de encaminhamento. Com o recuo do czar, o processo reformista perdeu força, estiolou-se (REIS FILHO, 2003, p.27).

2.4.7 - O Princípio da revolta

Superestimando a insatisfação popular e os fatores de crise, e imaginando a configuração de um impasse catastrófico, importantes setores da *intelligentsia* pensaram ter chegado a sua hora. Karakozov, em ação isolada, tentaria sem êxito matar o czar, em 1866, inaugurando na Rússia a tradição do “justiçamento” de autoridades, com o objetivo de desestabilizar a ordem. Ao mesmo tempo, surgiam outras idéias e lideranças radicais: Netchaev e a defesa da construção de uma organização clandestina, reunindo revolucionários completamente devotados à causa, sobre-humanos, capazes de resistir com êxito ao cerco da polícia política; Tkatchev e a idéia fixa de alcançar o poder, para fazer dele um instrumento de transformação social; Lavrov e a proposta de um paciente trabalho de transformação das consciências pela propaganda do ideário revolucionário, a ser realizado por homens e mulheres de uma dedicação a toda prova, dispostos a abandonar seus quadros de vida em prol da emancipação da sociedade. Animados por tais projetos, em meados dos anos 70, milhares de jovens partiram para o campo, na tentativa de sublevar os *mujiiks* em nome de uma real emancipação, negada pela reforma czarista. Foram ao povo (*narod*) e passaram à história com a aura de revolucionários abnegados e determinados (*narodniks*), dispostos a tudo, até mesmo a entregar a vida em defesa de uma modernidade revolucionária e dos ideais de liberdade política e de igualdade social. Mas o povo não os reconheceu, nem a seus projetos salvacionistas. Até 1877, milhares deles foram presos e condenados sob a simpatia condoída, mas impassível, da sociedade (REIS FILHO, 2003, p.27).

Enquanto a fúria revolucionária multiplicava ações e organizações (como a fundação de uma segunda Terra e Liberdade, em 1876), fortaleciam-se os setores conservadores, solicitando medidas e políticas de contra-reforma. Nessa dialética infernal, o czar seria executado, em 1881, depois de várias tentativas frustradas, por uma nova organização radical, a Vontade e Liberdade do Povo (*Narodnaia Valia*). Num aparente paradoxo, o czar “emancipador” terminava seus dias estraçalhado a bombas. Contudo, ao contrário do que esperavam os revolucionários, não se desestabilizou a ordem e o povo só se comoveu para chorar o imperador morto. O atentado só teve dois resultados: a ascensão de um novo czar, Alexandre III, comprometido com as forças mais reacionárias do império, e a

intensificação da repressão política.

2.4.8 – Mutações e contrastes na Rússia Imperial

Apesar da baixa produtividade da economia, em particular da agricultura, o crescimento demográfico foi explosivo, em virtude do aumento da taxa de natalidade e da redução da taxa de mortalidade: entre 1865 e 1913, a população cresceu 156%, de 75 para 171 milhões de almas. Um aumento formidável de bocas a alimentar, de braços à procura de trabalho.

A progressão da rede de estradas de ferro, induzida pelo Estado, basicamente por considerações de ordem militar e estratégica, teve, como já fora o caso na Europa Ocidental, um imenso impacto na intensificação do comércio interno e externo e no aumento da produção de setores industriais correlacionados: o carvão, o ferro, a metalurgia, o petróleo. Em 1865, a Rússia dispunha de menos de 4 mil km de ferrovias. Em 1913, a rede passava de 70 mil km. O comércio externo, apoiado no aumento das exportações, basicamente de cereais, registrou quase sempre superávits expressivos, permitindo compras de máquinas e equipamentos no mercado internacional, encorajando o fluxo de empréstimos e capitais europeus, principalmente para setores tecnológicos de ponta: em 1900, eles variavam entre 40% e 70%, nas minas, metalurgia, indústrias química e elétrica (REIS FILHO, 2003, p.29).

Enquanto os capitais internacionais assenhoreavam-se, direta ou indiretamente, dos setores industriais mais dinâmicos, fortalecia-se a burguesia russa nos centros industriais mais antigos: Tula e Riazan, na Rússia Central, Kharkov, na Ucrânia Oriental, as cidades ao longo do Volga, todas dedicadas a atividades mais tradicionais, mas também importantes, como vestuário, alimentos e móveis. Os russos, muitas vezes associados a interesses internacionais, também conservavam posições no setor bancário, altamente monopolizado. Formava-se uma articulação de capitais nacionais e internacionais, patrocinada, estimulada e protegida pelo Estado.

Uma política sistemática, implementada por um outro intelectocrata, Witte, entre 1892 e 1903, aplicara um conjunto de medidas coerentes, construindo um quadro favorável para o crescimento industrial e as exportações: tarifas alfandegárias altas, reserva de mercado, orçamento equilibrado, moeda forte, fiscalidade baseada em impostos indiretos, política agressiva de atração de capitais externos, encomendas diretas a setores determinados (indústria bélica) e, quando era o caso, controle direto, como no das estradas de ferro. A Rússia imperial abria, finalmente, as portas para o desenvolvimento do capitalismo, mas numa

perspectiva de subordiná-lo aos interesses do Estado. Nos setores mais dinâmicos da economia, carentes de tecnologia sofisticada, e, por extensão, no conjunto da sociedade, criava-se uma situação de dependência aos capitais internacionais, mas a Rússia conseguiria manter um grau considerável de autonomia. Como gostava de dizer Witte, e com razão, “a Rússia não era uma China” (REIS FILHO, 2003, p.29-30).

O crescimento urbano foi notável. Até às vésperas da I Guerra Mundial, embora ainda uma sociedade fundamentalmente agrária, a Rússia assistiu a uma transformação significativa da paisagem de suas cidades e do peso relativo destas no conjunto do império. No início do século XX, São Petersburgo e Moscou já tinham 1,2 e 1 milhão de habitantes, respectivamente. Destacavam-se mais alguns outros centros urbanos, registrando grandes progressos: Varsóvia e Lodz (Polônia Russa), Riga (Estados Bálticos), Kiev, Odessa e Kharkov (Ucrânia) tinham entre 200 e 640 mil habitantes. Algumas dezenas de cidades menores, essencialmente industriais, surgiam como do nada, reunindo de 50 a 100 mil pessoas. A população urbana quase dobrara em menos de quarenta anos, alcançando de 15 a 18% da população total. A classe operária industrial aumentara 2/3 entre 1890 a 1900, passando de 1,5 a 2,5 milhões de trabalhadores, pouco mais de doze milhões de pessoas vivendo em torno dos setores industriais (REIS FILHO, 2003, p.31).

Todos esses números, expressivos em si mesmos e evidenciando um notável progresso, careceriam, no entanto, de uma certa relativização: boa parte das cidades russas era ainda cercada pela economia e cultura agrárias, ou ainda profundamente impregnada por hábitos e costumes camponeses. A própria cidade de Moscou, a segunda maior do país, continuava imersa numa atmosfera camponesa, com o casario de madeira e a presença dos *mujiks* no próprio interior da classe trabalhadora industrial, voltando maciçamente aos campos na época das colheitas e das sementeiras.

Apesar dos inegáveis progressos, a economia russa evidenciava limitações no contexto internacional. O estudo comparado de alguns setores estratégicos (energia, aço, ferrovias, carvão, algodão), entre 1860 e 1910, fase de *booms* de crescimento, mostra a posição retardatária do império czarista. Seu Produto Nacional ficava em décimo lugar no mundo, atrás não apenas das grandes potências da época (EUA, Inglaterra, Alemanha, França e Japão), mas também da Bélgica, Suécia, Suíça e Espanha. O quadro seria ainda mais dramático se adicionados os índices de produtividade no campo. Sobre este, sempre houve um consenso: o desequilíbrio, o atraso e as carências da agricultura. A Rússia exportava alimentos, em troca da fome de seu próprio povo.

A chegada do capitalismo à Rússia, apesar do progresso proporcionado, não

resolve problemas acumulados e acentuou contrastes no processo de desenvolvimento econômico. Em espaços contíguos, era comum constatar a existência do que havia de mais avançado e de mais atrasado no mundo de então, como indústrias metalúrgicas de ponta e ao lado de arados de madeira. O fenômeno, que Trotski denominou “desenvolvimento desigual e combinado”, não se resumia ao mundo da produção: marcava o conjunto da sociedade. Vale a pena citar REIS FILHO:

“ ... mesclavam-se, como diferentes expressões de uma mesma Rússia, os refinados aristocratas, que se exprimiam com mais conforto em Francês do que na língua materna, e o *mujik* rude e iletrado. As moças rendadas da elite e as camponesas atarracadas nas pesas fainas agrícolas. Os bailes cintilantes de cristais e pratarias, em que confraternizavam as famílias ricas e poderosas, e as fétidas cantinas onde comiam os trabalhadores (REIS FILHO, 2003, p.32-33).

Progresso e atraso em doses tão desproporcionais constituíam uma perigosa mistura de arrogância e de ressentimento. Segundo as circunstâncias, a combinação poderia gerar explosões imprevisíveis. No entanto, as elites conservadoras continuavam amaldiçoando mudanças de qualquer natureza. Tinham do progresso material uma concepção meramente instrumental, a de uma ferramenta que ajudava a consolidar a dominação. Como se fosse possível separar máquinas e fábricas dos valores e modos de vida que as pressupunham. A rigor, desejavam retroceder no tempo. Já haviam feito o possível para sabotar e derrotar as reformas empreendidas por Alexandre II. E, com muito mais razão, condenariam os surtos capitalistas, que *occidentalizavam* a Rússia. Agrupavam-se na corte imperial e nas instituições conexas (Conselho de Estado, Senado do Império), incentivando o czar a defender as prerrogativas autocráticas e a recusar concessões políticas.

Mesmo no topo da pirâmide, começavam a destacar-se correntes renovadoras, *liberais*. Eram muito diversas e contraditórias, desde os mais moderados, que pressionavam por um ensaio de monarquia constitucional, aos mais radicais, que passaram a se organizar na ilegalidade. Em 1902, na Alemanha, fundaram uma revista, *Liberdade*, que circulava clandestinamente na Rússia. Em 1904, sempre na ilegalidade, formariam um partido, a União da Liberdade, comprometido na luta contra a autocracia e por um programa favorável à convocação de uma Assembléia Constituinte. Pensavam em controlar e até em derrubar a autocracia. Na diversidade, compartilhavam a convicção de que aquelas tradições tinham seus dias contados e de que era necessário preparar o futuro, para que a transição pudesse se realizar em ordem.

3 - O NASCIMENTO DA URSS E SUA EVOLUÇÃO

3.1 –As Revoluções Russas no início do século XX

Em janeiro de 1905, uma manifestação pacífica de súditos, que levava ao czar um manifesto com queixas e reivindicações (jornada de 8 horas, salário mínimo, eleições) foi dispersada a tiros de metralhadora, em frente ao Palácio de Inverno, em São Petersburgo. O clima de indignação que se seguiu foi a causa da revolução. Ao longo do ano, três ondas de greves políticas de massa quase derrubaram o governo.

Nesse processo surgiu um movimento que iria marcar a história russa no século XX: a criação dos sovietes, conselhos que se organizaram de forma flexível, descentralizada, desburocratizada, com uma representatividade fluida e informal, capaz de enfrentar com êxito a legislação repressiva e a Polícia Política e até de desempenhar, eventualmente, determinadas funções governamentais (abastecimento, saúde pública). Houve adesão das camadas médias urbanas e a reivindicação de uma Assembléia Constituinte eleita com base no sufrágio universal. Os movimentos sociais também ocorreram no campo, com invasões, saques e questionamentos à tributação e à convocação para o serviço militar (REIS FILHO, 2003, p.42).

Tudo isso refletia os agudos contrastes entre uma autocracia de Antigo Regime e uma sociedade moderna, bem como entre o modelo ocidental e uma “modernidade alternativa”, ainda imprecisa. E convivia com uma guerra imperialista contra o Japão, com o objetivo de conquistar a Mandchúria (província chinesa) e a Coreia.

Em outubro, o czar editou um manifesto de concessões, que embora aceitas pelas correntes liberais, foram rejeitadas pelos sovietes mais radicais: liberdade de expressão e organização partidária e sindical e convocação de assembleia representativa da sociedade. A nova correlação de forças favoreceu a ação repressiva e houve um massacre com mais de mil mortos. O triunfo da contra-revolução autocrática evitou que a Rússia tivesse uma oportunidade de construir um Estado de direito.

Até 1914, quando se iniciou a I Guerra Mundial, houve um retorno às políticas estatais “desenvolvimentistas”, combinadas com uma reforma agrária proposta pelo tecnocrata

Stolypin, que pretendia formar, a partir dos camponeses mais “dinâmicos” (os *kulaks*), uma classe média rural, mesmo que isso representasse a desagregação da comuna rural tradicional, o *mir*. Mas até mesmo esse tipo de proposta esbarrou na resistência dos conservadores, que garantiram ao czar o direito de dissolver a Duma sempre que desejasse e a instituição de um sistema de pesos para os votos (o de um dono de terras valia 15 vezes mais que o de um agricultor e 45 vezes o de um operário de fábrica). A reação autocrática se sobrepôs às promessas do Manifesto czarista de 1905: os líderes sociais mais combativos foram perseguidos e até massacrados e foi imposta às nações não russas uma política radical de russificação, com a adoção da língua russa e da religião ortodoxas como oficiais (REIS FILHO, 2003, p.46-49).

3.1.1 – Os grupos políticos revolucionários

Submetidos à clandestinidade, prisão e exílio, causas da descrença e do desespero entre os militantes, os grupos e partidos revolucionários tinham que lutar pela sobrevivência, antes de tentar impor à sociedade os seus programas: os socialistas revolucionários, com raízes mais fortes entre os *mujiks* e os setores radicais da classe média, voltaram à política terrorista de “justiçamentos” e acabaram se fragmentando; os social-democratas, divididos entre “bolcheviques”⁶, como Lenin (1870-1924) e Trotski (1879-1940), e “mencheviques”⁷ (chefiados por Martov), tinham em comum a estratégia, traçada em 1903, de uma “revolução em duas etapas” (uma revolução burguesa, seguida de uma revolução socialista). Como essa revolução burguesa não dava sinais de acontecer, Trotski propôs a “revolução permanente”, a passagem direta da primeira à segunda fase, chegando rapidamente à “ditadura do proletariado”. Lenin enfatizava a necessidade de uma correta análise da correlação de forças, para que pudesse ter êxito a passagem do czarismo para uma ditadura operário-camponesa. Comum a ambos, a idéia de que uma revolução russa só poderia ser o prólogo à revolução nos países capitalistas mais avançados da Europa, especialmente a Alemanha. Para o campo, Lenin defendia a “partilha negra” (nacionalização da terra e sua entrega às famílias camponesas. E, em relação às nacionalidades, Lenin polemizou com Rosa Luxemburgo (1871-1919), por aceitar a

⁶ Significa majoritário em russo. Facção do Partido Operário Social Democrata Russo, que defendia a tomada de poder através de uma revolução proletária.

⁷ Significa minoritário em russo. Facção moderada do Partido Operário Social Democrata Russo. Defendiam uma revolução democrática e burguesa como primeiro passo para a futura revolução socialista.

autodeterminação dos povos e o direito de secessão das nações não russas (REIS FILHO, 2003, p.51)

3.1.2 – A I Guerra Mundial e a revolução de fevereiro de 1917

Quando eclodiu a I Guerra Mundial, com a imediata entrada da Rússia no conflito, ao lado de Inglaterra e França e contra Alemanha, Itália e Império Austro-Húngaro, Lenin afirmou, premonitoriamente: “ A guerra é o melhor presente que o czar poderia nos dar” (REIS FILHO, 2003, p. 54).

A Rússia foi logo tomada por uma “fúria fanática, a defesa da pátria, a união sagrada”, a favor de uma guerra “curta e vitoriosa”. Mas logo foi possível ver que a guerra iria durar muito e que a Rússia iria perdê-la. Os alemães invadiram a parte oeste, os mortos e feridos eram milhões, grassava a fome, a inflação disparava. A sociedade, utilizando experiências recentes como a dos soviets, se auto-organizou, muitas vezes contra o governo e a lei, com resultados bastante positivos na frente militar. As denúncias de corrupção e traição contra as autoridades e o caso do poder informal do milagreiro Rasputin sobre a família imperial precipitaram uma revolta que, sem líderes ou partidos dirigentes, derrubou, após cinco dias de movimentos sociais em São Petersburgo, o regime autocrático czarista, que já durava 300 anos (REIS FILHO, 2003, p.55).

O czar abdicou em 02.03.1917, pretendendo ser sucedido pelo grão-duque Miguel, já que seu filho Alexei era muito jovem. Mas a Duma formou um governo provisório, cuja chefia entregou ao príncipe Lvov, um nobre liberal, à frente de representantes das elites ocidentalizantes. Mas o soviete de Petrogrado (novo nome de São Petersburgo), fundado pouco antes da abdicação e convidado para participar do novo governo, preferiu ficar de fora, exercendo um papel de órgão autônomo de poder popular e fiscalização. Logo, numa grande onda, tornou-se o canal para a veiculação das queixas, críticas e reivindicações populares e o modelo para a criação de uma imensa rede de sovietes, horizontal, descentralizada e autônoma, combinados com sindicatos, comitês, milícias e assembléias, atuando nos campos e cidades, nas fábricas e nas unidades militares (REIS FILHO, 2003, p. 60).

A consequência lógica foi a radicalização das posições dos bolcheviques. Numa

conferência de abril de 1917, foi aprovada a tese já defendida por grupos anarquistas: “Todo o poder aos soviets”. A proposta de que, desde a primeira fase, a revolução passasse à hegemonia da frente política e popular que controlava as organizações soviéticas, superando o que Reis Filho denomina “a inapetência revolucionária dos liberais” (REIS FILHO, 2003, p. 61).

Em meio a esse quadro, o governo lança uma nova e desastrosa ofensiva militar contra os alemães e acaba tendo que renunciar. O novo governo tem uma participação aumentada dos soviets. Kerensky assume o poder e acusa os bolcheviques de conspiração e tentativa de golpe. O general Kornilov, chefe militar apoiado pelos conservadores tenta um golpe militar e é detido por Kerensky. Mas isso desencadeia um processo de radicalização dos soviets, o que se soma a um crescente movimento de ocupação de terras pelos *mujiks* e à deserção em massa de soldados. Kerensky tenta convocar um “Pré-Parlamento” mas, pressionado pelos soviets, precipita a proclamação da República e convoca a Assembléia Constituinte para novembro. Outras nações não russas exigem ter suas próprias Assembléias. Culminando toda essa movimentação, ocorre a insurreição de outubro, sob o comando de Lenin, que afirma que ela tinha que ser preparada e desencadeada antes da abertura do II Congresso Pan-Russo dos soviets e sem obter sua anuência prévia. Na sua frase lapidar, “A insurreição é uma arte”. Na noite de 24.12.1917, de forma metódica e silenciosa, as tropas aquarteladas em Petrogrado tomam a capital, só encontrando resistência no Palácio de Inverno, onde foram presos os membros remanescentes do governo (Kerensky asilou-se na embaixada americana). Formalmente, um golpe, desencadeado por Trotski, presidente do comitê militar do soviete de Petrogrado, que não tinha recebido delegação ou autorização de nenhuma instância soviética, mas seguia a orientação do comitê central do partido bolchevique, liderado por Lenin (REIS FILHO, 2003, p. 65-66).

Os decretos revolucionários, aprovados no dia seguinte pelo congresso dos soviets (sobre a saída da I Guerra Mundial, distribuição de terras, controle operário sobre a produção e direito de secessão das nações não russas), formavam as bases para a sustentação da revolução pela sociedade. Mas, segundo Reis Filho, eram “o funesto precedente de uma prática política de fatos consumados, empreendida por uma vanguarda que se arroga o direito de agir em nome das maiorias” (REIS FILHO, 2003, p. 67).

3.1.3 – A Guerra Civil

Como seria de se esperar, as forças contra-revolucionárias se rearticularam, formando o Exército Branco, apoiado por tropas estrangeiras, que desembarcaram em diversas regiões: ingleses no Ártico, franceses no Negro, japoneses e americanos no Pacífico. No início de 1919, quando da criação da Internacional Comunista, o governo revolucionário parecia condenado, mas foi capaz de reverter a situação, por sua maior habilidade política. Ao contrário dos Brancos, que só tinham a oferecer a volta à velha ordem pré-revolucionária e se dividiam em intermináveis querelas, os Vermelhos conseguiram formar um exército poderoso e uma administração eficiente e reafirmaram os compromissos com os grupos que haviam apoiado a revolução. Os exércitos estrangeiros resolveram se retirar, mas a situação era crítica, com a queda do produto industrial e da energia em cerca de dois terços e da agricultura para a metade. Os traumas de uma guerra de extrema crueldade levaram a um processo de brutalização das relações sociais. Para decepção dos bolcheviques, a revolução operária internacional não acontecera e a Rússia estava isolada. Era o “socialismo em um só país”, total distorção da teoria marxista da revolução. Durante a guerra civil, fora instituído, numa situação de carência total, o “comunismo de guerra”: numa outra subversão de conceitos, o comunismo, em vez de “sociedade da abundância” era o gerenciador da escassez. Terminada a guerra, esses conceitos mantiveram-se, agora sob a forma de “militarização do trabalho”, com o uso de critérios de organização militar na vida civil, com a sociedade mobilizada em batalhões e frentes (REIS FILHO, 2003, p. 72).

Depois que foi debelada a rebelião dos marinheiros da base naval de Kronstadt, bem como o exército camponês anarquista de Makno, em 1921, a Rússia entrou numa fase de relativa estabilidade. O Antigo Regime ficara para trás e surgia uma formação social imprevista e original. No campo, a terra nacionalizada e parcelada entre os *mujiks* e o reforçamento da ancestral comuna agrária parecia a realização da utopia populista russa, a possível base para uma “modernidade alternativa”. As cidades estavam esvaziadas e o proletariado industrial encolhera. A hipótese da “modernidade capitalista ocidental” estava afastada, mas ironicamente, fora substituída pelo socialismo marxista, igualmente ocidentalizante. Seria possível construir na Rússia uma modernidade alternativa, mas de natureza socialista?

3.2 – A Implantação do Socialismo

3.2.1 – A NEP (Nova Política Econômica) e sua liquidação

Em 1921 o país estava em ruínas, assolado pela fome e epidemias, que mataram cinco milhões de pessoas. Era preciso agora superar o “comunismo de guerra” e a “militarização do trabalho”, com medidas pragmáticas de emergência, que só mais tarde foram denominadas “NEP”. No campo, a primeira delas foi a substituição das requisições à mão armada por um imposto em gêneros, já que não havia moeda confiável. Pago esse imposto, os *mujiks* podiam comercializar a produção. Além de pacificar as relações com a maioria da população, isso proporcionou uma grande recuperação das safras e rebanhos. Nas cidades, foi permitida a volta da pequena propriedade privada na indústria e serviços. Mas os resultados foram pífios e surgiram o desemprego, a mendicância e a especulação, além da corrupção na burocracia estatal. Logo apareceram denúncias de que os *kulaks* estavam novamente arrendando terras e assalariando agricultores (REIS FILHO, 2003, p.77-79).

Em meio a esse quadro, Lenin morreu, em 1924. Começa um debate sobre o futuro da sociedade soviética, centralizado nas posições de Bukharin, que defendia uma aliança de operários e camponeses, estes avançando gradualmente para níveis mais altos de coletivização no campo, e de Preobrazhensky, que temia uma “cruzada internacional” contra a URSS e enfatizava o esforço concentrado na criação de uma indústria pesada autônoma, financiada por um tributo cobrado aos camponeses, numa espécie de “acumulação primitiva socialista”.

A luta pelo poder no Partido e no Estado polarizou-se em torno de Trotski, chefe do Exército Vermelho, defensor da idéia de uma *revolução internacional a qualquer custo*, única salvação para uma URSS atrasada e isolada, e de Stalin, o vencedor, secretário-geral do PCUS, que julgava ser possível a construção do *socialismo num só país*.

No Congresso de 1921, foram restringidos severamente os debates e articulações, para fortalecer a unidade interna e impor a idéia de que o Partido detinha a “verdade científica do processo histórico” e era o único “intérprete qualificado dos interesses do proletariado”. Essas idéias foram reafirmadas no Congresso de 1927.

Com a crescente hostilidade aos *kulaks* e aos *homens da NEP*, veio a hegemonia da industrialização acelerada e da coletivização do campo. Em 1929, o Comitê Central aprovou o I

Plano Quinquenal, na versão “máxima”, que previa o crescimento dos investimentos, renda nacional, produção industrial, energia e aço a taxas de 160 a 506 %, enquanto os bens de consumo e a agricultura cresceriam menos (104 e 55 %). Essa “revolução pelo alto” tinha a forma de uma “economia de comando”, mobilizada e estatizada (REIS FILHO, 2003, p.84-85).

Foi estabelecida a meta de coletivização total das terras nas principais áreas agrícolas (Volga, Ucrânia e Sibéria Ocidental). Para os bolcheviques, a pequena produção era o reino do atraso: de fato, predominavam no campo as energias animal (74 %) e humana (24 %) sobre a mecânica (só 2 %). Entre 1929 e 1930, 60 % dos *mujiks* foram concentrados em *kolkhozes* (cooperativas) e *sovkhazes* (fazendas estatais). Apesar da resistência e até da sabotagem dos *mujiks*, o processo estava concluído em 1935, com 98 % deles coletivizados. Quebrava-se a tradicional sociedade agrária dos *pomiéchtchiks* explorando os *mujiks* agrupados nas comunas rurais e os *kulaks*, como classe social, também desapareciam. Os resultados foram desastrosos, com a queda da produção para níveis mais baixos que os anteriores à Revolução. Como vantagem, o Estado via a possibilidade de determinar o que e quanto seria produzido e a parte dessa produção que lhe caberia (REIS FILHO, 2003, p.87).

3.2.2 – A industrialização acelerada e a nova sociedade soviética

O surto industrial incentivado pelos Planos priorizou um conjunto de setores estratégicos, que absorviam 78 % dos investimentos: bens de capital, armamentos, siderurgia, ferrovias, canais, eletricidade, carvão, petróleo. Alavancando o processo, uma série de megaprojetos: complexos metalúrgicos, fábricas de tratores e automóveis, hidrelétrica de Dnieprpetrovski, ferrovia Turquestão - Sibéria, canal Volga - Mar Branco, metrô de Moscou.

A industrialização inchou as cidades: entre 1926 e 1939, a população urbana passou de 26 para 56 milhões. Isso foi possibilitado pela “mobilidade espacial” (migrações maciças, voluntárias ou compulsórias) e pela “mobilidade social” (criada pelo aniquilamento das elites tradicionais e pela ênfase à educação universal e gratuita). Os jovens foram concitados ao trabalho voluntário, à participação em novas frentes de trabalho e à construção de uma sociedade nova, livre da exploração, no âmbito das organizações de jovens comunistas, os *komsomol*. E as mulheres tiveram reconhecida sua igualdade jurídica e puderam ter acesso a inúmeras oportunidades de trabalho (REIS FILHO, 2003, p.91-92).

No entanto, as condições de vida eram duras. Os artigos de consumo eram negligenciados, o vestuário sóbrio e uniformizado, mais de 90 % das pessoas viviam em apenas um cômodo ou em dormitórios coletivos. Apesar do salto na produção, o salário médio de 1937 era inferior ao de 1928. Havia um culto à produção, com estímulo à competição entre empresas e cidades, e recompensas e privilégios concedidos aos “trabalhadores de choque” do movimento *stakhanovista*⁸. No alto da nova pirâmide social, dirigentes de empresas, engenheiros, administradores, cientistas, altos burocratas, oficiais das Forças Armadas, professores titulados, médicos, técnicos qualificados, num total calculado entre 7 e 13 milhões de pessoas. Esses novos gestores, dos quais metade vinha de famílias operárias e camponesas, chegaram a ter 54 % dos delegados do Congresso de 1938, contra apenas 15 % de operários diretamente ligados à produção. Deles iriam sair os futuros dirigentes do país, como Kruchev, Kossiguin e Brejnev.

Ao longo desses anos, consolidou-se a idéia de uma sociedade nova, igualitária e justa, da construção de um homem novo, solidário com seu povo e com a humanidade. O escritor americano John Steinbeck (vencedor do Prêmio Nobel) visitou a URSS e afirmou: “Eu vi o futuro, e ele funciona”⁹. A sensação de “ver” o futuro, de vivê-lo no presente, numa sociedade que rompia com a celebração da liberdade e do sucesso individuais, privilegiando o homem comum e sua busca pela justiça social, era um poderoso fator de mobilização e de ânimo para suportar sacrifícios. Moscou, novamente a capital do país, era vista como a “capital da emancipação da humanidade” (REIS FILHO, 2003, p. 99).

No entanto, ao mesmo tempo, perdurava a ditadura revolucionária, um permanente estado de exceção, com o partido único situado acima da lei. Desde o fim da Guerra Civil surgira uma tendência de expurgos periódicos, uma necessidade de, periodicamente, “limpar” o Partido. Isso culminou com os Processos de Moscou (1936 – 1938), autênticos circos romanos, em que Stalin firmou sua liderança e o extremado culto à sua personalidade de “Guia Genial dos Povos”, liquidando parte importante dos altos dirigentes, vindos dos tempos da Revolução de 1917, nomes de peso, tais como Zinoviev, Kamenev e Bukharin. Foram atingidas também a maior parte

⁸ Nome dado aos seguidores de Stakhanov, mineiro que se tornou famoso pelos altos níveis de produtividade que conseguia com o seu trabalho.

⁹ STEINBECK, John e CAPA, Robert. *Um diário russo*. Ed. Cosac & Naify, São Paulo, 2004.

da cúpula das Forças Armadas e diversas lideranças de nações não russas, acusadas de “desvios nacionalistas”. Nas artes e na cultura, foi instituído um controle rigidamente centralizado por intelectuais comprometidos com a criação de “heróis positivos”, por meio da nova doutrina do “realismo socialista”. Houve casos de suicídios, como os dos célebres poetas Maiakowski e Essenin, exílios e fuzilamentos.

A combinação de todos esses aspectos díspares finalmente criara uma “modernidade alternativa”: o Socialismo Realmente Existente.

3.3 - A Segunda Guerra Mundial e o Apogeu do Socialismo Soviético

3.3.1 – A Grande Guerra Pátria

A expressão do título, que foi o nome recebido pela II Guerra Mundial na URSS, resume bem o caráter de luta pela sobrevivência física que o conflito teve para seus povos (em especial para os russos). Foi também um teste para a modernidade socialista soviética e dela, pelo menos à primeira vista, o sistema saiu fortalecido.

A guerra entre nazistas e soviéticos, iniciada com a invasão alemã de 1940, contrariamente ao que fora pactuado no acordo de não beligerância assinado por Molotov e Ribbentrop, teve três fases: na primeira, decorrida em 1941, a ofensiva dos tanques alemães é detida a poucos km de Moscou; na segunda (1942 – 1943), os objetivos germânicos passam a ser a região do Volga (rica em cereais) e o petróleo do Mar Cáspio, mas eles são detidos no combate casa a casa em Stalingrado, no maior combate da II Guerra; na terceira, os russos passam à ofensiva, espalham-se pela Europa Central e conquistam Berlim em 1945, o que leva à rendição incondicional dos nazistas e a um novo mapa político do continente europeu. O nazismo estava destruído, mas a URSS foi o país que suportou o maior fardo: 20 milhões de mortos (dos quais, 13 milhões civis), contra 1,3 milhão para a soma de americanos, ingleses e franceses. Ao fim do conflito, metade do espaço urbano soviético (1.700 cidades, 70 mil aldeias) estava destruída. Ferrovias, canais, barcos e fazendas sofreram perdas totais ou avarias graves. Na Ucrânia, 98 % do potencial industrial foi inutilizado. A Guerra serviu para aumentar o apoio da população ao Partido Comunista, que chegou a ter mais de 20 milhões de filiados, e para unir as idéias de pátria e socialismo, algo não previsto na teoria, de caráter internacionalista. Apesar de todos os

horrores, a guerra preparou uma era de apogeu do socialismo (REIS FILHO, 2003, p.103-105).

3.3.2 – Esperança e Guerra Fria

Ainda em plena guerra, foi desencadeado novo processo repressivo, que atingiu em cheio vários povos minoritários, principalmente do Cáucaso (entre os quais os chechenos) e da Criméia (mas também do Báltico e Ucrânia), acusados de colaboracionismo e deportados em massa para a Sibéria e Ásia Central.

Na preparação do armistício, em 1945, o clima entre Stalin, Churchill e Roosevelt, durante a conferência de Ialta, era bastante ameno. Mas com a morte do presidente americano e sua substituição por Truman, a situação começou a mudar, o que já era visível no encontro de Potsdam, ainda em 1945. Vieram, numa seqüência, fatos importantes como: o lançamento de bombas nucleares em Hiroshima e Nagasaki, que muitos consideram como um ultimato americano aos japoneses e um ato de intimidação aos russos; a Doutrina Truman, de contenção da expansão soviética; o lançamento do Plano Marshall, de ajuda econômica à Europa, mas com exclusão da URSS e das “democracias populares” criadas em países sob ocupação soviética; a crise de Berlim, com a separação das duas Alemanhas (1948-1949); a criação dos dois pares de organizações militares (OTAN x Pacto de Varsóvia) e econômicas (Mercado Comum Europeu x COMECON); a vitória de Revolução Chinesa (1949) e a Guerra da Coréia (1950). Tudo isso matou as esperanças de um mundo pacífico, livre e justo, colocando em seu lugar o temor de um holocausto nuclear (REIS FILHO, 2003, p.113).

3.3.3 – Reconstrução, apogeu stalinista e mobilização da sociedade

O Plano Quinquenal para 1946-1950 relança a economia de comando, mobilizada, com uma concentração de 88 % dos investimentos nos setores industriais de base (energia, minérios, transportes e comunicações), em detrimento dos bens de consumo, construção civil e alimentos. Os camponeses foram novamente atingidos por medidas como a retomada de terras cedidas durante a guerra, a proibição do comércio livre de excedentes produzidos nos lotes familiares, a esterilização de poupanças e uma política de preços desfavorável. A coletivização foi intensificada, com a criação de gigantescos *kolkhozes* (75 mil unidades maiores, no lugar de

250 mil menores), com a unidade básica de produção deixando de ser o tradicional *zveno* (6 a 10 pessoas) e passando a ser a brigada (cerca de 100). Continuam os exemplos de voluntarismo: é aprovado, em 1948, o Plano de Transformação da Natureza, com criação de redes de canais, reflorestamento e desvio do curso de rios; o charlatão Lysenko causa graves danos à agricultura soviética, com sua *Biologia Socialista*, em oposição à *Biologia Capitalista*. Mais uma vez, fracassam os planos aplicados à agricultura coletivizada, mas não se consegue explicar como os *mujiks*, aos quais só restam 4 % da área cultivada, extraem desta a sobrevivência e metade das batatas e legumes consumidos no país (REIS FILHO, 2003, p.114).

A Guerra Fria puxa a produção de armamentos e os efetivos das Forças Armadas dobram, de 1948 a 1955 (de 2,8 para 5,7 milhões de homens).

O Plano para o período iniciado em 1952 continua com os mesmos princípios e o Partido vê-se obrigado a voltar à prática de velhos métodos de mobilização intensiva das consciências, cuja eficiência já fora comprovada nos anos 30 (REIS FILHO, 2003, p.116).

O mito da “fortaleza sitiada” continuava muito presente no discurso oficial. Episódios recentes, como a Guerra da Coreia, e antecedentes, como a invasão alemã em 1941, apesar do tratado dos russos com os nazistas, reforçavam o discurso da necessidade de vigilância. Daí, a manutenção do terror, em suas duas faces (repressão e mobilização), tão eficazes antes e durante a guerra. O *Gulag*, sigla da Administração Principal dos Campos (de Trabalho), registrava 550 mil presos em 1934 (ano da fundação). Até 1938-1939, o número subiu para 1,8 milhão, caiu para 1,1 milhão em 1946, já no pós-guerra, e subiu para 2,4 milhões, já em 1949-1950. Quando Stalin morre, em 1953, deixa 2,8 milhões, que quase dobram com a inclusão dos que estavam nas “colônias de trabalho” (REIS FILHO, 2003, p.116-117).

3.4 - O Socialismo Real, o tempo das reformas e a “desestalinização”

Da morte de Stalin à *perestroika*, iniciada em 1985, a URSS viveu um tempo de reformas, no qual o principal nome foi Kruchev (até 1964), daí passando a um tempo de sucessivos “equilíbrios instáveis” (a Era Brejnev), em que conviveram taxas relativamente altas de crescimento e expansão político-militar com elementos de crise.

Kruchev começou surpreendendo, com a condenação à morte do todo-poderoso Beria, ex-chefe da segurança (KGB), em função de sua atuação em antigos processos. Ao mesmo

tempo, fazia-se a apologia da “direção coletiva” e da “legalidade socialista”. Setores antes negligenciados, como abastecimento, transportes e habitação, passaram a receber atenção. Foram concedidos aumentos salariais e reduções de preços. O setor agrícola foi estimulado a produzir, com créditos e tecnologia moderna.

No plano internacional, tomou corpo a *coexistência pacífica*, com o apoio à suspensão das guerras da Coreia e do Vietnã (1953 e 1954). E a URSS passou a conferir importância ao Terceiro Mundo.

Foi enorme o impacto causado pela apresentação, em sessão secreta do Congresso de 1956 do PCUS, de um informe contendo críticas à longa gestão de Stalin. Isso repercutiu nas obras de analistas e escritores, que levaram as críticas mais adiante, apontando a existência de problemas maiores, de ordem estrutural. Boris Pasternak, o autor de *Dr. Jivago* (premiado com o Nobel), sugeria que o stalinismo não era um desvio, mas a consequência lógica do caráter originário da Revolução (REIS FILHO, 2003, p.122).

A desestalinização como que “liberou” a expressão do descontentamento latente em países do Leste Europeu, na órbita soviética. Em 1953, houve uma insurreição popular em Berlim Oriental, reprimida duramente. Em 1956, foi possível contornar os protestos na Polônia, mas não na Hungria, onde a situação evoluiu para uma grande revolta, esmagada a ferro e fogo pelos tanques soviéticos, com graves danos para a imagem do país no mundo.

Depois de uma frustrada tentativa de golpe contra Kruchev, houve a intensificação do processo de reformas. Houve novos estímulos à produção agrícola, comentados por Kruchev com a frase “o socialismo é muito bom mas será ainda melhor com manteiga” (REIS FILHO, 2003, p.126).

Foi implantada uma política de descentralização, com a criação de 105 Conselhos Regionais de Economia (*sovnarkhozes*), responsáveis pela coordenação de atividades em suas áreas de jurisdição. No Partido, Kruchev aprovou uma inédita política de democratização, estabelecendo as candidaturas múltiplas, o voto secreto e um limite para as reeleições, na escolha de dirigentes.

Outro grande êxito foi o lançamento do primeiro satélite artificial (o *Sputnik*) e do primeiro homem ao espaço (Iuri Gagarin). Mas a publicação de *Um dia na vida de Ivan Denissovitch*, de Soljenitsin, acabou com a possibilidade de se alegar ignorância quanto às condições de vida no Gulag.

Surgem manifestações de protesto em várias cidades, entre as quais Grozny (na Chechênia). E a derrota na crise dos mísseis em Cuba (1962) acabou apeando Kruchev do poder. Os países capitalistas reconheciam os avanços da URSS e se assustavam com eles. Criou-se o conceito de “totalitarismo”, como nos escritos de Hanna Arendt, misturando nazismo e comunismo. Thatcher e Reagan (autor da expressão *Império do mal*, para definir a URSS) exprimiam as angústias de sociedades ameaçadas. A China via na URSS um “império em expansão” e, nos EUA, um “império decadente”. No Terceiro Mundo, muitos consideravam a URSS um contrapeso importante aos intuitos de dominação de americanos e ex-colonizadores.

Esse avanço político-militar soviético levou sua influência a pontos nunca antes atingidos (Nicarágua e El Salvador, Etiópia e Somália, Congo, Benin, Iêmen) e culmina com a invasão do Afeganistão (1979). A frota soviética marca presença no Atlântico e no Índico, no Mediterrâneo e no Mar Vermelho. A invasão dos tanques da URSS para conter a “Primavera de Praga”, confirma a doutrina de “soberania limitada” para as democracias populares. O reconhecimento internacional da Alemanha Oriental e o acordo na Conferência sobre Segurança e Cooperação Européia consagram as fronteiras negociadas em Ialta (1945).

3.4.1 – Desenvolvimento e estagnação

Internamente, prosseguiram as transformações sociais. Nos anos 80, a URSS já tinha 23 cidades com mais de um milhão de habitantes (apenas 3, nos anos 30). E 32 milhões de pessoas que viviam em cidades tinham diplomas de curso secundário ou superior. Os soviets locais tinham 2,3 milhões de deputados e o Partido 17 milhões de filiados. A contrapartida era a criação de estruturas clientelistas, às vezes ilegais (as máfias).

Conforme sintetiza Reis Filho:

“Uma sociedade complexa, produto do salto para a frente dos anos 30 e da reconstrução pós-guerra, cada vez mais diferenciada, sensível à crítica aos padrões centralizadores e autoritários da economia mobilizada. Para a qual de nada adianta medir e quantificar os progressos realizados desde 1917. Que se compara com os europeus ocidentais e os norte-americanos, ambicionando igualar os padrões de consumo destes, não se sentindo consolados por terem deixado para trás a Índia e outras nações do Terceiro Mundo” (REIS FILHO, 2003, p. 132).

Começava a ficar nítida a percepção de que a cúpula dirigente estava se esclerosando, com a idade média dos membros do Politburo chegando aos 71 anos, dez a mais que no início dos anos 70. A dissidência se intensifica, sob a forma de jornais e revistas clandestinas. As nações não russas reclamavam graus de autonomia mais elevados. A juventude sentia-se atraída pelos valores “decadentes” do Ocidente.

Na economia, ainda houve crescimento industrial médio de 8,4 %, entre 1965 e 1970, o que caiu para 3,5 %, entre 1981 e 1985. A agricultura continuava a se arrastar, não passando de um crescimento abaixo do demográfico, da ordem de 1,4 % ao ano. Só o petróleo siberiano era capaz de viabilizar as importações, principalmente de alimentos. A produtividade e o investimento caíram, a inflação e os estoques invendáveis subiram. A URSS não conseguia acompanhar os saltos de produtividade do capitalismo, baseados em uma verdadeira revolução tecnológica nos setores de informática e telecomunicações (REIS FILHO, 2003, p.133-134).

3.5 – A crise do estatismo industrial

Com a morte de Brejnev, em 1982, e a de seus dois breves sucessores, Andropov e Chernenko, chega o momento, em 1985, de uma nova era de grandes transformações para a URSS: a *perestroika*, comandado por Gorbachev, a qual estudaremos no capítulo seguinte. Antes, porém, apresentaremos a visão de Manuel Castells sobre a evolução do socialismo na URSS, até as vésperas da ascensão de Gorbachev ao poder.

Sobre a crise do estatismo industrial, Castells resgata citações de três importantes personagens do passado recente da URSS:

“A contradição -- que se tornou aparente, a partir da década de 50, entre 1) o desenvolvimento das forças produtivas; as necessidades cada vez maiores da sociedade; e 2) a estrutura conservadora da economia; ... os extensos programas de investimentos; um sistema de planejamento atrasado – foi, pouco a pouco, impondo-se como um freio e um obstáculo ao desenvolvimento econômico do país”

(Abel Aganbegyan, em *O desafio Econômico da Perestroika*, p-49)

“ A economia mundial é um organismo único, e nenhum Estado, independentemente de seu sistema social ... pode se desenvolver de forma alheia a esta realidade. O crescimento da

economia mundial revela as contradições e os limites inerentes ao modelo tradicional de industrialização. ‘

(Mikhail Gorbachev, em discurso às Nações Unidas, de 1988.)

“Um dia, vamos perceber que, na realidade, somos o único do país do mundo que busca ingressar no século XXI com a ideologia ultrapassada do século XIX.”

(Boris Yeltsin, em *Memórias*, de 1990) .

Com isso, Castells abre a discussão sobre o colapso da URSS, depois da implantação da *perestroika*, explicando-o como decorrência da incapacidade estrutural do “estatismo” e da versão soviética do “industrialismo” para assegurar a transição para a “sociedade da informação”. Assim, ele opõe o estatismo (sistema social organizado em torno da apropriação do excedente econômico pelos detentores do poder no aparato do Estado) ao capitalismo (no qual o excedente é apropriado pelos detentores do controle das organizações econômicas). Ou seja, enquanto o capitalismo busca a maximização do lucro, o estatismo preocupa-se com a maximização do poder (CASTELLS, 2002, p.26-27).

Quanto ao industrialismo, é definido por Castells como um mecanismo de desenvolvimento em que a produtividade se origina do aumento quantitativo dos fatores de produção (capital, trabalho e recursos naturais) e no uso de novas fontes de energia. A ele se contrapõe o “informacionalismo, que é um mecanismo de desenvolvimento em que a produtividade se origina da capacidade qualitativa de otimizar a combinação e o uso dos fatores de produção baseados na informação e no conhecimento (CASTELLS, 2002, p.27).

Os bolcheviques conseguiram grandes feitos, como derrubar o czarismo, vencer os nazistas e transformar um país pobre em superpotência, ao mesmo tempo em que sua taxa de crescimento econômico superava sistematicamente a do Ocidente. O preço pago foi a deformação irreversível da economia, em função de uma lógica de “prioridades em cascata”. A agricultura era explorada ao máximo para subsidiar a indústria e alimentar as cidades. Bens de consumo, moradia e serviços cediam lugar aos bens de capital e à extração de matérias-primas, para que o socialismo atingisse a auto-suficiência nas linhas de produção consideradas indispensáveis. A indústria pesada foi colocada a serviço da produção militar, pois as forças armadas eram o principal sustentáculo do estatismo. Para assegurar o cumprimento dessas prioridades, criou-se uma economia de planejamento central, a primeira e a maior da história mundial. Os preços não se baseavam na oferta e procura, as decisões eram verticalizadas, das instâncias de planejamento

para os ministérios executivos e destes para as unidades de produção. Assim, ministérios e unidades de produção não se comunicavam entre si.

Para atingir os objetivos, o Estado recorreu à mobilização total de recursos humanos e naturais de um país imenso e rico. A tecnologia era negligenciada e o comércio internacional restringia-se ao absolutamente indispensável, principalmente a itens ligados à segurança. No entanto, a importância atribuída ao relacionamento com os países do bloco socialista fazia com que a URSS fosse o único caso no mundo de uma potência dominadora que discriminava de forma inversa a destinação de investimentos e recursos: a Federação Russa subsidiava as demais repúblicas e a URSS os países da Europa Oriental, Cuba e Vietnã. A manutenção de um equilíbrio estratégico diante dos países capitalistas fazia com que os gastos no complexo militar-industrial inchassem, inclusive atraindo o que de melhor havia entre cientistas, engenheiros, técnicos qualificados e até equipamentos. Diz Castells: “O complexo militar-industrial agia como um buraco negro na economia soviética, absorvendo a maior parte da energia criativa da sociedade e fazendo-a desaparecer em um abismo de inércia invisível.” (CASTELLS, 2002, p.42)

A estagnação econômica instalou-se em 1975, com o esgotamento do modelo extensivo de acumulação. O atraso tecnológico fez com que caísse a produção e aumentasse o preço do petróleo e dos minérios russos. A queda da natalidade e o esgotamento da assimilação da mulher na força de trabalho faz diminuir a oferta de mão-de-obra.

A isso se somava o diagnóstico de Menshikov e do Instituto de Economia da Academia de Ciências de Novosibirsk, nos anos 70: “As análises demonstram que os responsáveis pelas decisões não tinham como objetivo o bem-estar da população: tomavam-se decisões para maximizar o poder dos ministérios na luta pela partilha dos recursos centralizados. O sistema padecia de uma inexorável inércia, estando fadado a tornar-se cada vez mais ineficiente”. Como consequência, era indispensável dar maior importância aos avanços tecnológicos e reformar as instituições de planejamento, inclusive mantendo sob controle os “circuitos paralelos” de distribuição de bens e serviços (CASTELLS, 2002, p.44).

3.5.1 – A questão tecnológica

Em 1961, Kruchev afirmou que nos 80 a URSS produziria mais bens industriais que os EUA. E isso realmente aconteceu, em vários setores da indústria pesada: a produção soviética

de aço, cimento, petróleo, fertilizantes, ferro gusa e tratores superava a americana em 40 a 400 %. Mas, já nesse momento, a química e a eletrônica passavam a predominar na economia mundial, enquanto se iniciava a revolução da biotecnologia. Pior: a revolução da tecnologia da informação passou quase despercebida pela URSS. Basta dizer que, já nos anos 90, as empresas russas não projetavam *chips* com menos de 1 micrômetro e não produziam os que projetavam, por falta de condições em suas “câmaras limpas”. Passaram-se 10 anos entre o lançamento dos PCs no Ocidente e a fabricação dos primeiros (clones de modelos americanos) na URSS. Nada disso teve a ver com a “estagnação” da Era Brejnev. Entre as principais causas podem ser citadas: 1) a absorção dos recursos financeiros, tecnológicos e mecânicos de maior qualidade pela indústria bélica, que devolvia à sociedade aparelhos elétricos e bens de consumo medíocres; 2) a constante presença da KGB nos principais centros de pesquisa e a enorme dificuldade de usar copiadoras, máquinas de escrever, linhas telefônicas e, acima de tudo, computadores pessoais; 3) a decisão de adotar a tecnologia ocidental, particularmente o computador IBM 360 como padrão para sistema unificado de computação do COMECON, chegando ao ponto de incumbir a KGB de contrabandear computadores para tentar reproduzi-los; 4) o abandono da pesquisa de ponta em software, como a linguagem ALGOL (russa), trocada pela FORTRAN, logo em seguida descartada pelos americanos (CASTELLS, 2002, p.45-46).

Um caso exemplar dos equívocos na área científica e tecnológica foi o experimento da cidade científica de Akademgorodok, na taiga siberiana, próxima a Novosibirsk, mas dela separada, reunindo 10 mil pesquisadores e professores e 4.500 alunos, escolhidos entre jovens talentosos e dinâmicos que recebiam incentivos para nela se estabelecer, longe da burocracia acadêmica de Moscou e Leningrado. A cidade floresceu nos anos 60 e chegou ao auge nos 80, com grandes resultados em Física, Matemática, Informática, e Economia, mas nunca ocorreu de fato sua integração com a indústria. Essas empresas estavam interessadas apenas em cumprir as cotas estabelecidas pelo Plano.

4 – A CRISE DO SOCIALISMO NO LESTE EUROPEU E A DESINTEGRAÇÃO DA URSS

4.1 – A Perestroika

4.1.1 – Antecedentes

Na análise das origens da perestroika (processo de reestruturação da economia e da sociedade) de Gorbachov, é comum se destacar o papel precursor do secretário geral Andropov, buscando alternativas para tirar a URSS da estagnação dos últimos anos de Era Brejnev, caracterizada por males como corrupção, economia paralela, corrosão da disciplina, ceticismo, alcoolismo, dissidência. Nesse contexto, realizou-se em 1983, em Novosibirsk, sob a coordenação do Departamento de Sociologia da Academia Soviética de Ciências, um seminário fechado com 120 participantes, de 17 cidades, para discutir um relatório que denunciava “o atraso substancial das relações de produção na sociedade soviética, em relação ao desenvolvimento de suas forças produtivas”. O conteúdo do relatório, supervisionado pela socióloga Zaslavskaya e pelo economista Aganbegyan, vazou para o jornal *The Washington Post*, que o publicou, causando impacto mundial. Isso gerou o apoio da geração de líderes que cresceram em uma sociedade pós-stalinista, da qual Gorbachov era o representante mais notório. Já secretário-geral, em 1986, ele apresentou ao Congresso do PCUS um relatório baseado no de Novosibirsk, onde se abria espaço para a mais ambiciosa perestroika da história russa, que ia além do conceito de *uskorenie* (aceleração). Assim, A última *perestroika* comunista, a exemplo das que a precederam na história da Rússia e da União Soviética, consistia em um processo hierarquizado, sem nenhuma participação da sociedade civil em sua idealização e primeiros estágios de implantação. Não se tratava de uma resposta às pressões das camadas inferiores da sociedade ou exteriores ao sistema. Tinha o propósito de reparar as falhas internas a partir do próprio sistema, mantendo intocados seus princípios fundamentais: monopólio do poder exercido pelo PCUS, economia de planejamento central e *status* de superpotência (CASTELLS, 2002, p. 66-68).

Reis Filho (2003) chama a atenção para os desafios impostos pela competição internacional, no bojo de uma nova revolução científico-tecnológica (informática, telecomunicações, biotecnologia, novos materiais), que transformava profundamente a

economia e a sociedade dos países capitalistas avançados, algo capaz de fazer a URSS perder a condição de superpotência se não respondesse à altura. E isso, num contexto em que os gastos com a defesa oneravam enormemente o orçamento: o complexo militar erigira-se em um Estado dentro do Estado e a URSS, com uma economia bem menor que a dos EUA, tinha de competir de igual para igual na área militar, o que dificultava ou impedia que recursos consideráveis (humanos e materiais) fossem canalizados para o atendimento das demandas da sociedade em serviços públicos de qualidade e em bens de consumo sofisticados, como automóveis e eletrodomésticos. Foi então que, em 1986, ocorreu a traumática explosão do reator nuclear de Chernobyl. Ao contrário da tradição de tentar esconder os problemas, o governo deu ampla publicidade ao assunto, notificando as agências e a opinião pública internacionais, reforçando-se a orientação favorável à *glasnost* (transparência). Chernobyl, denunciava Gorbatchov, era a própria síntese da modernidade problemática e inacabada da União Soviética (REIS FILHO, 2003, p. 135-138).

4.1.2 – Elementos básicos

Para colocar em prática a perestroika, foi implantada nova legislação: o trabalho individual privado, já existente no mercado informal, foi reconhecido e regulamentado; aprovou-se novo estatuto autorizando as cooperativas autônomas (com a intenção de conferir dinamismo aos *kolkozés*) e consagrou-se juridicamente a autonomia das empresas. Isso visava substituir métodos administrativos tradicionais por critérios econômicos: as empresas ganhavam margens de liberdade para escolher fornecedores e clientes, fixar preços para os produtos e remuneração para os trabalhadores. Os planos centrais tenderiam, gradativamente, a adquirir um caráter apenas indicativo (REIS FILHO, 2003, p.139).

Sintetizando o processo em curso, Pomeranz (2004) introduz o conceito de “transformação sistêmica”, na qual a Rússia contemporânea passou, de república membro de uma Federação de Estados Socialistas, à condição de país independente, organizado nos moldes de uma sociedade capitalista. Esta transformação consiste, no plano econômico, no desmonte de um sistema de gestão macroeconômica e alocação de recursos com base no planejamento central diretivo, com a passagem para outro com base em mecanismos de mercado; no plano político, no desmonte do sistema de partido único, dominante em todas as esferas da vida social, inclusive na da economia, com a passagem para outro com base na democracia representativa e na eliminação das restrições impostas às liberdades.

A primeira fase do processo de transformação corresponde à perestroika, sob o comando de Gorbachev, até o fim da URSS (1991). Deu-se ainda nos marcos do sistema socialista, e o seu objetivo maior foi o de reestruturá-lo radicalmente, de maneira a construir o “socialismo de face humana”. Esse objetivo, por sua vez, dividiu-se em três: flexibilizar o funcionamento do sistema econômico, liberando as empresas da tutela dos ministérios e criando mecanismos de mercado, inclusive a monetização da economia; reformar o sistema político, criando um Parlamento com representação permanente e não exclusivamente oriunda do PCUS, para o que foi indispensável promover a *Glasnost*, uma abertura democrática que não se restringiu ao aspecto político, visando também estimular a “iniciativa das massas” no plano econômico; modificar radicalmente a política externa da URSS, substituindo a corrida armamentista pela retirada unilateral das tropas do COMECON dos países do Leste Europeu e da Alemanha e pela redução controlada, acordada com os USA, do seu arsenal atômico e, com isso, promovendo o desmonte do Tratado de Varsóvia e da Guerra Fria. Ressalte-se que foi subestimada a questão nacional, o que, em razão dos rumos assumidos pelos conflitos de interesses políticos e econômicos, foi o indutor do fim da URSS (POMERANZ, 2004, p. 37 – 38)

4.1.3 – Dificuldades

Como evidencia Castells, reformar a economia foi uma tarefa difícil, mesmo com as promessas de futuro desarmamento. Reciclar as empresas militares foi algo tão complexo que ainda não se completou. Os preços do petróleo caíram em 1986, diminuindo as reservas em moeda forte e dificultando a transição. Chernobyl mostrou o nível a que tinha chegado o industrialismo soviético. Mas os principais obstáculos vieram do Estado, até mesmo da parte de reformistas seguidores de Gorbachev. Embora houvesse consenso quanto à introdução de mecanismos de uma economia próxima à de mercado em setores como habitação e serviços, havia limites intransponíveis: ninguém aceitava o direito à propriedade privada sobre a terra e os meios de produção, a liberação dos preços em todos os níveis da economia, a liberação de créditos sem aprovação direta do Gosbank ou o desmantelamento dos princípios fundamentais da economia planejada.

A inflação alimentou a especulação e a estocagem ilegal de produtos, preparando o terreno para o crescimento ainda maior da economia paralela. Esta passou de um papel secundário para o de domínio de segmentos inteiros do comércio e distribuição de bens e

serviços. A velha corja de mafiosos e autoridades corruptas transformou-se na principal forma de organização de atividade econômica com fins lucrativos da União Soviética e das sociedades que a sucederam (CASTELLS, 2002, p.70).

Era preciso, portanto, aprofundar e acelerar as reformas, enfraquecer ou destruir os núcleos conservadores, contrários às mudanças, como gostava de dizer Boris Ieltsin, o dinâmico chefe do Partido em Moscou. Mas nem todos concordavam com essas apreciações, consideradas “negativistas”, defendendo as tradições soviéticas nas instituições políticas, nos ministérios e nas altas instâncias do PCUS. E o chefe aparente da corrente conservadora era Ligatchev, ideólogo do Partido, do qual era o segundo nome, logo abaixo do próprio Gorbatchov.

O cenário para o próximo enfrentamento entre reformistas e conservadores foi a Conferência Pan-Russa do Partido Comunista, em junho de 1988, reunindo milhares de delegados de toda a URSS. A população foi brindada com um debate raro na história do país: opiniões contraditórias, vaias e aplausos, apartes, fazendo lembrar o tempo da criação dos sovietes como parlamentos plebeus, sem normas rígidas, e palcos de intensas discussões, ágeis e voláteis. O processo era televisionado ao vivo, jornais e revistas eram editados aos milhões, debatia-se em toda parte. Prevaleceu a proposta de criação de uma nova instituição, o Congresso dos Deputados do Povo. Teria 2.250 deputados, escolhidos por três colégios eleitorais distintos: um terço eleito por todos os cidadãos, em circunscrições territoriais; um terço escolhido, proporcionalmente, pelas diferentes nações soviéticas e um terço designado por instituições como o PCUS, sindicatos, instituições acadêmicas e organizações populares. A esse Congresso competiria escolher um soviete supremo, de cerca de quinhentos deputados, e, diretamente, o presidente do Estado soviético, a quem seriam delegados poderes extraordinários. Desenhava-se uma instituição estatal autônoma em relação ao PC, cujo presidente teria força considerável, prestando contas apenas a seus eleitores. Amadurecia a visão, não ocultada por Gorbatchov e seus correligionários mais próximos, de que a *perestroika* deveria ser precedida pelo aprofundamento da *glasnost* (REIS FILHO, 2003, p.142-143).

Neste ponto, é importante apresentar a descrição de Castells, dos quatro grandes grupos de interesse que representavam a essência do poder social soviético e que tiveram que ser confrontados por Gorbachev, na busca da consecução dos objetivos da *perestroika*:

1. Ideólogos comunistas, comprometidos com a defesa dos valores marxistas-leninistas e de seu domínio sobre as instituições sociais. Eram os líderes doutrinários do PCUS e os detentores do poder sobre aparatos culturais e veículos de comunicação (mídia,

Academia de Ciências, universidades, artistas e escritores protegidos pelo mecenato do Estado).

2. A elite (transformada em casta privilegiada) que detinha o controle dos aparatos do Estado e que desejava mantê-lo a todo custo. Dividia-se, por sua vez, em pelo menos quatro grandes categorias:

- a) O aparato político central do PCUS, que formava a *Nomenklatura*, a verdadeira classe dominante da União Soviética, em função do monopólio na distribuição de milhares de cargos.
- b) Os dirigentes do aparato de planejamento, especialmente os do Gosplan, que controlavam toda a economia soviética e davam instruções aos ministérios e unidades administrativas.
- c) Os comandantes das forças armadas, que, embora fossem sempre submetidos à autoridade do partido (em especial após terem sido dizimados por Stalin nos anos 30), tinham autonomia cada vez maior à medida que o exército passava a depender mais de tecnologia e inteligência.
- d) A KGB e as forças especiais do Ministério do Interior, que continuaram a exercer um papel relevante e autônomo no Estado, de cujos interesses tratava em um nível acima das rixas políticas internas do partido.

3. Os administradores de empresas estatais de grande porte, sobretudo no complexo militar e no setor de exploração de petróleo e gás natural, que, embora formado por profissionais competentes e interessados na modernização tecnológica, eram totalmente contrários à transição para a economia de mercado, à desmilitarização da economia e à renúncia ao controle sobre o comércio exterior.

4. A rede formada entre a *nomenklatura* e os “chefões” da economia paralela, que construiu um protocapitalismo selvagem, aproveitando-se das oportunidades para a especulação, ensejadas pelo modelo de economia planejada (CASTELLS, 2002, p. 71 - 74).

4.1.4 – A desintegração da URSS

Como sempre acontecia nos tempos de crise, desde os tempos do czarismo, as nações não russas logo trouxeram ao debate seus programas e reivindicações de autonomia cultural e política. Algumas já falavam abertamente em secessão. No Báltico, Ásia Central e Cáucaso, até mesmo na Rússia e nas duas outras nações eslavas (Ucrânia e Bielorrússia), os parlamentos nacionais proclamavam a soberania em relação ao poder central, a primazia das

leis nacionais sobre as soviéticas. Surgiu então, no segundo semestre de 1990, a idéia da formulação de um novo pacto federativo, uma União das Repúblicas Soberanas, denominação que já não falava em socialismo e em soviets.

Em março de 1991, os resultados de um referendo organizado pelo poder central pareceu fortalecer a tese da permanência da União, aprovada por 76 % dos votos. Mas seis repúblicas retiraram-se da consulta: Lituânia (que, em fevereiro, já havia aprovado a independência por 90 % dos votos), Letônia, Estônia, Geórgia, Moldávia e Armênia. Pouco depois, o Parlamento da Geórgia também votou pela independência. Além disso, em outras repúblicas, como na Ucrânia, o referendo incluía outras questões sobre a soberania local e regional, aprovadas por ampla maioria (REIS FILHO, 2003, p.152).

Mas o processo de desagregação mostrou sua força com a eleição, em 1991, em primeiro turno, de Yeltsin, para presidente da república russa, e de correligionários seus, para prefeitos de Moscou e Leningrado. Com isso, nascia uma espécie de poder paralelo ao da União, amparado e legitimado por eleições democráticas. Como reação, criou-se uma atmosfera de golpe de Estado, em que os conservadores, colocados em postos importantes da União pelo próprio Gorbatchov, pregavam o emprego de mecanismos de força para conter as forças desagregadoras. Mas ante a perplexidade geral, Yeltsin teve a coragem de tomar a liderança de um movimento para defender a legalidade. No Parlamento russo, em torno de alguns milhares de correligionários, conclamou o não reconhecimento das lideranças golpistas e da resistência. Foi o que bastou para vencer, pois o esquema golpista desintegrou-se, sem que fosse necessário dar um único tiro.

Na confusão que se seguiu, as proclamações formais de independência das repúblicas não russas vieram em série, somando-se às da Lituânia e Geórgia. De 20 de agosto a 26 de outubro, fizeram-nas, pela ordem: Estônia, Letônia, Ucrânia, Bielorrússia, Moldávia, Casaquistão, Quirguízia, Azerbaijão, Usbequistão, Tadjiquistão, Armênia e Turcomenistão. Completava-se o quadro da desagregação da segunda superpotência mundial.

Em rápidos movimentos, Yeltsin consolidou seu poder, dissolvendo a KGB e o próprio Partido Comunista, acusado de cumplicidade na operação golpista e posto na ilegalidade. Em nome da Rússia, apoderou-se do Kremlin e do Ministério das Relações Exteriores. Em dezembro de 1991, apoiado pelos presidentes da Bielorrússia e da Ucrânia, anunciou a fundação de uma Comunidade de Estados Independentes (CEI). Pouco depois, em dezembro de 1991, onze repúblicas ex-soviéticas formalizaram a constituição da CEI (a qual, posteriormente, passou a ter 12 membros, com a adesão da Geórgia). A Gorbatchov não restou mais do que a renúncia, assinada finalmente em 25 de dezembro de 1991. O

inacreditável acontecer: a União Soviética simplesmente deixara de existir (REIS FILHO, 2003, p. 151 – 155).

A CEI, ao longo de sua ainda breve existência, parece permanecer com o papel de um fórum de coordenação política, econômica e militar de assuntos do interesse de uma confederação de doze países soberanos, sem o poder de impor determinações a cada um deles. Diante das organizações internacionais e das nações do mundo, ela não constitui uma entidade única, como a antiga URSS, pois cada país membro detém sua própria soberania. Por exemplo: a Rússia (e não a CEI) faz parte do Conselho de Segurança da ONU, sucedendo, neste papel, a URSS. Não existem embaixadores ou passaportes da CEI. Além disso, os laços entre seus membros são bem mais frouxos do que os antes existentes entre os países do Pacto de Varsóvia e do COMECOM (ALMANAQUE ABRIL, 2002, p. 264, 507).

O fim da Guerra Fria será reconhecido na História como a maior contribuição de Gorbachev para a humanidade. Sem a sua decisão pessoal de mostrar que realmente acreditava no Ocidente e de vencer a resistência dos defensores do armamentismo, dificilmente o processo de desarmamento e desativação de arsenais nucleares chegasse aonde chegou. A iniciativa de Gorbachev foi decisiva para o desmoronamento dos regimes comunistas no Leste Europeu. Abdicar do controle sobre esses países foi uma manobra executada com maestria, viabilizando o desarmamento e a coexistência verdadeiramente pacífica com o Ocidente. Ambos os processos eram indispensáveis para tratar dos problemas da economia soviética e integrá-la à economia mundial, tal como almejado por Gorbachev. Somente com a retirada do imenso ônus representado pelo aparato militar, o Estado soviético poderia redirecionar recursos humanos e econômicos à modernização tecnológica, produção de bens de consumo e melhoria do padrão de vida da população, permitindo a criação de novas fontes de legitimidade para o sistema soviético (CASTELLS, 2002, p. 69 – 70).

4.2 – O Governo Yeltsin

4.2.1 – A privatização

Retomando a análise de Pomeranz, sobre a transformação sistêmica, temos o início da segunda fase em 1992, sob o comando de Yeltsin, terminando com a sua renúncia, no final de 1999. Realiza-se, portanto, em uma Rússia já independente. E caracteriza-se, basicamente, por duas “guerras” complementares e entrelaçadas. A primeira trava-se pelo butim da propriedade estatal privatizada e, a segunda, pela restrição à atuação do PCFR - Partido

Comunista da Federação Russa, de modo a impedir seu acesso ao poder. A privatização, criando novos donos, criaria também a resistência necessária para impedir a volta ao passado. E as restrições à ação dos comunistas impediria, por sua vez, a criação de obstáculos à distribuição da propriedade.

A privatização foi realizada em duas etapas. Na primeira delas, ocorreu a privatização de massa, à base de *vouchers* distribuídos a toda a população que, com eles, poderia obter ações das empresas sendo privatizadas, nos leilões programados com esse objetivo. Concebeu-se a participação dos coletivos das empresas (diretores e trabalhadores), mediante três modelos: A) distribuição gratuita de ações preferenciais sem direito a voto; B) venda ao coletivo de ações ordinárias com direito a voto, em um montante equivalente a 51 % do capital social; C) assinatura de um contrato, com duração de um ano, mediante o qual o coletivo assumiria a administração de uma empresa média, em vias de falência, dispondo-se a recuperá-la. Todos esses esquemas envolveram alto nível de corrupção e a mistura de interesses privados e governamentais, acabando por entregar as empresas aos seus antigos diretores. Foi um processo que se tornou conhecido como a “privatização da nomenklatura” (POMERANZ, 2004, p.38).

Na segunda etapa, foi feita a privatização a dinheiro das empresas maiores e mais rentáveis. A confusão entre interesses privados e estatais foi tão grande que o processo foi considerado uma grande barganha, de ordem mais política do que econômica, mediante a qual se trocou propriedade (estatal) por apoio político (de grupos econômicos). O mecanismo era o seguinte: um grupo de banqueiros fornecia ao Estado o dinheiro de que este tinha necessidade, sob a forma de empréstimo, tendo como garantia ações estatais nas empresas mais rentáveis do país (Norilsk Níquel, Lukoil, Yukos e Sindanco, entre outras). As empresas recebiam a administração dessas empresas, em troca do empréstimo. Ao cabo de um ano, o governo ou pagaria o empréstimo ou, para poder fazê-lo, venderia as ações entregues em garantia. A venda dessas ações foi feita em leilões, organizados pelos próprios credores. Foi essa privatização, conhecida como a de “empréstimos por ações”, que propiciou a criação dos chamados “oligarcas”, nos quais se apoiou toda a batalha política para a manutenção do poder nas mãos de Yeltsin e dos seus correligionários, seja pela utilização da mídia, seja pelo financiamento da eleição de Yeltsin, em 1996. Essa eleição foi decisiva para o afastamento definitivo dos comunistas do poder e nela tudo se jogou (POMERANZ, 2004, p. 38-39).

4.2.2 – O pós-socialismo

Conforme sintetiza Reis Filho (2003), “disseminada em toda a sociedade, havia uma admiração sem limites pelas realizações da modernidade ocidental, um mundo considerado civilizado, em contraste com a Rússia, desprezada como anacrônica e bárbara” (REIS FILHO, 2003, p.157).

Com o apoio e as bênçãos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, aplicou-se (ao maior e mais diferenciado dos países que a eles recorreram) a conhecida receita: liberação total dos preços, suspensão imediata dos subsídios estatais às atividades econômicas, combate rigoroso ao deficit público, aperto no crédito, “verdade cambial”, política acelerada de privatização das empresas estatais. Os resultados, como seria de se esperar, foram desastrosos. Instalou-se uma hiperinflação, que multiplicou os preços por trinta (e os salários por dois). A atividade industrial, que já vinha declinando desde 1987, deu um salto para trás. Com as fronteiras praticamente abertas, o mercado russo foi invadido pelos produtos ocidentais, melhores e mais baratos. Declinaram de forma brutal os investimentos (8% do PIB, em 1995, comparados com 20%, em média, nos tempos do socialismo). O desemprego de que já não havia memória na sociedade soviética, cresceu de forma descontrolada, atingindo cerca de dez milhões de pessoas (sem contar o emprego informal e o subemprego), e não foram criadas (nem havia intenções de fazê-lo) redes de proteção social (REIS FILHO, 2003, p.158).

Houve um processo brusco de concentração de renda, favorecendo regiões e grupos determinados. Entre as primeiras, Moscou e São Petersburgo, com serviços administrativos, comerciais e financeiros, beneficiaram-se largamente. Políticos e administradores, ex-comunistas, em sua grande maioria, passaram rapidamente a acumular fortunas, provenientes do desvio de subsídios remanescentes e de fraudes na privatização. Apesar das estatísticas imprecisas, há um consenso de que se destacou uma camada de cerca de 10% da população, os mais ricos, que concentraram algo em torno de 40% da renda nacional, os “novos russos”. Entre os que sofriram mais negativamente o impacto das reformas (ou seja, entre os que forneciam, involuntariamente, os recursos para o enriquecimento dos beneficiários do processo), estavam os pensionistas, os assalariados de setores que permaneciam estatizados, como grandes segmentos da saúde e da educação, os que viviam de rendimentos fixos e os desempregados. Na base da pirâmide, os 10% mais pobres detinham apenas 1,5% da renda disponível. Segundo um relatório da Academia de Ciências, em 1993,

um terço da população vegetava num nível abaixo da subsistência, enquanto se estimava que 10%, ou seja, cerca de 15 milhões de pessoas, estariam abaixo mesmo do nível de sobrevivência física (REIS FILHO, 2003, p.159).

O país parecia ter passado por uma guerra civil. A esperança de vida ao nascer, de 64 anos para os homens e de 74 anos para as mulheres, em 1990 (já então em queda, em comparação a 1985), caiu para 58 anos e 68 anos, respectivamente. Há inúmeros relatos de pessoas abandonadas na periferia das cidades, para morrer de fome e frio. A população estava atordoada pelo contraste entre as paradisíacas expectativas geradas e os catastróficos resultados obtidos.

O Parlamento russo, eleito em 1990, passou a exprimir as insatisfações. Entre os opositoristas, dois fiéis aliados de Ieltsin, o vice-presidente, Rutskoi e o presidente do Parlamento, Khasbulatov. Segundo eles, era preciso suspender imediatamente a “terapia de choque”, porque o doente agonizava. O processo de privatizações necessitava igualmente ser muito bem definido, evitando-se o descalabro e a corrupção que o caracterizavam. A transferência maciça de bens do Estado e da sociedade para mãos privadas explicitara e potencializara o fenômeno das “máfias”, assim definidas por Reis Filho: “ ... produto da desorganização institucional e fator de agravamento de um processo caótico de desagregação, com suas milícias privadas, fraudes escandalosas, contrabando de armas e matérias-primas estratégicas, exportação de riquezas colossais para paraísos fiscais” (REIS FILHO, 2003, p.160).

O problema é que, para não poucos, o Parlamento, eleito em 1990, ainda era muito representativo do passado soviético para merecer confiança. Ielstin, apesar de tudo, continuava sendo uma referência nas denúncias e na luta contra um sistema que a sociedade não desejava ressuscitar, apesar do caos em que vivia mergulhada.

O enfrentamento entre o presidente e o Parlamento radicalizou-se. Em abril de 1993, um plebiscito reafirmou a confiança da população no presidente (58%) e em sua política (53%). Os deputados continuaram reagindo e Yeltsin, exercitando um autoritarismo que antes denunciara nos opositores, dissolveu o Parlamento, em setembro. Os deputados prepararam-se para a resistência, mas a população não se mobilizou. As Forças Armadas, inicialmente hesitantes, acabaram ficando com o presidente e, em 4 de outubro, bombardearam o Parlamento, destruindo parcialmente o prédio e matando duzentas pessoas. O Parlamento foi temporariamente fechado, seus líderes, presos, a oposição “soviética”, aniquilada. Não se instaurou, no entanto, a ditadura, como os mais pessimistas previram. Em dezembro de 1993, o presidente Yeltsin submeteu à sociedade uma nova Constituição,

conferindo poderes extraordinários à presidência e enfraquecendo decisivamente o poder dos deputados. O povo a aprovou por maioria. Três dias mais tarde, eleições gerais designaram uma novo Parlamento, a Duma do Estado.

Surgiram, então, três forças eleitorais: um novo Partido Comunista da Federação Russa, com 25% dos votos, um partido nacionalista, curiosamente autodenominado liberal-democrático, com 22% dos eleitores, e os liberais de Gaidar, apoiados por Yeltsin, e que, apesar dos imensos recursos financeiros empregados, não alcançaram, mais do que 25%, quando esperavam, no mínimo, metade dos sufrágios. Uma derrota política para o presidente, relativizada, porém, pelo enfraquecimento constitucional dos poderes do Parlamento. No entanto, boa parte da sociedade passara claramente a mensagem de uma insatisfação crescente com os rumos da política governamental e de desencanto com a subserviência às potências e modelos ocidentais. Parecia ter se desgastado a crença ingênua na utopia a curto prazo de um regime capitalista que pudesse salvar o país (REIS FILHO, 2003, p. 157 – 161).

4.2.3 – A crise de 1998

O colapso da Rússia, em agosto de 1998, foi o resultado de um processo de transição perverso, que enriqueceu alguns empresários, à custa do empobrecimento da maioria da população. A transição para o capitalismo expôs a economia russa a um mundo para o qual ela não estava preparada. Com o encolhimento do Estado-Pai, gerou-se uma massa de 32 milhões de pessoas abaixo do nível de pobreza. A expectativa de vida decresceu, aumentando a taxa de mortalidade, inclusive da infantil. Às vésperas da crise, os números não eram muito diferentes das cifras dos anos anteriores, quando a Rússia adotara medidas liberais. No triênio 1992 - 1994, o PIB despencou 36 % e continuou a cair nos anos seguintes. A queda nos preços das commodities repercutia por todo o mundo, especialmente na Rússia, onde os principais produtos de exportação são o petróleo e o gás. Mas o apoio dos Estados Unidos, Alemanha e outros países reforçou a impressão de que “a Rússia era nuclear demais para quebrar”. Em julho de 1998, o governo Clinton acionou o FMI para um grande pacote de resgate. A fuga de capitais da Rússia registrava média mensal contínua de US\$ 1 bilhão, nos últimos três anos. O Ocidente, o FMI, bancos e governos ocidentais despejavam dinheiro pela porta da frente e um seletivo grupo de cidadãos russos levava o dinheiro pela porta dos fundos. A presidência caótica de Yeltsin contribuiu para a deterioração econômica do país e levou a um total descrédito na economia de mercado, por parte da população russa. Em agosto de 1998, a Rússia deixa de defender o rublo e declara moratória aos detentores de títulos da

dívida interna. Estes, que estavam denominados em dólar, são convertidos em papéis denominados em rublos, o que representa uma desvalorização de 80%. Os preços das ações caíram de dólares para centavos. O pânico dos especuladores com o colapso levou de roldão as bolsas do mundo inteiro. No país, o descalabro é total, com o atraso de salários e aposentadorias. A produção, reduzida para 40 % do nível existente no socialismo, está totalmente desorganizada. O todo-poderoso Exército vermelho se desagrega e montanhas de equipamento militar apodrecem em toda parte, enquanto soldados passam fome e desertam em massa. Mas as decisões adotadas em agosto de 1998 parecem ter marcado o início de uma nova postura. Os russos não estavam mais dispostos a tentar a renovação do país pela simples transposição dos modelos abstratos dos manuais estrangeiros e negou-se adotar as recomendações de pessoas como o megaespeculador George Soros, os economistas Jeffrey Sachs e Rudiger Dornbusch e, por indicação do FMI, o ex-ministro argentino Domingo Cavallo.

4.3 - A Desintegração do Leste Europeu

4.3.1 – Formação

No mapa político da Europa, surge, após a derrota do nazifascismo, com a invasão do Exército Vermelho, um bloco de oito países socialistas (com uma população total de cerca de 140 milhões de habitantes), os quais, apesar de terem fronteiras com a URSS, permanecem independentes, não se incorporando àquela federação. São eles: Polônia, República Democrática Alemã (ou Alemanha Oriental), Tchecoslováquia, Hungria, Iugoslávia, Albânia, Romênia e Bulgária.

Esta região passa a ser chamada de Leste Europeu ou de Europa Central, denominações geograficamente imprecisas, já que a URSS ocupa toda a parte oriental do continente (e ainda se prolonga pela Ásia) e países como Alemanha Ocidental, Áustria e Suíça também estão na parte central. Era também comum denominá-los, depreciativamente, de “países da Cortina de Ferro” ou de “países satélites”. Ou ainda, de modo impreciso, de “democracias populares”.

Antes da I Guerra Mundial, esses países tinham diferentes situações políticas. A Polônia desaparecera como nação, tendo seu território partilhado pelos Impérios Russo, Alemão e Austro-Húngaro. A Alemanha Oriental e a Hungria faziam parte do núcleo dos dois

últimos Impérios citados. Bulgária e Romênia eram países independentes. A Tchecoslováquia fazia parte do Império Austro-Húngaro e a Albânia do Império Otomano (turco). As áreas que vieram a formar as seis repúblicas da ex – Iugoslávia tinham situações diferentes: Eslovênia, Croácia e Bósnia pertenciam ao Império Austro-Húngaro; Macedônia, ao Império Otomano; Sérvia e Montenegro eram países independentes.

A I Guerra Mundial opôs dois grandes blocos de nações: de um lado, os Impérios Alemão, Austro-Húngaro e Otomano; de outro, Inglaterra, França e Império Russo. A segunda aliança saiu vencedora, mas a Rússia, envolvida internamente pela Revolução de 1917, assinou um tratado de paz em separado com a Alemanha e deixou a guerra. Como resultado, houve várias alterações no mapa político europeu. A Polônia foi restaurada, a Hungria separou-se da Áustria, a Albânia tornou-se independente. E foram criados dois novos países: a Tchecoslováquia e o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, já com os contornos da ex – Iugoslávia, ou seja, com a absorção da Eslovênia, Croácia, Bósnia e Macedônia aos antigos reinos da Sérvia e de Montenegro.

O quadro que permaneceu desde o fim da II Guerra até o governo de Gorbachov na URSS teve duas mudanças principais: a transformação do Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos na República da Iugoslávia, e a criação da Alemanha Oriental como entidade política, nas terras alemãs ocupadas pela URSS, cerca de um quarto do território alemão de antes do conflito, cuja parte maior, ocupada por Estados Unidos, França e Inglaterra, formou a Alemanha Ocidental (ou República Federal Alemã). Aqui, cabe fazer uma distinção entre:

- a) os seis países -- Polônia, RDA, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia e Bulgária -- cujos regimes (de modelo stalinista) foram implantados pelas tropas soviéticas, ao fim da II Guerra, os quais criaram vínculos mais estreitos entre si e deles com a URSS, participando de organizações militares (Pacto de Varsóvia, 1955) e comerciais (COMECON, 1949); e
- b) a Iugoslávia e a Albânia, que se libertaram do nazismo pela ação de guerrilhas e adotaram uma postura mais independente, não participando desses blocos, implantando novos modelos econômicos (como a co-gestão iugoslava) e assumindo posições divergentes na política internacional (a co-liderança da Iugoslávia no movimento dos países não alinhados e a aliança da Albânia com a China).

Depois da queda do socialismo, novas alterações aconteceram. A Alemanha Oriental reincorporou-se ao território da Ocidental, a Tchecoslováquia dividiu-se em República Tcheca e Eslováquia, e a Iugoslávia dividiu-se em cinco novos países, as repúblicas da Sérvia e Montenegro, Eslovênia, Croácia, Bósnia e Macedônia.

4.3.2 – Diversidade

Tudo isso, sem falar na formação de minorias, causadas por mudanças de fronteiras (em função de conveniências políticas e conquistas militares), por migrações (de povos da região, de um para outro país, e de fora dela, como as de turcos, judeus e ciganos) e por políticas deliberadas de miscigenação (como na Iugoslávia sob o regime de Tito). Entre as situações decorrentes desse processo, podemos citar:

- a) territórios alemães a oeste da Polônia.
- b) na ex-Iugoslávia, apenas a Eslovênia e, já em menor grau, a Croácia, têm a perda de territórios a leste da Polônia, para a Rússia, compensada pela cessão de populações homogêneas, enquanto as outras repúblicas, com destaque para a Bósnia, apresentam grande heterogeneidade. É significativa a presença de sérvios (31 %) e croatas (17 %) na Bósnia; de muçulmanos (14 %) e sérvios (9 %) em Montenegro; de albaneses (17%) e húngaros (4%) na Sérvia, nas regiões de Kosovo e Voivódina, respectivamente; e de albaneses (21 %) e turcos (5 %) na Macedônia. Em vários casos, essas minorias formam “ilhas” ou dentro da comunidade majoritária circundante. Devem ser consideradas ainda, as diversidades linguísticas e religiosas (OLIC, 1993, p.38).

Cerca de 60 % desses Leste-Europeus falam línguas do ramo eslavo: polonês, tcheco, eslovaco, esloveno, macedônio, búlgaro e servo-croata (um só idioma, escrito em caracteres cirílicos, na Sérvia, e romanos (na Croácia). Também indo-européias são as línguas alem, romena (neolatina) e albanesa. E a língua húngara é do ramo ugro-finês.

Apesar da propaganda ateísta oficial, nos tempos do comunismo, a força da religião é considerável. Na Polônia, Tchecoslováquia e Hungria, justamente os países mais desenvolvidos da região, o catolicismo foi um dos principais focos de resistência e um fator de manutenção das identidades nacionais. Além do catolicismo (de ritos latino, o majoritário, e grego ou uniato), são importantes o cristianismo ortodoxo (maioria na Sérvia, Macedônia, Bulgária e Romênia), o protestantismo luterano (predominante na RDA) e o islamismo (Albânia, Bósnia, Montenegro, Bulgária).

Assim, não são de espantar as atrocidades cometidas na recente série de guerras que resultaram na desagregação da Iugoslávia, com as célebres “limpezas étnicas” na Bósnia e no Kosovo, que levaram Milosevic, presidente da Sérvia, ao banco dos réus nos tribunais internacionais. Olic cita a aterradora descrição feita por um observador dos conflitos entre iugoslavos (sérvios e croatas, monarquistas e comunistas, patriotas e colaboradores), durante a

II Guerra: “Albaneses queimavam fazendas montenegrinas, com seus moradores dentro; muçulmanos arrancavam a pele de crianças vivas, diante do olhar das mães; fascistas croatas estendiam famílias sérvias inteiras sobre os trilhos, para depois esmagá-las a marretadas; guerrilheiros sérvios assassinavam velhos, crianças e mulheres muçulmanos e croatas a facadas e tiros na cabeça” (OLIC, 1993, p. 45).

4.3.3 – Leste Europeu e URSS

Passando ao relacionamento dos povos do Leste Europeu com a URSS, é unânime a opinião de que o caminho socialista (de viés stalinista) não foi uma escolha, mas uma imposição soviética. Prevaleceram também os regimes de partido único, a economia planificada, com foco nas indústrias de base, o descuido pela produção de bens de consumo, a queda da produtividade agrícola causada pela coletivização forçada das terras, os privilégios da burocracia estatal. A isso se soma o nacionalismo, inclusive de países que, antes da Revolução de 1917, já tinham um desenvolvimento superior ao do Império Czarista, casos da Hungria, Tchecoslováquia e Polônia, que não suportavam sua subordinação à URSS.

A primeira revolta séria foi na Hungria, em 1956, logo em seguida ao Congresso do PCUS em que se iniciou a crítica do stalinismo. Surgiram reivindicações de reformas liberalizantes (pluralismo partidário, retirada do Pacto de Varsóvia), com amplo apoio popular. O movimento foi sufocado pelos tanques soviéticos, ao preço de milhares de mortes e de exílios.

Em 1968, veio a famosa Primavera de Praga, pleiteando mais democracia e reformas econômicas, com repercussão na Iugoslávia e na Romênia. Novamente veio a repressão das tropas do Pacto de Varsóvia.

No início dos anos 80, a Polônia assistiu a um processo diferente: a contestação vinha dos operários organizados no sindicato Solidariedade, e não de cúpulas partidárias locais. O maior “enraizamento” na sociedade levou à busca de uma “solução caseira”, sem a violência da invasão militar do país. No final de 1981, houve uma espécie de golpe militar, com a ascensão ao poder do Ministro da Defesa, o general Jaruzelski, que decretou o estado de emergência e a ilegal o Solidariedade.

Já nos anos da perestroika, a natureza do relacionamento entre Leste Europeu e URSS muda bruscamente, com conseqüências inesperadas para a superpotência comunista. Como foi dito anteriormente, era importante para Gorbachev desmobilizar o aparato militar, de modo a canalizar os recursos economizados na direção de uma mudança na economia, com

a eleição de novas prioridades, como tecnologia e bens de consumo. Para isso, abdicar do controle sobre o Leste Europeu era algo que tinha um enorme “efeito demonstração”, direcionado para a paz e a cooperação com o Ocidente. Acresce que, através do COMECON, a URSS subsidiava esses países, fornecendo-lhes petróleo e matérias primas a preços abaixo do mercado internacional. O rompimento desse esquema foi outro fator de insatisfação e, logo, de rebeldia. Começam as manifestações em vários países, como que “testando os limites” da URSS. E, bem ao contrário das experiências históricas, Gorbachev, com seu admirado senso de humor, responde com o que denominou “Doutrina Sinatra”, aludindo à canção *My Way*: achem seu próprio caminho, escolham ficar ou não nos marcos do socialismo, pertencer ou não ao bloco soviético. A resposta não se fez esperar.

Na Hungria, onde, desde 1988, houve troca de comando no Partido Comunista, permissão para que outros fossem criados e reformas na economia, o partido Fórum Democrático obtém ampla vitória sobre os comunistas, em 1990. No mesmo ano, na Polônia, onde o papa João Paulo II, nos bastidores, teve um papel decisivo no processo, Jaruzelski é obrigado a negociar com o Solidariedade, que vence as eleições, sob o comando de Lech Walesa, e passa a dividir o poder com os comunistas. Na Alemanha Oriental, movimentos populares forçam a queda de Honecker, fazem cair o emblemático Muro de Berlim e levam à vitória eleitoral uma coligação comprometida com a reunificação do país. Na Tchecoslováquia, logo em seguida à queda do Muro, a “revolução de veludo” leva ao poder, em eleições, o teatrólogo Havel. Já na Romênia, o governo reage às manifestações com repressão brutal, o que acaba levando à radicalização: Ceausescu é preso, julgado e executado. Na Bulgária, os comunistas ainda mantêm o poder, mas decididos a fazer a transição pacífica para um novo regime social.

Assim, em dois anos (1988 – 1990), sem qualquer reação drástica da URSS, o Leste Europeu abandona o socialismo e sai da órbita de Moscou. As promessas de grandes investimentos, feitas pelos incentivadores ocidentais do processo, nunca se concretizaram e esses países atravessam, até hoje, grandes dificuldades.

Mas parece evidente que, em algum momento, Gorbachov perdeu o *timing*. E o ataque às bases do socialismo realmente existente extrapolou as fronteiras do Leste Europeu, para fazer-se sentir no âmago da superpotência soviética. E, novamente, com uma participação decisiva das forças centrífugas do nacionalismo. Primeiro, fragmentando a federação de repúblicas soviéticas. Agora, ameaçando, como no caso da Chechênia, a própria unidade da Federação Russa.

5 - O REPOSICIONAMENTO DA RÚSSIA NO NOVO CENÁRIO POLÍTICO INTERNACIONAL

5.1 – O Governo Putin e o quadro atual

5.1.1 – Política interna e economia

A terceira etapa da transformação sistêmica descrita por Pomeranz (2004) tem início com a hábil manobra política pela qual Yeltsin nomeia Putin como primeiro ministro e renuncia imediatamente em seu favor, com a declaração de que ele seria o seu herdeiro político. De acordo com a Constituição do país, Putin assume a presidência, em 2000, e logo conquista o apoio popular, seja por sua personalidade (jovem e enérgico), oposta à decrepitude dos velhos dirigentes comunistas e à do próprio Yeltsin, seja porque, em função da guerra na Chechênia – onde teve pronta ação - e do seu périplo internacional, restabeleceu o orgulho russo, ferido desde a considerada humilhante rendição ao Ocidente e o desmonte da URSS. A sua atuação se faz no sentido de consolidar o poder de Estado, especialmente do poder central (com a criação de 7 distritos regionais, para controle dos governadores e do fluxo das transferências fiscais; modificação do funcionamento do Conselho da Federação; a eliminação dos governadores como um dos representantes de cada região; a criação de um Conselho de Estado), o fim das relações conspícuas entre o poder político e os oligarcas, a criação de um novo relacionamento com o Parlamento e, finalmente, o restabelecimento da posição da Rússia no cenário internacional, como herdeira da URSS, ainda que com outra política (POMERANZ, 2004, p. 40 – 41).

Ao tomar posse da presidência, em 2000, após as eleições antecipadas, Putin afirma que vai defender o mercado contra a intervenção ilegal de burocratas e criminosos e criar um setor privado honesto e eficiente. O ponto de partida seria um inventário completo do país, para se ter uma idéia exata dos recursos disponíveis. Ele pediu uma maior ação para ajudar os pobres, mas sem o inchaço do orçamento da previdência social. E disse que o trabalho é a solução: “Nosso maior trunfo é a população sadia, jovem e cheia de vigor – todos aqueles que reconhecem o valor real do trabalho e são capazes de ganhar suas próprias vidas. Essas pessoas já sabem como salvar o país da humilhação que é a pobreza”. (NATIONAL GEOGRAPHIC, novembro de 2001).

Curiosamente, a recuperação da Rússia, depois da crise de 1998, não merecera maiores atenções da mídia internacional. Fizeram previsões sinistras, falou-se em volta da hiperinflação, destruição do rublo e caos econômico. Era “o preço que os russos pagariam por desafiar as regras do mercado internacional”. Mas a Rússia, que quebrara em agosto de 1998, voltou em grande estilo. Depois de uma ampla reforma fiscal, que provocou um superávit de 3% das contas públicas, o país tornou-se de novo o preferido dos banqueiros. Suas reservas saltaram de US\$ 11 bilhões para US\$ 39 bilhões, o superávit comercial soma US\$ 50 bilhões e o país cresce 5% em 2000, depois de ter chegado a 8% em 1999. Em alguns casos, no entanto, os números deixaram o nível de “assombrosos”, para caírem no de apenas “preocupante”. A inflação, por exemplo, saiu da casa dos 80%, em 1988, para se “estabilizar” em 20% ao ano. Do mesmo modo, a taxa de desemprego deve ficar em 11%. As reservas internacionais crescem 1 bilhão de dólares ao mês e a arrecadação fiscal aumentou. Também há novas empresas russas com bom desempenho nos últimos anos.(NATIONAL GEOGRAPHIC, novembro de 2001).

No entanto, tudo isso ainda parece não ser o suficiente. Putin terá que mostrar que tais sinais não são exceções temporárias, mas indícios de um desenvolvimento sustentado. Faz-se necessário mudar o comportamento da burocracia que, em boa parte, contribuiu para a criminalidade e a corrupção administrativa. Por outro lado, Putin terá que dispor de muita habilidade política para combater as pretensões dos líderes regionais e dos oligopólios empresariais que praticamente competem pelo poder na federação, como uma espécie de governo paralelo. As empresas russas que pertencem aos oligopólios pagam impostos imprescindíveis à manutenção do Estado. Em troca, exigem que este proteja seus interesses, mantendo o capital estrangeiro fora do país e a competição reduzida. O conflito com os representantes dos oligopólios empresariais é uma batalha de longo prazo e Putin terá que agir com cautela, já que são profundas as conexões entre o Kremlin e os interesses das companhias de gás, óleo, alumínio e mídia. A negociação com os líderes das 89 regiões da Federação Russa também não é tarefa simples. Além da corrupção que grassa na maioria dos governos regionais, a herança da cultura dos antigos secretários locais do Partido Comunista faz com que as lideranças locais governem suas regiões como se fossem áreas privadas. Putin recentraliza o poder do país em Moscou, diminuindo a influência dos governantes das repúblicas russas sobre as decisões na área econômica. Com isso, lançou as bases para reformas estruturais na economia, que estão sendo realizadas agora. Ajudada pela alta do preço do petróleo, que, com seus derivados, responde por mais de 50% das exportações, a Rússia conseguiu produzir, depois de anos, um orçamento equilibrado que, aliado à

estabilidade política, criou um ambiente favorável a um crescimento econômico acelerado e à chegada de novos investimentos. Em 2001, o comércio externo chegou a US\$ 130 bilhões, US\$ 9 bilhões a mais que em 2000, com exportações de US\$ 87 bilhões e importações de US\$ 43 bilhões. Apesar de as importações terem subido mais que as exportações, o saldo comercial foi de US\$ 44 bilhões. Em todo caso, a moral da história parece clara: o “establishment” econômico-financeiro pode ser um péssimo conselheiro. (NATIONAL GEOGRAPHIC, novembro de 2001).

O governo nunca se preparou para uma economia de mercado. O resultado é o que se vê agora: ainda um clima de completa barbárie, sem regras, com a sociedade dominada por gangues que em outra época detinham o poder com legitimidade, e hoje usam a força para fins obscuros. É o caso de agentes da KGB que hoje usam suas armas e a sua infraestrutura para os “negócios”, provocando um aumento brutal na criminalidade e um clima de grande insegurança social. Grupos mafiosos, que já se infiltravam nas estruturas do Partido Comunista, aproveitaram o vácuo de poder e espalharam seus tentáculos por praticamente todos os setores da economia. Atualmente, segundo dados oficiais, o crime organizado conta com 5 mil grupos, que mobilizam mais de 100 mil pessoas em 50 países. Suas atividades principais são lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, prostituição e extorsão. O FBI americano alerta agora para o fato de a máfia russa liderar os crimes cometidos pela Internet. Em uma sociedade com prevalência de uma burocracia incompetente, só o mercado negro controlado pela máfia pôde permitir o funcionamento das estruturas. A cúpula soviética e as camadas denominadas superiores do Partido tinham aprendido a conviver com a máfia, pelo simples fato de que era a única instituição que funcionava na URSS com razoável grau de eficácia. Em menos de cinco anos, ela conseguiu submeter 45 % da economia russa à sua determinação. Três quartos das empresas estatais foram total ou parcialmente transferidos para proprietários particulares, num surto corrupto de privatização. A indústria bélica e aeroespacial russa tem aumentado significativamente suas exportações, conquistando cada vez mais espaço no ocidente, penetrando inclusive em mercados cativos dos Estados Unidos. A Rússia pode em breve retomar o primeiro lugar nas exportações de material bélico no mundo, antes pertencente à União Soviética. A modernização de toda a indústria automobilística russa e da estrutura de transporte é um grande desafio. A indústria Lada tem lançado dois novos protótipos de veículos por ano, o metrô e as ferrovias têm recebido novos trens. A economia russa é puxada também por um boom da construção civil, sobretudo de reformas e restaurações, que têm tornado Moscou irreconhecivelmente bem cuidada. Grande parte da economia está centralizada na capital, onde uma classe média palpável emergiu. Mesmo

assim, outras tantas cidades tornaram-se muito ativas, entre elas Novosibirsk, Nijni Novgorod, São Petesburgo, Samara e Yekaterinburg. Muitas vezes, as empresas de maior sucesso se concentraram em esferas de atividade que mal existiam na União Soviética, tais como software, processos sofisticados de produção e embalagem de alimentos, restaurantes e publicidade. (NATIONAL GEOGRAPHIC, novembro de 2001).

A pobreza e a crise econômica tiveram um efeito assustador na qualidade de vida da população. Analistas dizem que a Rússia é hoje o pior país do mundo para ser um homem adulto. Lá, eles chegam a viver em média apenas 58 anos, três a menos do que no Brasil. Uma das razões é o aumento nas taxas de suicídio e de alcoolismo. A crise da Rússia levou a uma degradação de valores. A mendicância aberta e o aumento da criminalidade são um choque para a sociedade. Nos anos 90, no rastro da extinção da União Soviética, veio a decadência da ciência russa, pela diminuição drástica das verbas governamentais. Os pesquisadores, empobrecidos, partiram para o exterior ou abandonaram a ciência, numa fuga em massa de cérebros. Professores, esportistas, bailarinos e até artistas de circo mudaram-se aos milhares para o Ocidente. (NATIONAL GEOGRAPHIC, novembro de 2001).

Sobre a situação interna da Rússia, Putin disse que o país conseguira a estabilidade política e o desenvolvimento econômico no ano anterior. Essas conquistas, afirmou, são o resultado da unidade da sociedade russa, que trouxe ao país o maior índice de crescimento econômico nos últimos 30 anos. E acrescentou que a maioria dos cidadãos russos se deu conta de que o seu país deve implementar a modernização e acelerar o desenvolvimento econômico para cumprir as demandas do século XXI. Sobre o futuro da Rússia, Putin disse que a sua pátria caminha para se tornar nada menos que “um país democrático modernizado, com uma economia florescente e um sistema de seguridade social perfeito”. (NATIONAL GEOGRAPHIC, novembro de 2001).

5.1.2 – O Quadro econômico

A primeira indagação sobre a economia russa diz respeito à estrutura da propriedade, fundamental para se definir o papel do Estado e do setor privado e para que se possa afirmar ou não que a Rússia é hoje uma economia de mercado. Os dados disponíveis são dispersos em diferentes indicadores, com maior ou menor significação. Em número de empresas, a participação relativa do setor privado subiu de 62%, em 1995, para 76%, em

2002. Na indústria, em 2001, essa porcentagem alcança 85%, sendo as empresas privadas responsáveis por 43% da produção industrial. As residências privatizadas somavam, em 2001, 18,5 milhões, o equivalente a 50% do patrimônio residencial do país. Considerado o ativo fixo das empresas, por forma de propriedade, a participação do setor estatal decresceu de 90%, em 1985, para 42%, em 1995 e 2002. Os investimentos em capital fixo feitos pelo setor privado passaram de uma participação, sobre o total desses investimentos, de 12 %, em 1993, para 38%, em 2001. Os investimentos diretos estrangeiros praticamente dobraram entre 1995 e 2001, passando de US\$ 2 bilhões para US\$ 4 bilhões. Em termos do pessoal ocupado, o setor privado, em 1990, empregava 12% do pessoal ocupado em toda a economia, aumentando sua participação para 34%, em 1995, e para 48%, em 2001 (46%, na indústria). Infelizmente, não se tem informações sobre o grau de concentração da propriedade privada. É notória, contudo, a concentração da produção, especialmente na indústria (em 2001, por exemplo, eram realizadas por três empresas, em cada ramo, as seguintes porcentagens de produção: 39% na exploração do petróleo, 33% na siderurgia e 32% em não ferrosos), como é notória também a existência de grandes grupos econômico-financeiros, alguns dos quais, em função de suas vinculações com o Estado - particularmente na gestão Yeltsin - são conhecidos como os *oligarcas*. Pesquisa feita para a União Russa de Industrialistas e Empresários, sobre esses grupos, apresentam alguns dados relevantes: em 2000, os nove grupos investigados responderam por um total de vendas de 55 bilhões de dólares (dos quais, 27 bilhões em exportações, um quarto do total) e empregaram 1,25 milhões de pessoas (para um total de 13,3 milhões na indústria russa). Uma parcela significativa da economia continua, pois, sendo propriedade estatal. São assim consideradas, as empresas em que o Estado detém entre 25% e 75% das ações. As empresas estatais são organizadas na forma de “empresas estatais unificadas”, nas quais os diretores têm pleno poder de gestão, podendo inclusive substituir ativos, e na forma de “empresas do Tesouro”, sobre as quais o controle é maior e os diretores detêm somente poderes para administração operacional. (POMERANZ, 2004, p. 41-42).

Em termos de sua estrutura produtiva, pode-se assinalar alguma mudança na maior participação relativa do setor de serviços no PIB (de 36%, em 1991 para 49%, em 2001), com a concomitante redução da participação relativa da produção de bens (de 60%, em 1991 para 39%, em 2001). Essa composição expressa-se por ramos, na redução da participação da indústria e da agricultura (respectivamente de 39% e 14%, em 1991, para 29% e 7%, em 2001) e no crescimento do setor de comércio, inclusive de alimentação, e de outros ramos de serviços (respectivamente, de 12% e 18%, em 1991, para 23% e 24%, em 2001). Na

utilização do PIB, o consumo ascendeu de 62%, em 1991, para 65 %, em 2001, a despeito da “queda da transformação” que marcou a trajetória da economia russa no decênio e da qual a Rússia vem saindo de maneira mais sustentada somente nos últimos anos. Mas essas modificações conduziram também a um aumento da concentração territorial das atividades na região central, particularmente na cidade de Moscou (o Produto Regional Bruto dessa cidade passou de 10% do total russo, em 1995, para 21% do mesmo, em 2000). (POMERANZ, 2004, p. 42-43).

Essas modificações dão, de certa forma, a medida das transformações ocorridas numa economia antes caracterizada pela universalidade da propriedade estatal e pela prioridade concedida aos bens de produção. Mas não compõem o quadro em sua plenitude. A economia tem demonstrado um bom desempenho depois da crise financeira de 1998, com taxas bastante elevadas de crescimento do PIB (37,5 % entre 1999 e 2003), crescentes saldos em transações correntes (mais de US\$ 30 bilhões anuais, em média, no último triênio), reservas superiores a US\$ 60 bilhões em setembro de 2003 (importância equivalente à das importações realizadas em 2002), redução da dívida externa (de US\$ 155 bilhões, em 1999, para US\$ 123 bilhões, em 2002), redução da inflação (de 37%, em 1999, para 13%, em 2003). Mas, por um lado, o crescimento econômico ainda é muito dependente da produção e exportação do petróleo e do gás natural e, por outro, as atividades econômicas realizam-se com base num referencial institucional que ainda precisa ser completado e ajustado em moldes capazes de proporcionar um desenvolvimento sustentado de longo prazo e de atender às exigências a que o país deve submeter-se para ingressar na OMC (ainda que esse ingresso seja objeto de divergências e discussões). Há, portanto, problemas importantes a enfrentar, alguns dos quais são identificados quase que consensualmente pelos analistas econômicos: 1) diversificação setorial dos investimentos, de maneira a reduzir a dependência da produção dos energéticos, e 2) encaminhamento e priorização das reformas ainda necessárias, dependendo da estratégia de desenvolvimento que for prevaiente. Atualmente as discussões giram em torno das reformas tributária, bancária, previdenciária e dos serviços comunais vinculados à habitação (POMERANZ, 2004, p. 42-43).

5.1.3 – O quadro social

A nova estrutura social surgida na Rússia com a criação da propriedade privada ainda está por ser estudada. Há alguns trabalhos pioneiros de Tatiana Zaslavskaya, segundo os quais a sociedade russa, em meados dos anos 1990, era composta por quatro camadas sociais: superior, média, básica e inferior, numa proporção de 1%, 24%, 68% e 7%, respectivamente.

Na camada superior, ela incluiu grandes e médios empresários. Na camada média, pequenos proprietários, semi-empresários, gerentes das esferas produtiva e não produtiva, especialistas prósperos, elite trabalhadora e oficiais militares superiores; na camada básica, a *intelligentsia* e a *semi-intelligentsia* (auxiliares de especialistas, servidores técnicos), trabalhadores do comércio e serviços, trabalhadores de média qualificação e camponeses; na classe inferior, os trabalhadores não qualificados. Ela adverte para a subestimação das camadas superior e inferior: no primeiro caso, pela não inclusão, em sua amostra, de membros da elite governante, de funcionários de alto escalão e do generalato; no segundo caso, porque não inclui os grupos lumpenizados da população (POMERANZ, 2004, p. 43).

Pesquisa mais recente (2001) realizada por equipe coordenada pela economista Tatiana Maleva, com apoio da Fundação Ford e abrangendo 5.000 residências em 12 regiões da Rússia, teve por objetivo identificar a classe média e, com isso, acabou por identificar não propriamente estratos sociais, mas grupos de população que satisfizeram em maior ou menor medida os critérios utilizados para identificá-las como pertencentes ou capacitados a pertencer à classe média (econômico: renda, automóvel, imóvel, poupança; social: educação, trabalho técnico ou intelectual) e auto-identificação como pertencente a essa classe). Os resultados permitiram identificar 20% da população, como resultado da superposição dos três critérios, embora somente 7% dela tenha satisfeito os três concomitantemente. De forma mais ampla, a pesquisa identificou 10% de pessoas muito pobres/miseráveis, 20% de pessoas pertencentes à classe média e um agrupamento restante, não perfeitamente caracterizado e cuja inclusão em um dos dois estratos claramente definidos (pobre e médio), dependeria das perspectivas de desenvolvimento do país: 33% das pessoas poderiam juntar-se à classe média, caso a economia crescesse e houvessem condições para sua absorção pelo mercado de trabalho, e os outros 37% têm maior chance de juntar-se aos mais pobres. O que parece evidente em ambas as pesquisas é a existência de um contingente muito grande de gente pobre e de um número relativamente pequeno (20-30%) de gente em situação um pouco melhor - identificada como camada média -, além de um número ainda menor de gente muito rica (POMERANZ, 2004, p. 43-44).

O que foi dito acima permite afirmar que no decorrer do processo de transformação, seja pela privatização da propriedade pública, seja pela criação de nova propriedade privada, seja ainda pelas dificuldades proporcionadas pela condução da economia no decênio da transformação, criou-se uma nova estrutura social na Rússia, bastante desigual e concentrada. Segundo dados disponíveis para a segunda metade dos anos 1990, quando tendeu a consolidar-se o quadro econômico-social resultante das transformações ocorridas nos

anos anteriores, viviam abaixo do mínimo de subsistência entre 25% e 29% da população, em 1995 e 2000, respectivamente, de modo especial entre os aposentados, cuja renda sempre foi inferior, entre 30 e 50%, à do mínimo de subsistência. Nesse mesmo período, o coeficiente entre a renda média dos 10% da população de renda mais elevada e os 10% da população de renda média mais baixa foi da ordem de 14 vezes. Embora a renda mensal das pessoas tenha melhorado entre 1999 e 2001, a distribuição da renda por quintís da população indica: perda de renda para os três primeiros, de renda mais baixa (de 44% da renda total, em 1990, para 31%, em 2001), relativa manutenção da renda no quarto quintíl (em torno de 22% da renda total) e crescimento da renda do quintíl da população de renda mais elevada (de 33% da renda total, em 1990, para 47% da renda total, em 2001) (POMERANZ, 2004, p. 44).

Neste quadro é preciso incluir ainda a preocupante situação demográfica do país, que se expressa na redução absoluta de sua população - de 148 milhões de habitantes, em 1990, ela passou a 144 milhões, em 2002 - e na redução da sua longevidade estimada no nascimento - de 69 anos, em 1990, para 65 anos, em 2002. O quadro é resultante de uma redução do número de nascimentos (de 13 nascidos por mil habitantes, em 1990, passou-se a um coeficiente de 9 por mil habitantes, em 2002), enquanto se elevou a mortalidade (de 11 mortes por mil habitantes, em 1990, para 15 mortes por mil, em 2002), muito embora tenha melhorado bastante, especialmente no último triênio, o indicador relativo à mortalidade infantil (de 17 crianças de menos de 1 ano de idade, por grupo de mil, em 1990, para 14 por mil, em 2001). Esta situação se reflete no quadro político e, de certo modo, também no plano ideológico, na medida em que se sente bastante difundida certa melancolia em relação ao passado (sentimento de injustiça social e de “desordem”, vinculada à corrupção, máfias etc) (POMERANZ, 2004, p. 44).

5.2 – Rússia, Federação Russa e URSS como protagonistas no cenário internacional

5.2.1 – O território da Federação Russa

Para aquilatar a importância da Rússia, como parte de contextos maiores, a exemplo da URSS, lembramos que esta abrangia uma área de 22,5 milhões de km², dos quais 17,075 milhões de km² (ou seja, mais de 75 %) correspondiam à Federação Russa. Se somarmos as áreas das 21 Repúblicas (excetuada a Rússia) que compõem a Federação Russa,

chegaremos a um valor de, aproximadamente, 4.925.000 km². Assim, deduzimos que à Rússia cabem cerca de 12,15 milhões de km² (17,075 – 4,925 milhões de km²), mais de 71 % da Federação Russa e de 54 % da ex – URSS. Continua sendo o maior país do mundo, com área maior do que a soma dos quatro países do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai).

5.2.2 – A importância demográfica do povo russo

Em termos populacionais, podemos chegar a resultados semelhantes. Em OLIC (1993), encontramos menção a “quase 300 milhões de habitantes”, que reduzem-se a cerca de 287 milhões, quando somamos os dados de uma tabela comparativa das 15 ex Repúblicas Soviéticas. Do último total, 147,386 milhões (mais de 53 %) correspondiam à Federação Russa. O site do parágrafo anterior registra para a Federação Russa um total de 146,9 milhões de habitantes. Dessa população, 82 % (ou seja, cerca de 120,458 milhões) são dados como russos “étnicos”, cabendo notar que 25 milhões destes vivem em outras Repúblicas da Federação (e em ex-Repúblicas Soviéticas), do mesmo modo que 45 milhões de membros das etnias que compunham a ex – URSS viviam fora de seus territórios étnicos de origem. Os 18 milhões de não russos da Federação Russa são formados por tártaros (4 %), ucranianos (3 %) e 11 % de pequenos povos, como os chuvaches, chechenos e buriates. De qualquer forma, não há como descartar a importância relativa desse contingente russo dentro da Federação Russa, da ex – URSS e até mesmo do “campo socialista” europeu, que tinha um total de 425 milhões de habitantes, incluídas as oito antigas “democracias populares”, que somavam algo em torno de 138 milhões de habitantes (OLIC, 1993, pg. 57-59, 76).

5.2.3 – O povo e o espaço da Rússia como pontos de referência em política internacional

À vista do contido nos itens 5.2.1 a 5.2.2, e antes de discutirmos as relações internacionais da Rússia pós-socialista, é necessário ajustarmos o foco de nossa abordagem.

Assim como, antes da queda do socialismo, era comum para os leigos a confusão entre “a parte” República Russa e “o todo” URSS, é freqüente, na atualidade, se identificar “a parte” Rússia e “o todo” Federação Russa.

Como ficou demonstrado, o povo russo (em especial os “russos étnicos”, habitantes da Federação Russa), constitui o núcleo de uma nação que tem se destacado no

cenário internacional desde o século XV, pela extensão geográfica, peso demográfico, riquezas naturais, cultura e ideologia. O Estado Russo, sem perder sua essência, assumiu várias formas ao longo do tempo (feudal, czarista, comunista, capitalista), sempre como um protagonista relevante no cenário internacional. Por outro lado, a Rússia, pelo seu peso no conjunto da Federação Russa, e diante da desintegração da União Soviética, tornou-se, para todos os fins práticos, sua legítima sucessora. No entanto, a Federação Russa, com suas 21 repúblicas autônomas constituídas a partir de identidades étnicas, não pode ser considerada como um todo homogêneo. Basta lembrar que, em seu interior, existem conflitos extremamente graves, como é o caso da Guerra da Chechênia, iniciada há uma década e sem final à vista. Essas repúblicas não têm o mesmo grau de independência que as antigas repúblicas soviéticas. Como foi dito no item 3.1.4 deste trabalho, a propósito da CEI, essas entidades políticas não têm embaixadores ou passaportes, em função do que estabelece a Constituição da Federação Russa, que atribui ao Governo Federal a tarefa de “conduzir a política externa”. Poderíamos fazer uma analogia com o federalismo brasileiro, em que os 26 Estados e o DF têm áreas de atuação específicas, das quais não faz parte a diplomacia. Com a agravante de que a homogeneidade lingüística e cultural brasileira é bem maior do que a da Rússia: chechenos e tártaros constituem etnias diferentes entre si e da russa, mas esse não é o caso, por exemplo, de baianos e gaúchos. Deste modo, quando a Federação Russa atua no cenário internacional, pode-se dizer que, na realidade, é a Rússia que o faz, podendo, no entanto, levar em conta interesses específicos dessas repúblicas autônomas. E, voltando ao caso do conflito na Chechênia, podemos dizer que não estamos diante de uma “guerra civil”, interna, como a Espanhola, de 1936, ou a de 1921, na Rússia pós-revolucionária: trata-se de um autêntico conflito internacional, com a particularidade de que os oponentes fazem parte de um mesmo Estado. Assim, na seqüência, comentaremos alguns aspectos da atuação internacional da Federação Russa, sempre do ponto de vista mais restrito do povo russo, no interior da Rússia.

5.2.4 – A Geopolítica de Salmin

Castells (2002) cita o modelo geopolítico proposto por Salmin, segundo o qual o Estado soviético traçara cinco círculos concêntricos (partindo da área formada pela atual Federação Russa). Os círculos foram se constituindo ao longo do tempo, acompanhando a expansão do Estado soviético (e servindo de bases para novas expansões) e como resultado do incremento do aparato defensivo do país. O primeiro círculo compreende a Rússia e as 21

repúblicas a ela associadas na formação da Federação Russa. O segundo corresponde ao território da URSS, desaparecida em 1991 e reconstituída (sem as Repúblicas Bálticas) sob a forma da CEI (Comunidade de Estados Independentes), organização bem menos coesa. O terceiro compreendia, além da URSS, os países socialistas do Leste Europeu, integrados por mecanismos multilaterais do porte do COMECON e do Pacto de Varsóvia. O quarto círculo agregava países do chamado “campo socialista” alinhados com a URSS (com a exclusão da China), e que podiam fazer parte até de outros continentes, como Cuba, Vietnam e Coréia do Norte. Finalmente, havia o quinto círculo, “embriões de expansão” do Estado soviético, constituído pelo movimento comunista internacional e seus aliados. Segundo Castells: “Essa tensão constante entre o universalismo da utopia comunista (a-histórico e baseado em classes) e o interesse geopolítico em apoiar as identidades étnicas e nacionais (como possíveis aliadas territoriais) constituíram os fatores determinantes da esquizofrenia da política soviética no tocante à questão nacional”. Assim, até 1930, sob os governos de Lênin e Stalin, e posteriormente (nas épocas de Kruchev e Brejnev), políticas de “ação afirmativa” e de caráter “nativista” foram apoiadas, com o incentivo ao uso e à recriação de línguas locais e de antigas práticas culturais. Em outras fases, predominou a política de “russificação”, quase total nas Forças Armadas, KGB, mídia e ciência. Esta alternância de políticas e a dispersão e miscigenação dos povos no vasto espaço soviético geraram inúmeras tensões. Criaram-se identidades e elites étnicas nacionais, ao mesmo tempo em que surgia uma incipiente identidade “soviética”, composta de ideologia e de laços de família e trabalho. No entanto, em outro tipo de “esquizofrenia”, a Rússia, núcleo de todos os círculos ora tratados, pagava um preço por isso, recebendo relativamente menos recursos do governo central e sendo proibida de ter estruturas próprias do Partido Comunista (CASTELLS, 2002, p.61-66).

Adaptando o referencial acima para a situação da Rússia, teríamos os seguintes “círculos”: o primeiro abrange apenas a Rússia; o segundo corresponde à Federação Russa; o terceiro tem âmbito igual ao da CEI; o quarto abrange os países eurasiáticos externos ao conjunto formado pela CEI, entre os quais cabe distinguir ex-aliados e oponentes (as repúblicas bálticas ex- integrantes da URSS; as antigas democracias populares do Leste Europeu que participavam dos extintos Pacto de Varsóvia e/ou COMECON; os países membros da União Européia e da OTAN, organizações internacionais em pleno crescimento) e países asiáticos limítrofes, com especial destaque para a China, ou próximos, como a Índia e o Japão), que podem vir a estabelecer laços de cooperação; o quinto reflete a inserção global da Rússia, vista ainda como uma superpotência.

5.3 – A agenda externa da Rússia

5.3.1 – A dimensão internacional da Perestroika

Como foi dito no início do capítulo 4, a perestroika de Gorbatchov não foi a primeira e procurou atacar, ao mesmo tempo, as dificuldades internas e externas. A dimensão da URSS e seu papel de superpotência exigiam isso. Não havia como investir em atualização tecnológica e bens de consumo sem uma redução dos gastos militares, ligados, essencialmente, à Guerra Fria e à corrida armamentista. Daí a falta de reação às tentativas de rompimento da Europa Oriental com o socialismo, que acabaram repercutindo internamente e levando, num segundo momento, à desagregação da URSS, em função do nacionalismo e do separatismo. Quando o regime socialista perdeu o *timing* das reformas, a situação entrou num ciclo que foi exigindo, a cada momento, novos e maiores “reposicionamentos”, sempre internos e externos. Cabe destacar, nessa fase, o desarmamento, a desativação de arsenais nucleares e a coexistência pacífica com o Ocidente.

Antes da queda do socialismo, em 1991, a Rússia era a principal república da União Soviética, por sua vez, a nação líder do Pacto de Varsóvia e do COMECOM e uma das duas superpotências nucleares. Ao final do processo de reformas, transformou-se num mero país “emergente”, exportador de matérias primas (como petróleo e gás) e economicamente dependente dos mercados financeiros internacionais, cercado por vizinhos ligados à OTAN e União Européia e aliados dos Estados Unidos, seu grande oponente nos tempos da Guerra Fria.

A experiência mostra que, depois de grandes transformações políticas e econômicas, é difícil voltar atrás e o preço da estabilização é muito elevado. A Rússia optou pela mudança para o capitalismo e colocou em prática uma política das mais radicais, que resultou no diagnóstico dos itens 5.1.2 e 5.1.3. Uma vez desencadeado o desmonte do socialismo e feita a opção por um protocapitalismo selvagem, que culminou com a crise financeira de 1998 e a acentuada queda do padrão de vida de seu povo, a Rússia atravessou vários anos (notadamente o governo Yeltsin) como que a reboque do processo, pouco podendo fazer para influenciá-lo. A partir do governo Putin, nota-se uma tentativa de acomodação a modelos “clássicos”, que às vezes fazem lembrar as posturas autoritárias e personalistas do tempo dos czares e do socialismo “realmente existente”, o que inclui a conciliação com velhos e novos esquemas de corrupção.

Ao mesmo tempo, a Rússia tornou-se um dos alvos prioritários do interesse das grandes potências econômicas, como lar de um povo educado, possível mercado importador de tecnologia e bens de consumo, grande fornecedora de matérias-primas e, até mesmo, de ar puro! E continua sendo vista como um possível concorrente de peso, a médio e longo prazos.

Tudo isso obriga a Rússia a redobrar suas atenções na condução de seus assuntos internacionais, a buscar novos caminhos e modos de inserção, de forma a manter-se como um país relevante. Dentro desta perspectiva, mostraremos, em seguida, alguns aspectos da política internacional russa e de seus reflexos e origens no âmbito doméstico.

5.3.2 – A dimensão internacional das reformas de Putin

É fácil ver, nos pacotes de reformas políticas e administrativas baixados por Putin, em 2000 e 2004, principalmente no último, uma tentativa de fortalecimento da Rússia, para que esta possa combater qualquer ameaça de desintegração interna ou no âmbito da Federação Russa e se apresente de forma mais afirmativa nos fóruns internacionais.

Em 2000, um decreto de Putin dividiu a Rússia em sete “circunscrições” (Central, Noroeste, Baixo Volga, Cáucaso, Ural, Sibéria e Extremo Oriente), cujos territórios coincidem com as fronteiras das regiões militares e englobam unidades administrativas menores. Cada uma dessas áreas é chefiada por um “representante” da confiança de Putin, sendo que, dos sete primeiros nomeados, cinco eram militares. Um destes sintetizou seu papel, dizendo que “os representantes plenipotenciários fazem as vezes do Presidente da Federação Russa e quem estiver em desacordo com eles também estará contra o Presidente”. No mesmo decreto, Putin incluiu seus direitos de dissolver as Assembléias Legislativas locais e de destituir os representantes, bem como o destes, de destituir dirigentes locais. Com isso, Putin visava criar uma estrutura verticalizada de administração, garantindo poderes absolutos para si mesmo. No entanto, havia o risco de um fortalecimento exagerado dessas circunscrições, que poderiam se tornar “quase governos” ou “quase repúblicas”, constituindo tropas e contatos com o exterior.

Em 2004, pressionado pelo quadro mundial pós-11 de Setembro e pelo conflito na Chechênia (do qual tratamos no subitem seguinte), Putin, reeleito Presidente com votação significativa, decretou novas “medidas centralizadoras” com a finalidade de, em suas próprias palavras, “terminar com o terrorismo e com as tendências centrífugas e anárquicas do país” (o que significa, na prática, nacionalistas e separatistas). Ao que acrescenta: “Não há como

colocar a Rússia nos trilhos enquanto não houver uma política única comandada a partir de Moscou e seguida à risca por homens de confiança em cada uma das repúblicas”

Putin aboliu as eleições diretas para governadores (das 89 divisões administrativas da Federação Russa), passando a indicá-los, para aprovação pelas Assembléias Legislativas locais. Este sistema é idêntico ao dos senadores e governadores “biônicos”, vigente no Brasil sob regime militar, nos anos 70. Além disso, só poderão ser eleitos para a Duma (câmara baixa do parlamento russo) os membros de partidos estabelecidos, os quais terão que superar uma “cláusula de barreira” (percentual mínimo de votos) para terem representantes. Outra medida polêmica foi a que criou uma Comissão Federal Extraordinária para o Cáucaso do Norte (onde se situam regiões em conflito, como a Chechênia).

5.3.3 – Crises político-territoriais internas na Federação Russa: a Guerra da Chechênia

Desde a dissolução da União Soviética, em 1991, vários povos do Cáucaso tinham proclamado sua independência, fazendo brotar um conjunto de mini-repúblicas no Sul da Federação Russa: Dniestr, Abkhazia, Karabakh, Ossetia do Sul, Chechênia. Mas, ao contrário das ex-repúblicas soviéticas, nenhum desses estados obteve reconhecimento internacional. O governo russo tratou, desde 1992, de negociar a reincorporação, no que obteve êxito, à exceção da Chechênia, cujos dirigentes recusaram-se a aceitar um acordo que, embora concedendo margens apreciáveis de autonomia, mantinha a subordinação política a Moscou. Para a Rússia, a independência chechena era e continua sendo intolerável, em função da defesa da unidade da Federação: dada a existência de múltiplas nacionalidades, a concessão de independência a uma delas inevitavelmente conduziria a reivindicações semelhantes, o que poderia deslançar, no âmbito da Federação Russa, um processo análogo ao que resultou no desmonte da URSS. Uma segunda razão é que a Chechênia situa-se em uma região geoestratégica primordial para a política da Rússia no Cáucaso, inclusive enquanto região por meio da qual a última se incorpora aos negócios petrolíferos, principalmente pelas rotas de passagem do petróleo em direção ao Ocidente. Além disso, embora denunciados com insistência pela mídia, negócios ainda obscuros (narcotráfico, contrabando de armas, lavagem de dinheiro), envolvendo altos escalões do Estado e a chamada máfia chechena (surgida no vácuo da desorganização causada pela perestroika), poderiam ajudar a explicar o conflito.

Em 1994, as forças armadas russas, reunindo cerca de quarenta mil homens, passaram à ofensiva na Chechênia, com o objetivo de aniquilar o movimento independentista.

Imaginou-se uma guerra curta e vitoriosa, capaz de fortalecer o prestígio político do governo, mas os chechenos, com grande tradição de luta e rebeldia, resolveram resistir. Depois de um começo fulminante, quando, apesar de perdas consideráveis, conseguiram tomar a capital do país, Grosny, as tropas russas passaram a enfrentar uma desgastante guerrilha. A sombra do fracasso da intervenção no Afeganistão começou a inquietar e assustar. O fim desse primeiro episódio, em 1996, deu-se de forma melancólica para o poder central russo, que teve de negociar um acordo de paz e aceitar a independência “de fato” até 2001, quando um plebiscito decidiria sobre a questão. O saldo do conflito foi de mais de cem mil mortos, civis chechenos, em sua maioria. O segundo episódio teve início em 2000 e prossegue até hoje. Ao tomar posse na presidência, uma das primeiras ações de Putin foi o reinício da guerra contra os separatistas chechenos, depois da acusação, ainda não comprovada, de terem sido os autores das explosões de dois edifícios de apartamentos, causando a morte de centenas de pessoas.

A questão chechena é complexa. Pelo lado dos chechenos, ela se coloca como um prosseguimento da secular batalha pela independência dos povos do Cáucaso, inicialmente contra o Islam e depois contra a Rússia, antes mesmo da Revolução de 1917. Um fato marcante foi a deportação de 400 mil chechenos para a Ásia Central, a mando de Stalin, logo após a II Guerra Mundial, sob a acusação de terem colaborado com um governo local instalado pelos invasores nazistas. Apenas a metade chegou ao destino e, destes, sobreviveram 50 mil, repatriados por Kruchev, em 1964. Ao longo desse exílio coletivo, parte das terras chechenas foram ocupadas por um número considerável de ossetianos, anteriormente habitantes das repúblicas da Ossétia do Norte (parte da Federação Russa) e Ossétia do Sul (parte da Geórgia).

A guerra na Chechênia, depois do 11 de Setembro, e graças ao oportunismo político de Putin, passou a fazer parte da chamada Guerra Contra o Terrorismo. Ao declarar-se solidário com os Estados Unidos e incorporar-se a esse movimento, Putin não só utilizou essa guerra como meio de virada de sua política externa, como legitimou a ação russa, há muito criticada pelos defensores dos direitos humanos no plano internacional, dados a sua violência e os sofrimentos infligidos à população civil. Mas há um preço a ser pago. Repetem-se os atos terroristas, como o assassinato de um ex-Presidente pró-Rússia, ocupação de um teatro em Moscou (no qual os rebeldes fizeram 400 reféns, dos quais mais de 100 foram mortos na operação de recuperação do prédio ocupado), a derrubada de dois aviões comerciais russos em vôo a partir de Moscou e a invasão da escola de Beslan, na Ossétia do Norte, com centenas de crianças ossetianas e de rebeldes chechenos mortos. Há versões de que uma verdadeira “internacional” de combatentes muçulmanos de vários países, que haviam

lutado no Afeganistão, passou a atuar nas repúblicas da Ásia Central e do Cáucaso.

Não se vêem perspectivas de uma solução para o conflito, no curto prazo. O governo russo desenvolveu uma política unilateral de normalização da situação: manteve uma administração chechena na república, que não era particularmente aceita pela população local até às eleições para a presidência da República realizadas no mês passado, e cuja probidade foi seriamente questionada por observadores internacionais. Nestas eleições foi escolhido o ex-administrador Kadyrov, o que, de certa forma, representa a continuidade da política conduzida pelo poder central. Ele promoveu a elaboração de uma nova Constituição, a qual, submetida a plebiscito (também questionado por suspeita de manipulação), foi aprovada pela quase totalidade da população (REIS FILHO, 2003, p. 163 – 164 e POMERANZ, 2004, p. 46-48).

O prolongamento do conflito começa a trazer ameaças de intervenção internacional, com oferecimentos de ajuda financeira para reconstrução de Grozny, a capital da República Autônoma da Chechênia, e outras áreas, bem como de formação de uma força de paz e, o que é mais grave, a declaração do Conselho da Europa (em Grozny) de que “as maciças violações dos direitos humanos não são cometidas apenas pelos terroristas, mas também pelas forças da ordem da Rússia”.

Nesse contexto, ainda sob a comoção pela morte das crianças de Beslan, o Chefe das Forças Armadas, General Iuri Balujevski, afirmou: “A Rússia está pronta para lançar ataque preventivo contra bases terroristas, em qualquer parte do mundo, desde que haja situações concretas que o recomendem”. Levado ao extremo, trata-se de (com condições ou não para tal), emular a ação dos Estados Unidos no Afeganistão e Iraque, para combater as supostas bases terroristas (Al Qaeda e assemelhadas). Há até um sucedâneo checheno de Bin Laden (Sjamil Basajev). Isso está deixando de sobreaviso as repúblicas russas do Cáucaso (Inguchétia e Daguestão, vizinhas da Chechênia) e os países independentes da região, em especial a Geórgia e o Azerbaijão (onde há guerras contra a Ossétia do Sul e a Armênia, respectivamente, apoiadas pela Rússia).

5.3.4 – Outros aspectos da diplomacia russa no antigo espaço soviético

Como já foi dito anteriormente, a CEI nunca chegou a ser um substituto, mesmo que em menor escala, da antiga URSS. A Rússia e outras antigas repúblicas soviéticas criaram, a partir de um tratado firmado em 1992, uma política de integração regional, em cujo âmbito foi criado um Centro Internacional Anti-Terrorista, o qual, a rigor, na opinião do

Partido Comunista dos Bolcheviques de Toda a União, poderá ser utilizado para reprimir qualquer manifestação do povo contra a política de “restauração capitalista”. Os contatos entre os estados membros têm enfraquecido e alguns países deixaram o tratado, como o Usbequistão e o Azerbaijão.

Vizentini, após constatar que a Rússia perdeu quase toda a influência que a URSS possuía no Leste Europeu, o qual avança no processo de integração à União Européia e à OTAN, cita tentativas de integração com os países do “núcleo eslavo” da URSS. Segundo ele, a Bielorrússia praticamente voltou a integrar-se com Moscou, de modo informal (para evitar temores de um ressurgimento da URSS). A Moldova, que não tem fronteira com a Rússia, também estabeleceu um relacionamento estreito. E a Ucrânia está dividida entre correntes favoráveis e contrárias a Moscou: foram feitos acordos de cooperação, em meio a um ambiente de desconfiança, inclusive em função da possível adesão à OTAN, algo muito grave para a Rússia.

5.3.5 – As ameaças do Ocidente

Ao analisarmos a centralização e a guerra preventiva, voltadas para a Chechênia e países da ex-URSS, estávamos nos referindo aos três primeiros “círculos” análogos aos de Salmin (ver subitem 5.2.4). Passamos agora a expor alguns aspectos das relações entre a Rússia e países da Eurásia e organizações em que participam. Cabe lembrar que a Rússia, geograficamente, faz parte tanto da Europa quanto da Ásia e que apenas ela, no âmbito da Federação Russa, conduz a política internacional.

O que primeiro chama a atenção, quando abordamos as relações com a Europa, é o drástico rompimento do *status quo* de antes do fim do socialismo e da Guerra Fria. As organizações militar (Pacto de Varsóvia) e comercial (COMECOM) lideradas pela URSS simplesmente desapareceram, junto com ela. No vácuo, um movimento da OTAN e da União Européia, antigos oponentes da URSS, na direção da Rússia.

De uma só vez, os três países bálticos, tchecos e eslovacos, Polônia, Hungria e Eslovênia acabam de ser admitidos na União Européia, exigindo ações desta para se adaptar às características dos novos membros (nível de renda mais baixo, economias baseadas mais na agricultura que na indústria).

No entanto, o que é mais preocupante para a Rússia é que a OTAN, organização militar criada sob medida para contrapor-se ao poder militar do Exército Vermelho vitorioso

na II Guerra Mundial e ao arsenal nuclear soviético, em uma postura supostamente defensiva, amplia suas dimensões no momento em que seu inimigo se desintegra, juntamente com a ideologia que o justificava. E chega muito perto de suas fronteiras, com as adesões de países do Leste Europeu (Polônia, Hungria, ex-Tchecoslováquia, países bálticos, Bulgária e Romênia. Exemplificando: se antes, no caminho entre a Alemanha Ocidental (parte da OTAN) e a URSS existiam a Alemanha Oriental, Polônia e Bielorrússia, hoje só esta última serve de anteparo. Mísseis posicionados num país báltico estariam a apenas 650 km de distância da Rússia, podendo causar graves danos, mesmo sem ogivas nucleares. O arsenal convencional da OTAN é hoje três vezes maior do que o da Rússia, cuja produção de material bélico caiu a um oitavo do que era antes. O Acordo SNV-2, entre Estados Unidos e Federação Russa, em 2000, liquidou a invulnerabilidade russa, enquanto os americanos continuam investindo no chamado “escudo anti-mísseis”.

Assim, apesar de se considerar a Guerra Fria como um episódio encerrado, é claro que a Rússia continua sendo vista pelos Estados Unidos e União Européia como um possível oponente, não apenas do ponto de vista estratégico mas como um concorrente econômico e comercial que pode se reerguer. É também evidente que a expansão da OTAN e da União Européia para o Leste é irreversível no curto prazo. A isso, se soma a ameaça representada pela expansão americana na Ásia Central, como vimos no Afeganistão, ponto de apoio para avanços em países de postura dúbia em relação à Rússia, como Geórgia, Azerbaijão, Turcomenistão e Usbequistão. Na frente interna, assistimos ao despertar de nacionalismos e separatismos, do que a Chechênia pode ser apenas o caso mais evidente.

Para fazer frente a todos esses problemas, a Rússia tem que encontrar opções, novos espaços de atuação. A entrada no G-8 foi um grande feito diplomático, que pode transformar a Rússia numa espécie de porta-voz de países emergentes junto aos mais ricos. Os laços com as ex-repúblicas soviéticas e até com países do Leste Europeu, bem como a possibilidade de acordos bilaterais com países escandinavos, abre “respiradouros”. A posição geográfica favorece ações capazes de neutralizar a influência americana na Ásia Central e a formação de alianças com países do Subcontinente Indiano e, de modo especial, com a China, um provável parceiro estratégico e comercial relevante. As dimensões, recursos naturais e o poderio militar que ainda resta tornam a Rússia um país a ser levado em conta nos fóruns internacionais. Para isso, ela tem que cooperar ativamente, em todas as frentes possíveis, de modo a romper um possível isolamento. E deve se apresentar como um país democrático, pacificado internamente, com uma economia em sólido crescimento. Um país que saiba equilibrar uma postura claramente pacifista com uma capacidade militar que não estimule

ações desafiadoras, por parte de seus oponentes. A diplomacia russa tem que ser criativa e ousada, capaz de explorar novos espaços de atuação, como uma política voltada para a formação de um espaço “eurasiano” e a cooperação com parceiros do porte de China, Índia e Brasil.

5.3.6 – As oportunidades no Oriente

Num movimento natural, de reação às pressões que vêm do Atlântico europeu e americano, a Rússia se volta para o Leste, prioritariamente em direção à emergente China. Um exemplo disso é a viagem de Putin à China (outubro de 2004), quando foi oficializado o apoio de Beijing à pretensão russa de aderir à Organização Mundial do Comércio. Os maiores países do mundo em área (Rússia, com a China em terceiro lugar) e população (China), proporcionam (sem falar nos aspectos econômico e militar) todas as condições para a formação de um bloco poderoso. Um primeiro movimento nesse sentido é a criação da Organização de Cooperação de Xangai (da qual participam, à exceção do pró-americano Turcomenistão, as repúblicas ex-soviéticas da Ásia Central), envolvendo acordos de cooperação econômica e de segurança. Essa articulação não é bem vista pelos americanos, que procuram contrapor-se a ela com o aumento de influência junto a países como Afeganistão e Mongólia. Rússia e China, apesar das semelhanças no campo ideológico chegaram a ter divergências graves no período da Guerra Fria, em relação às fronteiras e à postura pró-indiana da URSS. Tal situação foi normalizada no governo de Gorbatchov (política de “Novo Curso Diplomático”), sem prejuízo das boas relações com a Índia. Tudo isso é complementado pelo aumento do intercâmbio entre regiões como Sudeste da Ásia e Anel Insular (Indonésia, Filipinas), Ásia Central e Oriente Médio, Rússia e Países Árabes, que leva a uma progressiva identificação da Ásia Política com a Ásia Geográfica. E, o que é mais importante, à concretização da noção, antes bastante abstrata, de Eurásia, no dizer da Geopolítica, a Heartland do mundo. A Rússia, com seu enorme território disposto no sentido Oeste-Leste, é um corredor entre Europa e Ásia, o elo terrestre básico para a constituição de um espaço econômico eurasiático. Ainda de se ressaltar, a questão multissecular da dúvida identidade cultural russa (européia ou asiática?), agora algo bastante desejável. Alguns autores afirmam a permanência da clivagem ideológica capitalismo x socialismo, o que permite que se fale em um Novo Segundo Mundo, agora liderado por uma China que implanta um modelo econômico semelhante à Nova Política Econômica (NEP) dos tempos de Lenin, só que não

apenas “em um só país”.

5.3.7 – As projeções em nível global

Desde o início dos anos 90 a Rússia participava das reuniões do G-7, como uma espécie de observador. Os encontros anuais (dos quais o de 1996 ocorreu na Rússia), sempre em locais diferentes, reuniam os chefes de estado das sete maiores economias capitalistas (Estados Unidos, Canadá, Japão, Inglaterra, França, Alemanha e Itália). Com a dissolução da União Soviética, coube à Rússia sucedê-la. Ou seja, a Rússia, recém saída de um regime socialista e não mais uma das maiores economias mundiais, participava em função de sua condição de superpotência militar e detentora de grandes reservas de combustíveis e matérias-primas. Em 2002, a Rússia foi convidada para participar do grupo de modo permanente, em igualdade de condições, num esquema realmente de G-8, não mais de G-7+1. Isso é importante para o país, até do ponto de vista simbólico, numa situação de crescente inserção nos fóruns internacionais (como indica sua próxima admissão na Organização Mundial de Comércio) e de novas ameaças, como a representada pela ampliação da OTAN.

Uma nova configuração vem surgindo no contexto das relações internacionais, ainda em fase bastante embrionária, mas capaz de mudar em profundidade o equilíbrio de poder global. Trata-se da cooperação entre os chamados “países-baleia”, nações que se destacam pela dimensão territorial, efetivo populacional, recursos naturais e capacidade de desenvolvimento no campo científico e tecnológico, podendo chegar, principalmente se articuladas entre si, a ter uma presença de peso nas grandes decisões mundiais, muito concentradas atualmente nas mãos de Estados Unidos, União Européia e (já em menor escala) Japão. É fácil identificar quatro delas, de imediato: China, Índia, Rússia e Brasil. Num nível um pouco abaixo, potências regionais como África do Sul e Indonésia. A Rússia tem participado ativamente desses movimentos iniciais, tendo antigas relações amistosas com a Índia, retomando laços com a China e não tendo nenhum grave contencioso com os demais países.

A questão do meio ambiente assume crescente importância política e econômica. A Rússia promoveu uma industrialização massiva e acelerada, sem levar em devida conta esse fator, o que resultou numa série de graves denúncias de poluição no solo, no ar e nas águas. Em 1997, foi assinado em Kyoto (Japão) um protocolo visando diminuir a emissão de gases

causadores do “efeito estufa”, responsável pelo aquecimento global. A Rússia, com a desestruturação de sua economia, teve, desde os tempos da perestroika, uma redução de 40 a 60% nessa emissão. Viu nisso uma oportunidade para se beneficiar com a venda dos bônus que receberia, investindo o produto na modernização de sua indústria, antes baseada no uso indiscriminado de combustíveis fósseis. Em outubro de 2004, a Duma (câmara baixa do parlamento) aprovou a ratificação, pela Rússia, do Protocolo de Kyoto, o que garantiu a adesão de países responsáveis por mais de 55 % das emissões, mesmo sem a concordância dos Estados Unidos (que chegaram a ser emissores de 36 % dos gases, em 1990, ano cujo nível de emissão deve ser retomado em 2012).

Na sensível área petrolífera, o governo russo assumiu uma postura de ataque aos oligarcas, como Khodorkovsky, ex-executivo chefe da mega empresa Yukos, preso por fraude fiscal e sonegação. Há a possibilidade de nacionalização da empresa ou de venda de partes dela em leilão. Por outro lado, a recente fusão entre Rosneft e Gazprom pode gerar investimentos estrangeiros e a absorção de ativos da Yukos. De todo modo, trata-se de um amplo processo de reestruturação na área. E a Rússia prepara-se para assumir um papel crescente num mercado mundial que indica preços em alta no futuro, por conta do esgotamento das reservas e da instabilidade em outras regiões produtoras.

5.3.8 – Relações com o Brasil

Mesmo no tempo da Guerra Fria, em que Rússia e Brasil estavam em extremos opostos do espectro ideológico, nunca houve, em função da distância, problemas maiores no relacionamento bilateral. Por outro lado, o intercâmbio comercial nunca atingiu níveis compatíveis com o tamanho e a complementaridade de ambas as economias. Este quadro começa a mudar, principalmente em função da estratégia de “países-baleia” (cooperação entre países dotados de grande extensão territorial, população significativa e recursos naturais abundantes, como Rússia, Brasil, Índia e China). Surgem oportunidades e iniciativas para o aumento do fluxo comercial. Apenas exemplificando: participação de consórcio russo na licitação para a compra de jatos para a Aeronáutica do Brasil; próxima assinatura de um memorando de entendimento para a cooperação na área de veículos lançadores de satélites, durante visita de Putin ao Brasil; participação brasileira em grandes projetos de infra-estrutura de transportes na Rússia; cooperação (também com China e Índia) na área de medicamentos.

CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, gostaríamos de resgatar, na bibliografia pesquisada, algumas importantes observações de três autores: Pomeranz (2004), Reis Filho (2003) e Castells (2002). De acordo com Pomeranz, entre as transformações de natureza sistêmica ocorridas na Rússia pós-socialista, podem ser destacadas as mudanças da organização social do país e do modo de funcionamento de suas instituições econômicas e políticas, que levaram à constituição de um sistema econômico misto, no qual ainda é marcante a presença do Estado. No entanto, ele não mais dispõe de instrumentos de gestão direta da propriedade em seu poder. A grande concentração econômica foi mantida, mas passou às mãos dos grupos econômico-financeiros privados. Essas transformações conduziram à introdução de profundas desigualdades no plano social, com parcela significativa da população vivendo abaixo dos níveis mínimos de subsistência, ao lado da parcela ínfima da mesma que constitui a chamada classe dos “novos ricos”, surgida no processo de privatização. As transformações foram marcadas pelas heranças do passado, não chegando a modificar relevantes traços culturais. Isso, aliado à natural imaturidade da democracia instalada, conferiu ao novo sistema político um perfil autoritário e voluntarista, para os padrões da democracia ocidental. A Rússia, não obstante a sua fraqueza no plano econômico e mesmo militar, continua a gozar de posição privilegiada no cenário internacional, em função da condição geoestratégica que detém, inclusive como herdeira da URSS, posição que procura manter, nos variados contornos de sua política externa.

Esta última constatação ganha continuidade nas idéias de Reis Filho (2003): a) a relação de trunfos apreciáveis de que a Rússia dispõe para se reerguer: território imenso, recursos naturais excepcionais, população importante (cerca de 150 milhões de habitantes) e altamente instruída, considerando-se os padrões internacionais, posição geoestratégica chave, entre Europa e a Ásia, com condições potenciais de desempenhar papel decisivo na configuração na Europa Oriental e na articulação política e econômica de quase todas as ex-repúblicas soviéticas; b) o legado da URSS para o mundo, como causadora indireta da implantação do Estado do Bem Estar Social, que foi uma resposta ao “medo dos vermelhos e da revolução”, e como catalisadora da decomposição dos impérios coloniais europeus e da estruturação das correntes nacional-estatistas no Terceiro Mundo; c) o reconhecimento de que a incapacidade histórica de construir uma real alternativa ético-cultural à sociedade e aos valores capitalistas tornou-se um pesado fardo para os

que tentam reinventar a alternativa socialista no século XXI; d) a existência de uma crise profunda de identidade e de referências culturais, caracterizada por uma nostalgia do que se perdeu, embora a maioria das pessoas, mesmo insatisfeita, ainda não queira ressuscitar o passado; e) a opinião dos mais otimistas, que ainda sustentam que um gigantesco “assalto ao céu” da ordem constituída tem sempre valor e legitimidade, podendo proporcionar importantes referências para a reconstrução do futuro.

CASTELLS (2002) também faz um balanço de “cicatrizes, lições e legados” da experiência soviética, concordando que ela marcou de forma decisiva um século XX que, “de modo geral, girou em torno de suas conseqüências e desdobramentos no mundo inteiro, experiência que projetou uma sombra gigantesca não só sobre a geopolítica dos Estados, mas também sobre as construções imaginárias de transformação social”. Constata que poucos intelectuais das gerações nascidas na primeira metade do século XX escaparam do fascínio do debate acerca do marxismo, do comunismo e da construção do Estado soviético. E, apesar de seu viés crítico em relação à experiência socialista na URSS, reconhece uma série de aspectos que raras vezes foram discutidos a sério na mídia e na academia. Um deles, mais trivial, é o fato de que a divisão do mundo inteiro em blocos militares comprometeu, além do crescimento econômico, uma parte significativa dos avanços tecnológicos que se seguiram à II Guerra Mundial, em razão de uma corrida armamentista insana. Outro, bastante relevante, é a constatação de que os Estados Unidos adotaram “políticas imprevidentes”, com o verdadeiro objetivo de “acabar com o *urso* soviético no cenário político (e, acrescentaríamos, econômico) mundial, desencadeando reações nacionalistas e trazendo de volta a ameaça da corrida armamentista e o estado de tensão internacional”. Um terceiro foi a “colaboração” para o sucateamento econômico da URSS -- já iniciado com a privatização especulativa em benefício da *nomenklatura* -- na forma de políticas de livre mercado ditadas pelo Fundo Monetário Internacional, por alguns assessores do Ocidente e por economistas russos com pouca vivência política. Finalizando, ele suscita o problema do ceticismo e da violência que penetraram em todas as camadas da sociedade, como resultado da consciência crescente de que o povo soviético fora explorado por uma casta de burocratas corruptos.

Voltando à questão chave contida no título desta monografia, nos indagamos: o futuro da Rússia será decidido em aliança com a Europa Ocidental e com os EUA, ou em articulações com sua periferia próxima e, mais amplamente, com os países e povos “deserdados” da Terra?

Mais uma vez, julgamos que a resposta vem de dentro, do povo russo e da terra que conquistou e levou a um papel decisivo na história da humanidade. Os recursos naturais, a capacidade de trabalho, a experiência nos êxitos e fracassos de uma utopia vivida, a criatividade tantas vezes evidenciada nas artes e nas ciências, tudo isso contribui para que a Rússia volte a desempenhar um papel de destaque na arena internacional. No plano da Federação Russa, é preciso persistir na democracia e investir na pacificação, de modo a garantir a estabilidade e evitar novos separatismos estéreis. Sim, é necessário manter boas relações com União Européia e Estados Unidos, inclusive para não reincidir no erro primário do superdimensionamento dos gastos militares. Mas é preciso também se abrir para novas frentes de entendimento diplomático. Há espaço para retomar influência junto às antigas repúblicas da URSS e aos países do Leste Europeu ex-socialista, bem como para acordos bilaterais com diversos países. A idéia de uma Eurásia começa a deixar os compêndios de Geografia para se tornar uma realidade. E, numa postura verdadeiramente globalizante, a Rússia deve se empenhar na construção de laços com outros países de grande porte (em área, população, produção, tecnologia e comércio) e em nível semelhante de desenvolvimento, de modo a romper com já seculares esquemas de dominação política e econômica.

Assim, julgamos que a pesquisa empreendida nesta monografia tenha contribuído para demonstrar que a Rússia, uma vez seguida uma agenda afirmativa que contemple os aspectos acima identificados, reúne todas as condições de atingir os objetivos propostos na hipótese apresentada ao final da introdução, reposicionando-se no cenário internacional de forma compatível com suas tradições e potenciais, e proporcionando uma vida melhor a seu sofrido povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMANAQUE ABRIL. **Mundo 2002**. São Paulo: Abril, 2002.

BLACKBURN, Robin (org.). **Depois da queda**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

CASTELLS, Manuel. **Fim de Milênio: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, v 3.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. **História das idéias políticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

GRIFFITHS, Martin (org.). **50 grandes estrategistas das relações internacionais**. São Paulo: Contexto, 2004.

GUIMARÃES, Alberto P. (ed.). **Atlas Mirador Internacional**. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1975.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**. São Paulo: Cia. das Letras. 1996.

HOWE, Irving. **As idéias de Trotski**. São Paulo: Cultrix, 1978.

OLIC, Nelson B. **A desintegração do Leste**. 13 ed. São Paulo: Moderna, 1993.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **As revoluções russas e o socialismo soviético**. São Paulo: UNESP, 2003.

TOFFLER, Alvin. **A terceira onda**. 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

TOFFLER, Alvin. **Powershift – as mudanças do poder**. Rio de Janeiro: Record, 1990.

VARES, Luiz P. **Rosa, a vermelha (vida e obra de Rosa Luxemburgo)**. 2 ed. São Paulo: Busca Vida, 1988.

VICENTINO, Cláudio. **Rússia antes e depois da URSS**. São Paulo: Scipione, 1995.

PERIÓDICOS:

CORREIO BRAZILIENSE. **Por que a Rússia quer a Chechênia**. Brasília, 05.09.2004.

NATIONAL GEOGRAPHIC. São Paulo: Abril, novembro/2001.

POMERANZ, Lenina. **A transformação sistêmica na Rússia**. In: *Revista Política Externa*. São Paulo: v. 12 , n. 3, dez. 2003 – fev. 2004, p.37 – 51.

REPÚBLICA. **Sob o comando de Putin, o velho urso aspira à dignidade de nação.** São Paulo: D'Avila, n. 58, agosto 2001.

SITES:

AGÊNCI@CT. Programa de cooperação espacial entre o Brasil e a Rússia será assinado em novembro. Disponível em: <http://agencia.mct.gov.br/index>. Acesso em: 21.10.2004.

ECONOMIST.COM. **Carry on Kyoto.**

Disponível em: <http://br.f607.mail.yahoo.com/ym/showLetter?>. Acesso em: 21.10.2004.

FOLHAONLINE DINHEIRO. **Governo russo não irá nacionalizar Yukos, diz Putin.** Disponível em: www.folhadesaopaulo.com.br/folha/dinheiro. Acesso em 21.10.2004.

LE MONDE DIPLOMATIQUE. **O labirinto caucasiano.** Disponível em: www.diplo.com.br. Acesso em: 21.10.2004.

PARLATA.POLÍTICA, ECONOMIA, CONJUNTURA. **Putin pretende aliviar críticas internas com visita à China.** Disponível em: www.parlata.com.br/noticias_internas.asp? Acesso em: 21.10.2004.

PARTIDO COMUNISTA MARXISTA-LENINISTA. **Particularidades da atual situação política da Rússia e a luta contra a restauração capitalista.** Disponível em: <http://www.inverta.com.br/pcbus.html>. Acesso em: 21.10.2004

PORTAL BRASIL. **Federação Russa.** Disponível em: http://portalbrasil.net/europa_russia.htm. Acesso em: 26.10.2004.

PRAVDA.RU. **Governo da Federação Russa.** Disponível em: <http://port.pravda.ru/east-timor/2002/10/18/262.html>. Acesso em: 27.10.2004.

PRIMEIRA LEITURA. **Putin anuncia centralização do poder na Rússia.** Disponível em: www.primeiraleitura.com.br/auto/entenda. Acesso em: 21.10.2004.

PUBLICONLINE. **Putin garante preservação da democracia.** Disponível em: Jornal.publico.pt/2004/09/25/mundo/ Acesso em: 21.10.2004

RADIO NEDERLAND. **Kremlin aumenta controle regional.** Disponível em: www2.rnw.nl/rnw/pt/atualidade/eupa/at040913Kremlin_caucaso. Acesso em 21.10.2004.

RADIO NEDERLAND. **Rússia na guerra preventiva.** Disponível em: www2.rnw.nl/rnw/pt/atualidade/eupa/at040909Russia_guera_terror. Acesso em 21.10.2004.

RELIEF WEB. **Ceasefire takes effect in Georgia.** Disponível em: www.reliefweb.int. Acesso em : 21.10.2004.

SCHILLING, Voltaire. **Síntese das transformações no Leste Europeu.** In: História, Atualidade. Disponível em: http://educaterra.terra.com.br/voltaire/atualidade/russia_hoje3.htm. Acesso em: 21.10.2004.

UNIBERO. **Realismo – conceitos clássicos.** Disponível em: http://www.unibero.edu.br/nucleosuni_nerite01.asp. Acesso em 21.10.2004.

VIZENTINI, Paulo. **A reeleição de Putin e a nova Rússia.** In: Relações Internacionais, 2004. Disponível em: <http://educaterra.com.br/vizentini>. Acesso em 21.10.2004

VIZENTINI, Paulo. **A diplomacia russa no antigo espaço soviético.** In: Relações Internacionais, 2004. Disponível em: <http://educaterra.com.br/vizentini>. Acesso em 21.10.2004

VIZENTINI. Paulo. **A nova ampliação da OTAN ao leste europeu.** Disponível em: http://educaterra.terra.com.br/voltaire/atualidade/russia_hoje3.htm. Acesso em: 21.10.2004.

VIZENTINI, Paulo. **O impacto dos países do leste na Europa ampliada.** In: Relações Internacionais, 2004. Disponível em <http://educaterra.com.br/vizentini>. Acesso em 21.10.2004.

VIZENTINI. Paulo. **A configuração de uma nova realidade geopolítica na Ásia.** Disponível em: http://educaterra.terra.com.br/voltaire/atualidade/russia_hoje3.htm. Acesso em: 21.10.2004.

VIZENTINI. Paulo. **A Rússia diante do terrorismo.** Disponível em: http://educaterra.terra.com.br/voltaire/atualidade/russia_hoje3.htm. Acesso em: 21.10.2004.